



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

BÁRBARA BRAZ MOREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS: UMA AVALIAÇÃO NARRADA A
PARTIR DE EXPERIÊNCIAS JUVENIS NA PERIFERIA DE FORTALEZA**

FORTALEZA

2019

BÁRBARA BRAZ MOREIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS: UMA AVALIAÇÃO NARRADA A PARTIR
DE EXPERIÊNCIAS JUVENIS NA PERIFERIA DE FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Andrea Pinheiro Paiva Cavalcante

Coorientador: Prof^º. Dr. Ricardo Pimentel Mélo

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M836p Moreira, Bárbara Braz.
Políticas públicas sobre drogas: uma avaliação narrada a partir de experiências juvenis na periferia de Fortaleza / Bárbara Braz Moreira. – 2019.
127 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.

Orientação: Profa. Dra. Andrea Pinheiro Paiva Cavalcante.

Coorientação: Prof. Dr. Ricardo Pimentel Mélo.

1. Políticas Públicas. 2. Avaliação. 3. Drogas. I. Título.

CDD 320.6

BÁRBARA BRAZ MOREIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS: UMA AVALIAÇÃO NARRADA A PARTIR
DE EXPERIÊNCIAS JUVENIS NA PERIFERIA DE FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Andrea Pinheiro Paiva Cavalcante (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dr. Ricardo Pimentel Mélo– (Co-orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Regina Cláudia Barroso Cavalcante
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Cynthia Studart Albuquerque
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

AGRADECIMENTOS

Ao Deus do amor, e a Mãe da vida, que dialogam com o simples e nada além disso. Por essa fé que me leva ao caminho do bem-viver, da justiça, da compaixão, e sobretudo da esperança. Obrigada, Pai, Obrigada, Mãezinha por me ensinarem a comungar o evangelho dos pés descalços, e toda força nessa caminhada.

Aos meninos tão queridos, pelos quais tenho um apreço bonito, esendo esse afeto que torna viva a pesquisa, que dá cor e enredo. Por todos os momentos em que me receberam com carinho, respeito, abertura e alegria (porque “tirar onda” é com eles mesmos). Por todos os sorrisos largos, em que eu me sentia completamente acolhida. Quanta gratidão a cada escuta, cada “agilizo”, ao intermediar outras entrevistas, ao deixar de dar o “rolê” de skate para conversar, às tentativas frustradas de me ensinar o esporte mesmo sem a menor coordenação motora, por me levar à praia, pelas muitas risadas. Por sempre me atualizar de uma realidade, a qual eu era bastante leiga, mas sem julgamentos e rótulos da parte deles. A sensação de acolhimento é imensurável e não caberia nessas linhas. Muito obrigada a cada um de vocês, que por questões éticas não posso citar nomes nesse espaço, mas que por outro lado, não só o nome de cada um, mas principalmente as suas histórias me marcam, acompanham, afetam e me transformam.

À minha família, em especial aos meus pais, professores da vida e da ética. Por sempre acreditarem nos meus projetos, e estarem presentes, mesmo que, longe fisicamente, em todos eles. Eu realmente tenho muita sorte nessa vida. Vocês são os mestres maiores, ensinam sobre a vida e a verdade com a pedagogia do exemplo e da simplicidade. São a representação do amor genuíno, que não pede nada pede em troca. É maravilhoso olhar para as minhas raízes, reconhecer o meu berço enquanto filha de retirantes, que insistiram em arriscar todo dia em prol de um mundo melhor para os seus filhos, e para os filhos dos outros.

Por falar em mestres, Andrea e Ricardo foram fundamentais nessa estrada. Compreenderam todas as mudanças (muitas) que me perpassaram ao longo dessa pesquisa. E assim como todo o mote desta, que prega liberdade, deixaram-me livre para escolher os meus próprios caminhos. Em tempos de fiascos democráticos, encontrar vocês é um alento e uma inspiração. Levo-os como exemplo de perspicácia, dialogicidade, e, sobretudo em como transformar todo conhecimento acadêmico em ferramentas de mudança *além-muros-universidade*.

Ao NUCED, esse grupo de resistência em meio ao produtivismo acadêmico, que abriu portas, sem ao menos me conhecer, pela confiança e por todos os exemplos de produção

de vida, por todos os “corres” que elucidam novas práticas de cuidado. Em especial Jaína, que brilhantemente contribuiu nessa pesquisa com seus apontamentos críticos e perspicazes. E Alana, por ser exemplo de coragem, resistência e delicadeza.

Ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas por permitir a criticidade no meio acadêmico, por enveredar por uma outra vertente, a qual dialoga com povo, junto com eles. Em especial ao professor Alcides Gussi, por se entregar de forma majestosa a um novo paradigma de avaliação, e as muitas contribuições a essa pesquisa ao longo do mestrado; aos professores Gil e Carlos Américo, pela abertura, parceria e incentivo; à Karla, por estar sempre disposta a contribuir com muita delicadeza e amabilidade. Aos colegas de turma pelas trocas de saberes, afetos e angústias. Em especial a Thaynah, que me acompanha da infância ao mestrado, e seguindo a vida de todo dia, sem dúvida, uma das pessoas mais incríveis que conheço. E Fátima, minha parceira de alentos, poesia, literatura, música, dor, Galeano, e amor.

A Artur e à Revista Berro, que me apresentaram uma nova forma de enxergar a política sobre drogas. Por todo apoio, e pelas muitas trocas valiosíssimas ao longo do mestrado, sobre a pesquisa, sobre o mundo, sobre a vida, tornando o processo de escrita mais feliz.

Às amigas Jarina, Elane, Carol, Jú, Rachel, Luana, Laynara, Jamyle, Mariane, que embora estando do lado de fora da academia, sempre estão muito próximas, no *tododia*, por todas as palavras de carinho, força, e sobretudo pelo exemplo de ser quem são, permitem uma caminhada mais firme e afetuosa. A minha palavra tem muito de vocês. Obrigada pela presença onde quer que eu decida habitar.

Ao Cuca Mondubim pela abertura à essa pesquisa, em especial ao Núcleo de Promoção de Direitos Humanos (DPDH), que de forma muito acolhedora me recebeu, e facilitou todos os processos para o acesso aos jovens, bem como pelo brilhantismo e coragem no trabalho cotidiano, sendo resistência em prol dos direitos das juventudes, trabalho mais que necessário nos dias atuais, aqui destaco o carinho de Stela e Aline.

A Pedro, à época, educador social do Cuca, por sua confiança e disponibilidade. Pessoa-chave para realização desse trabalho, contribuiu de maneira substancial na construção de vínculos com os jovens, bem como seu olhar profundamente crítico sobre os processos sociais ajudou a me encontrar nos descaminhos da pesquisa, Pedro foi meu professor-orientador de campo.

Às professoras Cynthia Studart e Regina Cavalcante pelos trabalhos que desenvolvem no campo das drogas, bem como disponibilidade, atenção e olhar atento para

avaliação desse estudo. As contribuições foram de extrema importância na condução dessa pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior- Brasil (CAPES)- Código de Financiamento 001.

“Mas também sei que qualquer canto é menor
do que a vida de qualquer pessoa”. Belchior

RESUMO

O debate em torno das substâncias psicoativa (SPA), comumente conhecidas como drogas, está cada vez mais presente na ação pública. O Estado, bem como a sociedade civil, através das políticas públicas, pensa e desenvolve ações de prevenção, tratamento e criminalização no campo das drogas, muitas dessas distanciadas da realidade dos sujeitos, frutos de um projeto de classe moralista e excludente. A Lei 11.343/2006, de caráter proibicionista, é o grande marco hoje no Brasil para delinear a ação política, e está envolta de contradições e tensionamentos. No entanto, vale frisar, que as políticas se materializam sob distintas formas no cotidiano das pessoas. Os jovens, que fazem uso de SPA, moradores da periferia, por sua vez, têm o seu cotidiano atravessado de uma maneira diferenciada pela política de drogas. No entanto, questiona-se: de que forma e em que medida se desenvolvem essas intervenções? Como esses jovens experienciam a política de drogas? Essa pesquisa se propõe a avaliar a política sobre drogas vigente no Brasil mediante narrativas juvenis, compreendendo de que maneira essa política interfere nas histórias, nas trajetórias, nos projetos e nos sonhos desses jovens, uma vez que usar drogas no Brasil ainda seja um ato criminoso. Destarte, recorro à pesquisa qualitativa, avaliativa, para responder a tais apontamentos. Realizo uma avaliação da política pública sobre drogas sob a ótica das experiências e narrativas juvenis, a qual denomino de avaliação narrativa, relacionando o texto da política com o contexto vivido. Colaboro ainda para fortalecer um campo contra hegemônico de avaliação das políticas públicas, lançando mão de uma avaliação narrativa, ensejando ir de encontro com as análises positivistas e gerencialistas, majoritárias no que concerne à avaliação de políticas públicas. Para tanto, realizo uma pesquisa bibliográfica, refletindo sobre política, Estado, avaliação, políticas sobre drogas; documental, acessando e analisando as principais legislações em torno desta política específica; e empírica, tendo como campo inicial o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA) onde conversei com cinco jovens, consumidores de drogas, moradores da periferia; foram realizadas entrevistas narrativas, não-estruturadas no segundo semestre de 2017. Como resultados, os principais indicadores encontrados foram: 1- O estado democrático como exceção na periferia; 2- A segurança pública como política pública central no cotidiano da juventude da periferia através de estratégias proibicionistas, usurpadoras de direitos. 3- Experiências de desassossego, terror e morte comuns ao cotidiano dos interlocutores; 4- Cuidados possíveis: centralidade na família, desconhecimento dos espaços

públicos de tratamento, CUCA como espaço potente para acolher demandas relacionadas ao uso de drogas; 5- A necessidade de uma política antiproibicionista como uma questão de sobrevivência imediata.

Palavras-chave: Política Pública sobre drogas. Avaliação de Políticas Públicas. Narrativas Juvenis.

ABSTRACT

The debate about psychoactive substances (SPA), commonly known as drugs, is increasingly present in public action. The State, as well as civil society, through public policies, think and develop actions of prevention, treatment and criminalization in the field of drugs, many of them distanced from the reality of the subjects, fruits of a project of moralistic and excluding class. Law 11.343 / 2006, of a prohibitionist nature, is the great mark today in Brazil to delineate political action, and is surrounded by contradictions and tensions. However, it is worth stressing that policies materialize in different ways in people's daily lives. Young people, who use SPA, residents of the periphery, in turn, have their daily lives crossed in a way differentiated by drug policy. However, it is questioned: in what form and to what extent these interventions are developed? How do these young people experience drug policy? This research proposes to evaluate the drug policy in Brazil through juvenile narratives, understanding how this policy interferes in the stories, trajectories, projects and dreams of these young people, since using drugs in Brazil is still a criminal act. Thus, I turn to qualitative, evaluative research to respond to such notes. I carry out an evaluation of drug policy, through Law 11.343 / 2006, from the perspective of juvenile experiences and narratives, which I call narrative evaluation, relating the text of the policy to the lived context. I also collaborate to strengthen a counter-hegemonic field for the evaluation of public policies, using a non-traditionalist evaluation, in order to break with the positivist and managerialist analyzes, most of which are related to the evaluation of public policies. To do so, I carry out a bibliographical research, reflecting on politics, State, evaluation, drug policies; documenting, accessing and analyzing the main legislations around this specific policy; (CUCA) where I talked to five young people, drug users, residents of the periphery, unstructured narrative interviews were conducted throughout 2017. As a result, the main indicators found were: 1) The democratic state as an exception in the periphery 2) Public security as central public policy in the daily life of the youth of the periphery through prohibitionist strategies, usurping rights.3) Experiences of unrest, terror and death common to the daily life of the interlocutors; 4- Possible care: centrality in the family, ignorance of the public spaces of treatment, CUCA as a powerful space to accommodate demands related to the use of drugs; 5- Urgent decriminalization of drug use as a matter of immediate survival.

Keywords: Drug policy. Evaluation of Public Policies. Youth Narratives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Espaço onde acontece a roda do chá do lago- Cuca Mondubim	32
Figura 2 - Fita de <i>slackline</i> - Cuca Mondubim.....	33
Figura 3- Caminho da Prainha.....	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Registro de Organizações Religiosas (2010-2016).....	76
Gráfico 2- Orçamento FUNAD 2014	79
Gráfico 3 - Orçamento FUNAD 2015	79
Gráfico 4- Orçamento FUNAD 2016	80
Gráfico 5- Orçamento FUNAD 2017	80
Gráfico 6- Orçamento FUNAD 2018	81
Gráfico 7- Tipo de Contratado FUNAD.....	82
Gráfico 8- Principais entidades beneficiadas FUNAD, 2018.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Avaliação Narrativa.....	48
Quadro 2 - Sistematização dos normativos sobre drogas na legislação brasileira no período de 2000 a 2016.....	60
Quadro 3 - Resumo dos principais acontecimentos no século XX sobre a política de drogas no mundo - o centenário proibicionista... ..	65
Quadro 4 - Comparativo da criminalização do uso: tráfico de drogas – Lei de Drogas (Lei no 11.343, de 2006)	69

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Aproximação, afetos e experiência com a temática: de que lugar eu falo?	18
1.2	Indagações problematizadoras: o nascer pesquisa	22
1.3	Objetivo Geral	24
1.4	Objetivos Específicos	24
1.5	Desenho e construção dos capítulos	25
2	AVALIAÇÃO NARRATIVA: OS (DES) CAMINHOS POSSÍVEIS DA PESQUISA	26
2.1	A pesquisa qualitativa como método investigativo-avaliativo	27
2.2	O campo anunciado: incursões pelo CUCA, Benfica e Prainha	29
2.3	Avaliação de Políticas Públicas no Brasil	37
2.4	Modelos contra-hegemônicas: a Avaliação Narrativa	40
3	ESTADO BRASILEIRO E POLÍTICAS SOBRE DROGAS: UMA CONFLUÊNCIA TRAIÇOEIRA	49
3.1	Estado brasileiro: das raízes perversas à inscrição na ordem do capital	50
3.1.1	<i>Guerra às drogas</i> no contexto do neoliberalismo: criminalização da pobreza	53
3.2	Políticas públicas sobre drogas no Brasil: conteúdo, contexto e trajetória	59
3.2.1	Um resgate histórico e documental da política sobre drogas	64
3.2.2	Um olhar da política sobre drogas pelo viés da saúde	72
3.2.3	Comunidades Terapêuticas: saúde? Justiça? Uma idiossincrasia da política pública.	75
3.2.4	Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD): uma manobra proibicionista-clientelista-fundamentalista da coisa pública.....	77
3.2.5	Panorama de políticas sobre drogas internacionais	83
4	INDICADORES NARRATIVOS: QUANDO A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA ENCONTRA A REALIDADE AOS RÉIS DO CHÃO	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS	114
	GLOSSÁRIO	125
	ANEXO A - POLÍTICA DE DROGAS NO MUNDO	127
	ANEXO B - CANNABIS NA AMÉRICA LATINA	128
	ANEXO C - MERCADOS ILEGAIS	129

1 INTRODUÇÃO

“Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada pelos demais”
[Eduardo Galeano]

O ser humano é um plural, onde se abarca as mais diferentes expressões de vida, e de sentido. Diversos são os contextos sociais onde as pessoas se inserem, cada qual com suas particularidade e historicidade. Nesse limiar plural e diverso, trava-se uma vida social e comunitária. Nos últimos dois séculos, por sua vez, com o advento do modelo capitalista, as desigualdades sociais passaram a tencionar de forma mais violenta essa cadeia relacional entre as pessoas, gerando mazelas imensuráveis e sofrimentos desmedidos principalmente à camada socioeconômica mais empobrecida da população, sendo ainda o Estado burguês grande protagonista desse processo destrutivo.

Trago esse prenúncio para elucidar o conceito de política, que segundo Arendt (2002) se faz no movimento da convivência desses seres humanos plurais, a partir de ligações conflituosas ou não, que estabelecem entre si, visando à liberdade e à felicidade em meio à diversidade da existência. A onda pessimista, a qual se instaura nos nossos dias, traz consigo a falta de esperança, a apatia e a incredulidade em um mundo novo, reatualiza a necessidade de buscarmos outros modos de fazer política.

Arendt (Id.) é assertiva em afirmar que a política somente acontece com a liberdade e espontaneidade dos sujeitos, o oposto disso é o fim da mesma. A autora se opõe a que se pense o conceito apenas a partir de um viés burocrático e organizativo da coisa pública, e nos alerta para o totalitarismo imbuído nos falaciosos sistemas liberais e democráticos. Lembra-nos que a política acontece não “no sujeito”, mas “entre os sujeitos”, a partir destes a possibilidade de transformação. É assertiva ao elucidar que embora a experiência de caos seja uma verdade, o homem moderno possui a habilidade de se reinventar, de uma forma maravilhosa e misteriosa, pode impor novos rumos, pois afirma que cada homem em si é um novo começo.

Partindo desse conceito, é imprescindível que a avaliação política compreenda as pessoas e seus modos de viver, resistir e sonhar. Faz-se necessário apreender os desejos, os dramas, as formas, as trajetórias, e os contextos onde as relações entre os sujeitos se

estabelecem, entender principalmente sua história e sua cultura, adentrando no universo das sensibilidades, para assim vislumbrar os caminhos à liberdade e por que não dizer à ciência?

A avaliação que realizo, por sua vez, diz respeito à política na contemporaneidade, mais especificamente a políticas públicas¹ relacionadas ao uso de substâncias psicoativas, comumente conhecidas como “drogas”², elementos estes comuns nas sociabilidades humanas desde tempos imemoriais, mas apenas recentemente, cerca de um século, foram alvo de intervenções específicas estatais (SIMÕES, 2008). Vale ressaltar que o debate hegemônico em torno dessas substâncias é muito mais moral, biomédico, maniqueísta do que político e plural, uma vez que cerceia liberdades.

Destarte, essa pesquisa trata-se de uma avaliação narrativa, pois é realizada a partir da análise de experiências juvenis em torno da política pública. A escolha dessa perspectiva metodológica acontece por concordar com Arendt (2002), que para entender uma política se faz necessário, sobretudo, conhecer o mundo misterioso do outro e das relações que eles estabelecem entre si.

Uma avaliação baseada ainda a partir das perspectivas de Lejano (2012) e Rodrigues (2008), os quais priorizam a análise do contexto em que os grupos estão inseridos na avaliação de políticas públicas, ademais de se debruçar no conteúdo, contexto, trajetória e espectro territorial da política. Delimito ainda a perspectiva das juventudes,³ mais precisamente, dos jovens da periferia, grupo este que me gera bastantes afetações⁴, bem como

¹Sobre essa definição, estou de acordo com Pereira (2008), a qual afirma que Política Pública não é o mesmo que política estatal, uma vez que a palavra pública não refere ao termo estatal, mas tem a ver com a *res publica*, que deriva do latim “coisa de todos”, abrangendo dessa forma tanto o Estado como a sociedade. Assim, temos: “ação pública, na qual além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo” (PEREIRA, op.cit., p. 94).

² “Drogas” não são somente compostos dotados de propriedades farmacológicas determinadas, que possam ser natural e definitivamente classificadas como boas ou más. Sua existência e seus usos envolvem questões complexas de liberdade e disciplina, sofrimento e prazer, devoção e aventura, transcendência e conhecimento, sociabilidade e crime, moralidade e violência, comércio e guerra.” (SIMÕES, 2008, p. 13)

³ Sobre conceito de Juventude, entendo no plural, ou seja, juventudes conforme elucidada Dayrell (2003): “Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta [...]” (p. 40)

⁴ Para o campo das afetações, comungo com Fravet- Saada (2005) que ser afetada diz respeito à experiência que não pode ser representada; é ser tomada por intensidades específicas, que em geral, não são tão significáveis, mas que nos atravessam. Revela-se a partir de uma força anônima que vem, e não sabemos de onde. “Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada.” (p.160) Mais do que buscar respostas nesse caminho, quero buscar presenças. A experiência de já estar em campo mostra que essa presença de si e não do projeto de conhecimento, no encontro com o outro, é o principal canal para a construção de vínculos, e conseqüentemente traz um maior amadurecimento ao estudo. Espinosa (1983) nos lembra ainda que o corpo humano pode ser

é um grupo diretamente atingido com a atual política de drogas, que tem como mote a “guerra às drogas”, mas que na realidade, já é sabido que não é um confronto contra substâncias, e sim contra pobres, moradores da periferia, pretos, e sobretudo jovens.

Para Diógenes (1998): “A juventude é o segmento que mais catalisa as tensões sociais como também as exterioriza; *a juventude é a vitrine dos conflitos sociais*” (p. 163). Dessa maneira, ao longo da pesquisa, apresento como eixos analíticos algumas visões sobre o Estado para elucidar avaliação, tais como: Estado Ajustador (CARVALHO, 2019), Penal (WACQUANT, 2001) e de Exceção (AGAMBEN, 2004). A seguir traço, de forma mais detalhada, as trajetórias, as intenções, os pressupostos e os objetivos dessa pesquisa.

1.1 Aproximação, afetos e experiência com a temática: de que lugar eu falo?

Escolhi pesquisar de forma específica a política sobre drogas na perspectiva das juventudes por conta de uma vinculação pessoal e profissional com a temática, bem como as afetações e as inquietudes que esta produz em mim, como já destacado. Sem esquecer obviamente a urgência de se travar uma discussão crítica e contra hegemônica em torno da “questão das drogas” e seus atravessamentos no cotidiano da periferia. Concordo com Weber (1995), que ao tratar o problema de pesquisa, é necessário atender também às necessidades e interesses da sociedade e do grupo social a qual fazemos parte.

Gropo (2016), por sua vez, esclarece que no caso das juventudes, devemos ir ao encontro dos seus próprios dilemas e desejos, e que muitas vezes, esses anseios vão de encontro com o que as instituições sociais e políticas querem fazer com os jovens, como o exemplo da política proibicionista⁵ sobre drogas, tornando ilícito o consumo de substâncias psicoativas e desconsiderando a realidade dos mesmos. Vale lembrar que modelo proibicionista alcança de forma diferente as camadas sociais, as pessoas mais abastadas não têm seus condomínios de luxo invadidos pela polícia, tampouco seus direitos violados por estarem fazendo uso, por exemplo, de maconha.⁶ Portanto, não se trata de uma pesquisa “fruto tão somente de idiosincrasias pessoais” (GROPPO, Id., p. 70), há uma função

afetado de diferentes formas, diminuindo ou aumentando a potência de agir, nesse momento, essa potência vai ao encontro do processo de pesquisa; sem a qual, dificilmente conseguiria realizar o estudo em construção.

⁵Antes de ser uma doutrina legal para tratar a “questão das drogas”, o proibicionismo é uma prática moral e política que defende que o Estado deve, por meio de leis próprias, proibir determinadas substâncias e reprimir seu consumo e comercialização (RODRIGUES, 2008, p.91).

social, relacionada com uma problemática séria, atual e que se faz necessário discussão na agenda política.

Sobre a trajetória que me trouxe a essa temática, vale dizer que sou assistente social de formação, e logo no início profissional, adentrei na Residência Integrada em Saúde (RIS), com ênfase em Saúde Mental, no período de 2014-2016, onde atuei no Centro de Atenção Psicossocial Geral (CAPS-G), no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS-AD) e finalmente no Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPS-i). Nos CAPS-AD e CAPS-i, trabalhei diretamente com pessoas que faziam uso de substâncias psicoativas e de imediato me identifiquei em alguma medida com aqueles sujeitos, e agora no processo de escrita, fica ainda nebuloso dizer o que de fato me vinculava a eles.

O fato é que percebia ainda muitas contradições na forma em que o cuidado era estabelecido, as opções de tratamento oferecidas eram por vezes bastante limitadas, e eu continuava a me indagar sobre uma série de questões, e principalmente com a forma como a política pública se organizava, até mesmo para fins de trabalho, tentando entender os limites e possibilidade enquanto profissional do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse processo de Residência, tive a oportunidade de conhecer o então Programa de Braços Abertos⁷, referência em cuidado a pessoas que faziam uso de substâncias psicoativas através do modelo da Redução de Danos, uma política que não visa apenas à abstinência como forma de tratamento, mas prioriza o sujeito e sua história em detrimento ao foco excessivo na substância. Passamos quinze dias, eu e um grupo de profissionais-residentes, conhecendo as estratégias, bem como as pessoas que ali circulavam, cada qual com uma história de vida diferente da outra, com muitos desafios e belezas.

⁶ Conforme elucida Becker (2008): “atos de imposição não decorrem automaticamente da infração de uma regra. A imposição é seletiva, e diferencialmente seletiva entre tipos de pessoas, em diferentes momentos e em diferentes situações.” (p. 140)

⁷ Implantado em Janeiro de 2014, no município de São Paulo, na área conhecida por *Cracolândia*, o Programa De Braços Abertos (DBA) objetiva “promover a reabilitação psicossocial de pessoas em situação de vulnerabilidade social e uso abusivo de substâncias psicoativas, por meio da promoção de direitos e de ações assistenciais”. (SÃO PAULO, 2014) O programa obteve bastante êxito tais como: 67% dos beneficiários do programa que faziam uso de crack reduziram o consumo; 61% reduziram o consumo de cocaína; 54% reduziram o consumo de tabaco; 44% reduziram o consumo de álcool; 95% dos beneficiários avaliaram que o DBA gerou impactos positivos na sua vida; 53% retomaram contato com a família, bem como mais de 500 pessoas receberam moradia através do programa. (RUI, FIORE, TÓFILI, 2016) Atualmente com a gestão do prefeito João Dória, o DBA foi extinto à revelia de muitas críticas de profissionais e pesquisadores da área, voltando ao modelo de abstinência e manicomial, um retrato do retrocesso das políticas de saúde mental no país, através do Programa Recomeço.

Guardo um episódio memorável, que ainda me emociona ao lembrar, sobre uma criatura extraordinária que conhecemos: o senhor João⁸, frequentador assíduo do fluxo⁹, aproximadamente 50 anos de idade, alto, magro, branco, olhos azuis, cabelos grandes, barba, e um sorriso largo daqueles que te convida a conversar. Não lembro ao certo como foi nosso primeiro contato, no entanto, diariamente nós, eu e outras duas colegas, encontrávamos com João e conversávamos muito sobre a vida, escutávamos sobre sua trajetória de perdas e aventuras, coragem, medos, traumas e alegrias.

Ele levava consigo uma bolsa cheia de revistas, encartes culturais da cidade sobre programação de museus, teatros etc. Conversava conosco sobre cinema, arte, era de uma erudição inominável, mas também contava sobre suas dores, sobre a solidão, ele trazia muita poesia nas suas palavras. Tinha um jargão que falava ao se deparar com algo interessante, bonito, dizia: “Que luxo!”, fizemos vários trocadilhos nesse sentido. Certo dia, ele foi o nosso guia no Museu da Língua Portuguesa, tinha conhecimento sobre as várias exposições que aconteciam. Rimos bastante com ele, apresentava sempre um excelente humor quando nos encontrava.

Na ocasião, no museu havia uma mostra do Câmara Cascudo, e registramos esse momento com uma foto, eu, ele e as outras duas colegas. Logo em seguida, uma senhora pediu para bater uma foto com ele também, acreditando que João seria o Câmara Cascudo¹⁰, ele ficou extremamente feliz, percebíamos pelo brilho de seus olhos. É muito harmonioso lembrar esse dia, lembrar da potencialidade das pessoas diante dos encontros da vida. João não sabe o quanto ainda o trago comigo, seja nas minhas intervenções enquanto profissional em sempre buscar a humanidade do outro, seja enquanto pesquisadora, aprendendo e me alargando com as histórias das pessoas, entendendo que o uso de substâncias psicoativas não pode defini-los, estereotipá-los, e principalmente não pode cerceá-los de liberdade.

João era viúvo, não tinha mais contato com seus filhos, tinha uma casa, mas frequentava o fluxo diariamente para o uso de crack, pois ali era principalmente um *lócus* de sociabilidade. João me interpela a escrever, a denunciar toda e qualquer política que não se

⁸ Nome alterado

⁹ Fluxo era o nome dado as ruas da “cracolância”, onde se concentravam pessoas em situação de rua, e que muitas delas fazia uso de substâncias psicoativas, no bairro da Luz, em São Paulo. Para entender melhor esse cenário e esse contexto social, ler a etnografia de Rui (2014).

¹⁰ Para nossa felicidade, o jornal A Tribuna registrou o momento da exposição, inclusive com uma foto nossa. Disponível em: <http://www.atribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/exposicoes/exposicao-retrata-vida-e-obra-de-camara-cascudo-na-capital/?cHash=d8ae343a8c165f2503f03dfbbee76585> Acesso em: 01/11/2017

baseie na liberdade dos corpos, e sobretudo a acreditar em um mundo novo, como o enunciado também em Arendt (2002).

Após esse encontro com João, voltei de São Paulo, e iniciei o trabalho no CAPS-i, na região metropolitana de Fortaleza, onde estive mais próximo a jovens de 14 a 18 anos, os quais faziam uso de substâncias psicoativas e estavam ali para fins de tratamento. Vale dizer que muitos deles não apresentava nenhum problema decorrente do uso de drogas, suas limitações eram de outra ordem, principalmente por conta da vulnerabilidade social que vivenciavam e do contexto de violência em que estavam inseridos. Mas eram encaminhados compulsoriamente ao serviço de saúde por conta da “questão das drogas.” Não havia nenhuma avaliação prévia, e ao se mencionar o uso de drogas, automaticamente, encaminhavam-lhes para o CAPS-i, desmerecendo as situações outras desses sujeitos.

Nesse contexto, eram comuns decisões judiciais que os obrigavam a estar em “tratamento” durante cerca de um ano, por exemplo. Os “doutores da lei” acreditam ser um caminho mais fácil culpar as drogas pela situação de negligência que esses jovens vivenciam, desconsiderando todos os outros aspectos: educação, trabalho, cultura, vínculos, pobreza, violência, etc.

De toda forma, foi uma aproximação muito interessante com esses meninos e essas meninas que, traziam muitas experiências para compartilhar, através das estratégias que criavam diante do cotidiano, um misto de sobrevivência com adrenalina, de trazer um sentido maior a suas vidas, através de modo *outsider* proposto por Becker (2012) de se comportar desviante perante as normas hegemônicas produzidas por um determinado grupo social, no caso em questão, ao fazer uso de drogas ilícitas. Assim, João e os jovens do CAPS-i têm isso em comum: histórias e experiências de um modo *outsider* de (re) existir a uma política proibicionista e a uma sociedade moralista, permeada de estigmas.

E escrevendo essas linhas, encontro uma resposta que me questionava em um parágrafo acima sobre a minha identificação com essas pessoas. Surge-me então a palavra “presença”, ao me deparar com esse outro mundo, eu estava completamente inteira, imersa e afetada nesse encontro, um pouco do que Favret-Saada (2005) enunciava, as experiências e as suas histórias me fisgavam a tal ponto em o problema de pesquisa se torna menor em meio ao encontro.

Na certeza que todos têm algo a dizer, mas que de uma forma especial e trágica os jovens da periferia possuem muito mais elementos para elucidar essa política, não porque usam mais drogas, mas pelo fato de o Estado interferir de maneira ainda mais violenta no cotidiano destes do que de outras camadas sociais (FIORE, 2012).

1.2 Indagações problematizadoras: o nascer pesquisa

A política sobre drogas tem sido alvo de intensos debates na sociedade contemporânea. Criou-se um verdadeiro tabu/alarde em torno do uso de substâncias psicoativas nos dois últimos séculos, bem como se engendrou um modelo pautado na “guerra às drogas”, a partir de políticas proibicionistas. Segundo Ferreira e Gil (2008), o país se adequou inteiramente a política norte-americana, distanciando-se dos aspectos socioculturais imanente em seu território, e, por isso, não consegue distinguir as implicações dos diferentes tipos de uso. Ainda conforme os autores, a incapacidade de lidar de uma forma mais madura com o fenômeno das drogas, optando-se por um tratamento unilateral, influencia-se assim de forma significativa o campo político, pois é nítido o empobrecimento das análises e o distanciamento dos aspectos socioculturais na concepção das políticas públicas sobre drogas.

O Brasil, em meio a esses embates, estabelece, em 2006, a Lei 11.343, conhecida como “Lei de drogas”:

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. (BRASIL, 2006)

Os estudos em torno desta legislação abordam principalmente o que diz respeito à criminalização, tendo em vista ser um dos pontos mais questionados e problemáticos da mesma, no entanto a política discorre também sobre o eixo de atenção, prevenção e recuperação do “uso indevido de drogas”, os quais também repercutem de forma direta na sociedade civil (BRASIL, 2006).

Há uma linha de estudiosos¹¹ que afirma que essa legislação não apresenta avanços no que diz respeito às leis anteriores em matéria de drogas, fundamentadas nas leis: 6.368, de 1976 e 10.409, de 2002. Menciona-se que as diretrizes continuam seguindo a lógica proibicionista e de criminalização estabelecidas em convenções internacionais, mantendo inclusive a criminalização da posse de uso pessoal das drogas qualificadas como ilícitas, indo de encontro com os princípios de liberdade e respeito à vida privada, bem como à Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), a qual o Brasil é signatário. “Nenhuma lei que nega

¹¹ Consultar: DALLA VECCHIA, Marcelo et al. [orgs.] **Drogas e direitos humanos : reflexões em tempos de guerra às drogas.** – 1ª. ed. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017

direitos fundamentais pode merecer aplausos ou ser tolerada como resultado de uma conformista política do possível” (KARAM, 2008, p.116)

Desse modo, inquieta-me saber qual o sentido dessa política no cotidiano das pessoas, especificamente na vida dos jovens da periferia, os quais fazem uso de drogas. Como essa política se materializa no dia a dia desses sujeitos? Quais ausências e presenças do Estado são identificadas no percurso dessas pessoas? Como a criminalização das drogas interfere nas trajetórias juvenis? De que forma esses (as) jovens são atravessado (a)s por essa política e como a experienciam? Quais narrativas atravessam suas vivências? Quais suas estratégias de resistência perante esse panorama violador de direitos?

No cenário internacional, em alguns países como Uruguai, Canadá, Portugal, Estados Unidos, Espanha e Holanda temos visto algumas mudanças no que diz respeito à política sobre drogas. No Uruguai, a maconha já está legalizada; o Canadá também já anunciou a legalização em 2018; em Portugal, por sua vez, já acontece desde 2001 a descriminalização de todas as drogas e nos Estados Unidos, em alguns estados a maconha também está legalizada. Na Espanha, pode-se fazer parte dos “clubecanábicos”, os quais são associações sem fins lucrativos que cultivam maconha para o uso de seus membros, o que seria uma alternativa a não buscar os mercados ilegais de tráfico de drogas. A Holanda, por sua vez, tem uma política híbrida, o mercado da *cannabis* não é legalizado. Porém, há uma política de tolerância onde a venda e o consumo são permitidos, no entanto a produção e o fornecimento para os *coffee shops* são ilegais (Movimentos, 2017).

Assim, interessa-me particularmente saber como a política nacional afeta os jovens, pois devido ao modelo de “guerra às drogas” são esses que estão tendo direitos violados em nome de um falacioso “bem maior à sociedade, sendo, inclusive vítimas de ações de extermínio¹². Assim, questiono-me: quais mudanças devem ser tensionadas nessa política no que diz respeito às juventudes que fazem uso de substâncias psicoativas?

Vale lembrar que a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) realizou uma pesquisa, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), lançada em novembro de 2017, intitulada: “Perfil epidemiológico e de uso de drogas entre jovens no município de Fortaleza”, tendo como principal objetivo entender como vivem e o que pensam os jovens, que fazem uso de drogas lícitas e ilícitas na cidade de Fortaleza. Traçou-se um perfil social, bem como levantou questões sobre relações familiares e estrutura habitacional; mercado de trabalho; meios de informação; política e participação social; saúde e sexologia;

¹²No capítulo 3, trarei dados de pesquisas nacionais indicando esse cenário

substâncias psicoativas. O estudo revela que 23,7 % dos jovens entrevistados se consideram consumidor de drogas lícitas ou ilícitas; sendo o álcool (72,4%), o cigarro (28%), e a maconha (22,2%) como as principais substâncias conhecidas e já experimentadas pelos sujeitos. Trarei alguns dados desta pesquisa para dialogar com os indicadores encontrados no estudo em curso. (PMF, 2017)

Destaco ainda um grupo conhecido como Movimentos, formados por jovens de uma comunidade do Rio de Janeiro, que formulou uma cartilha denominada “Drogas, juventude e favela” (2017), que nos apresenta a necessidade de se pautar pesquisas pelo viés da própria juventude:

[Por que a favela tem que falar sobre drogas?] Somos os mais afetados pela guerra às drogas. Por conta dela, nós sofremos violências diárias, temos direitos restringidos e perdemos oportunidades. Está na hora de sermos incluídos no debate sobre política de drogas para fazer valer nossa perspectiva sobre esse tema (Movimentos, 2017, p.18)

De tal feito, é necessária uma avaliação da política pública sobre drogas, através de uma perspectiva que dialogue com a realidade vivida “nas quebradas, que anuncie suas contradições, uma avaliação que prioriza a experiência de quem vivencia em seu cotidiano as reverberações desta, e, que essas narrativas, vale frisar: “fazem parte do processo de situar o sujeito no mundo nesse duplo de construir e ser construído por determinadas experiências” (MALUF; TORNIQUIST, 2010, p.20).

1.3 Objetivo Geral

Realizar uma avaliação narrativa acerca da política sobre drogas a partir da legislação contemporânea (2017-2018) sob a ótica das experiências juvenis, vislumbrando suas incongruências, limitações, desafios e possibilidades.

1.4 Objetivos Específicos

Apresentar um estudo histórico-documental das políticas públicas sobre drogas no Brasil, traçando seu contexto, conteúdo e trajetória;

Identificar as principais ausências e presenças do Estado no cotidiano de jovens que fazem uso de drogas na periferia;

Revelar indicadores qualitativos acerca da política sobre drogas a partir do cotidiano dos interlocutores

1.5 Desenho e construção dos capítulos

Os capítulos foram pensados a partir da seguinte estrutura: 1- Introdução; 2- Avaliação Narrativa: (des) caminhos possíveis; 3- Estado e Política sobre Drogas: uma confluência perversa; 4- Indicadores Narrativos: quando a avaliação da política encontra a realidade *aorés do chão*; 5- Considerações finais.

Na Introdução, foram apresentadas a aproximação da autora com a temática da pesquisa, a problematização inicial, as indagações, bem como a relevância desse estudo a partir de sua função social e acadêmica. Mostra-se um breve panorama acerca da política sobre drogas, bem como se apresenta a necessidade de uma avaliação não-tradicionalista nessa temática.

No segundo capítulo denominado “Avaliação Narrativa: (des) caminhos possíveis” expõem-se o campo empírico da pesquisa, os sujeitos-chave para a realização desse estudo, bem como mostra os desafios de estar em um campo desconhecido e sua inserção no mesmo. Feito isso, a seção destaca o campo da avaliação em política públicas e apresenta as principais metodologias, até alcançar o campo da avaliação contra-hegemônica, a partir de Rodrigues (2008) (2016), Gussi (2005) (2016) e Lejano (2012), Silva (2008), Sousa (2012).

O terceiro capítulo “Estado e Política Pública sobre drogas: uma confluência traiçoeira” expõe uma discussão acerca de Estado e Política Pública, a partir da perspectiva de Carvalho (2010) que apresenta o Estado Ajustador; Wacquant (2001), com o Estado Penitencial e Assistencial; com Agamben (2004) pelo viés do Estado de Exceção; retratando ainda o arrebatamento desses modelos nas políticas públicas, especialmente na política de drogas. Após essa análise, traça-se um panorama histórico-documental sobre a política pública sobre drogas no Brasil, apresentando seu contexto, conteúdo e trajetória em uma perspectiva crítica de correlação com o Estado, para tanto utilizo Fiore (2012), Rodrigues (2008), Karam (2013), Batista (2003), partindo do viés da criminologia crítica.

Em seguida, no quarto capítulo: “Indicadores Narrativos: quando a avaliação da política encontra a realidade *aorés do chão*”, retrato os achados do campo a partir das experiências e narrativas juvenis acerca dessa política proibicionista, elucidando os significados e os sentidos a partir de suas vivências, construindo a partir de então os indicadores da política sobre drogas, fazendo conexões com os teóricos apresentados no capítulo anterior.

Para finalizar, apresento algumas considerações finais da pesquisa, bem como apresento como anexos, inspirada em Alcântara (2009) um glossário com as principais

expressões desse universo o qual estou me inserindo, e que para mim, algumas soavam desconhecidas, tais como: “eles batizam qualquer alma sebosa” (sic) outras nem tanto: “vai dar bom” (sic), mas que para um leitor de outro contexto social, com certeza necessitará de uma ferramenta como esta. Para Sá (2009, p.24): “a linguagem da periferia funciona como um espaço de expressividades e de dinâmicas identitárias juvenis”, não à toa os interlocutores dessa pesquisa conduzem, de forma talentosa as narrativas pois soam bastante autênticas.

2AVALIAÇÃO NARRATIVA: OS (DES) CAMINHOS POSSÍVEIS DA PESQUISA

*“O meu olhar é nítido como um girassol (...)
E o que vejo a cada momento
É aquilo que nunca antes tinha visto,
E eu sei dar por isso muito bem...
Sei ter o pasmo essencial
Que tem uma criança se, ao nascer,
Reparasse que nascera deveras...
Sinto-me nascido a cada momento
Para a eterna novidade do mundo.”
Alberto Caeiro*

Nesse capítulo, apresento os aspectos metodológicos da pesquisa, como as técnicas utilizadas, interlocutores, instrumentais, incursões em campo, traçando ainda um panorama sobre a avaliação de políticas públicas no Brasil e suas diferentes facetas, e justifico o porquê eleger uma forma não-convencional de ajuizar a política pública sobre drogas vigente no país.

Assim, no intento de realizar uma avaliação não tradicionalista, que fuja de paradigmas convencionais, e que muitas vezes, existem para reforçar o *status quo*, como o modelo positivista, inspiro-me: na Avaliação em Profundidade proposta Rodrigues (2008), na Avaliação Política com Silva (2013) e Sousa (2014), na Avaliação experiencial de Lejano (2012), alargando os conceitos de experiência com Benjamin (1983) e Bondía (2012) e de narrativas com Gussi (2015) e Josso (2010). Para a partir desse caleidoscópio teórico, montar uma avaliação, denominada aqui como avaliação narrativa, a qual elucida indicadores a partir das experiências dos sujeitos.

Além de contar as histórias de incursão no campo, discorro ainda sobre os desafios e as potências no trajeto da realização dessa avaliação.

2.1 A pesquisa qualitativa como método investigativo-avaliativo

No que diz respeito à abordagem do estudo desse trabalho, pode-se afirmar que é de cunho qualitativo, pois, de acordo com Goldemberg são “[...] descrições detalhadas das situações com objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos” (2003, p.53). Comungo com o pensamento da autora, pois tento não me limitar a generalizações sobre a temática, mas sim buscar um aprofundamento na compreensão da realidade a partir dos interlocutores. “Próprios termos” pode ser interpretado com a fala, a narrativa, a experiência viva dos sujeitos em questão, e de como eles refletem/analisa/avaliar questões inerentes a vida dos mesmos.

Minayo (2005, p. 25) esclarece que essa abordagem :

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O foco é a experiência humana, reconhecendo que a realidade é complexa; o contato entre os sujeitos acontece no próprio contexto social; a relação pesquisador e interlocutores requer uma relação face a face e de empatia; os achados da pesquisa buscam explicar a racionalidade dos contextos e a lógica do grupo; e ainda: suas conclusões são universalizáveis, embora a compreensão de contextos peculiares permita inferências mais abrangentes e comparáveis. (MINAYO, op. cit, p.903)

Desse modo, a pesquisa qualitativa é a que melhor se enquadra na proposta de discussão proposta, uma vez que a partir da fala dos sujeitos, almejo entender como as políticas públicas sobre drogas interferem nos seus cotidianos. Diante de tais singularidades, não se adequam alternativas que tratem da quantificação ou generalização para tratar sobre a experiência humana.

Vale lembrar que compreendo as limitações deste modelo de análise, concordando ainda com Minayo (op. cit) que a mesma possui restrições, como não permitir a análise de universos muito extensos, bem como determina a necessidade do pesquisador estar em campo, o que demanda um maior tempo para análise, bem como um esforço teórico e técnico para análise de linguagem¹³ e das relações.

¹³ Ver Glossário- Vocabulário

Destarte, o *lócus* inicial do estudo é o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, (CUCA)¹⁴ Mondubim, equipamento gerido pela Prefeitura de Fortaleza, voltado para juventude. Na cidade, há três instituições desta natureza, todas inseridas em territórios ditos estratégicos conforme elucidado nos materiais de divulgação da rede, tendo em vista estarem localizados em bairros com alta taxa de vulnerabilidade social. Além deste, há também no Jangurussu e na Barra do Ceará. Os CUCAS atendem prioritariamente jovens de 15 a 29 anos, oferecendo cursos de formação, práticas esportivas, difusão, cultura, protagonismo juvenil e promoção de direitos humanos.

O motivo da escolha do CUCA foi pelo fato de nesse equipamento eu conseguir encontrar com jovens, pois devido as atividades organizadas pelo centro, bem como o espaço em si, o qual conta com pistas de skates, quadras, piscina, além dos eventos como reggaes e sarais, é um ambiente atrativo para as sociabilidades juvenis. Além de ser aberto de terça-feira a domingo de 8:00h às 22:00h.

Eleger o Mondubim especificamente foi devido à proximidade da minha residência, bem como contar com um metrô de acesso, o que facilita ainda a questão de segurança, pelo fato de ser mulher, em territórios onde o índice de violência é alto, fez-me atentar para essas “conveniências”, sem desmerecer a potencialidade que o local apresetava para o desenvolvimento da pesquisa, no sentido de estar sempre habitado por juventudes da periferia, foco desse estudo.

Todavia, friso que não pretendo avaliar as atividades do CUCA, o espaço foi apenas pensado como estratégico para o encontro com esses jovens, que por sua vez, alguns deles também fazem uso de drogas, sendo assim um ambiente interessante para construção de vínculos, uma vez que esses sujeitos estão no equipamento frequentemente, alguns até de forma diária.

Como técnica para obter informações, utilizo entrevistas aprofundadas e abertas, a qual Josso (2010) denomina como entrevistas narrativas¹⁵, e a observação participante, visto que há necessidade de uma interação estreita com os sujeitos. A observação participante, por sua vez, é um dos métodos que mais envolve o pesquisador enquanto pessoa, de uma forma

¹⁴“As atividades dos equipamentos da Rede Cuca ainda são recentes no cotidiano da juventude e da cidade, mas levando em conta a carência de espaços públicos e de atividades de acesso possível para os jovens das periferias de Fortaleza, os Cucas vêm se configurando como pontos de busca por formação, de potenciais encontros de habilidades e vontades pulsantes da juventude. Mesmo com tais características, também entendemos que os equipamentos ainda possuem muitos desafios a serem abordados, como a construção de um diálogo forte com as comunidades do entorno e o fortalecimento das políticas públicas de juventude pelas gestões.” (DOS ANJOS, 2015, p. 04)

¹⁵ As entrevistas narrativas serão aprofundadas no tópico posterior, uma vez que realizo a exposição da avaliação proposta

mais profunda: “Tal como o rito de iniciação, o trabalho de campo é uma experiência total, profundamente marcante, dolorosa e individualizante” (CABRAL, 1983, p. 327)

Nesse sentido, a pesquisa de campo foi bastante agradável, uma vez que como o CUCA é um espaço também de lazer, é possível desfrutar um pouco de ócio, ademais de estar situado a frente da lagoa do Mondubim, o que permite um final de tarde bastante agradável, fresco com a presença desta.

Nesse ínterim, pratiquei *slackline*, tentei andar de skate, fiz aula de circo, bem como fui a sarais no próprio equipamento. Vale ressaltar a qualidade musical das músicas selecionadas nesses espaços, cantores como Bob Marley, Jorge Ben Jor, Tim Maia, etc. É muito interessante as trocas que estabeleci com esses jovens, a paciência com que me ensinaram esses novos esportes, o trato com respeito e tom amistoso.

E ainda sobre observação participante, Whyte (2005) nos alerta sobre a necessidade de conter um horizonte ético e de respeito aos sujeitos: “é preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar, e também que perguntas fazer” (p.303), “basta que você fique por perto, e saberá as respostas a longo prazo, sem nem mesmo ter que fazer as perguntas”(p.304). Muitas vezes, os contatos foram apenas com conversas informais, não estou sempre falando sobre política de drogas com eles. Há o momento para observação participante, de interagir, falando sobre coisas da vida, e há outro para as entrevistas.

As entrevistas, por sua vez, foram realizadas com os jovens que frequentam a instituição e fazem uso de substâncias psicoativas. Vale ressaltar que o *lócus* da pesquisa é um espaço aberto, o que facilitou as observações, podia-se circular livremente no equipamento sem nenhuma burocracia, e até mesmo, sem dispersar atenção dos usuários do serviço.

O diário de campo foi também uma estratégia utilizada na imersão do campo; a princípio relutei em escrever, mas no processo de escrita, percebi o quanto é um exercício importante à memória do pesquisador, e às posteriores análises, diria inclusive que é indispensável.

2.2 O campo anunciado: incursões pelo CUCA, Benfica e Prainha

Decidi fazer a pesquisa no CUCA sem ter nenhum contato prévio no local, mas, por outro lado, apresentava as facilidades que mencionei anteriormente, bem como a façanha estar sempre ocupado pelas juventudes da periferia. Desconheço qualquer outro equipamento que circule tanto jovens como os CUCAS.

Em março/ 2017, decidi conhecer melhor esse território devido a uma disciplina do mestrado “Avaliação de Políticas Públicas”, que exigia algumas informações prévias do campo de pesquisa. Assim o fiz. Chegando no CUCA Mondubim, lembro ainda da minha insegurança em lidar com aquele território novo:

Dia chuvoso, metrô nostálgico, indo ao encontro da realidade. Me sinto muito alienada quando estou apenas no campo dos livros, sem intercessão com o real. Insegura quanto ao que me esperava, pois me sentia muito imatura, uma vez que por mais crítica que seja a teoria, quando nos enclausuramos em sala de aula, não abarcamos o movimento contraditório e vivo do real. [Diário de Campo, Março de 2017]

Esse misto de emoções vinha ainda por se tratar da primeira pesquisa realizada, os outros estudos eram trabalhos pontuais que não exigiam tamanho esforço e desprendimento. Estava há algum tempo estudando principalmente as disciplinas do mestrado, debruçando-nos sobre teoria críticas e densas, no entanto sentia falta dessa conexão com a realidade, a partir da imersão no cotidiano da vida desses sujeitos. Nesse sentido, concordo com Durkheim (2016) quando é assertivo ao dizer que a teoria é sempre mais pobre que a realidade.

Assim embora sem saber o que me esperava, apresentei-me à equipe da Diretoria de Promoção e Direitos Humanos do CUCA Mondubim, onde estão alocados os educadores sociais, os quais são profissionais que lidam diretamente com os jovens do equipamento, encaminhando-os para os serviços, para vagas de trabalho, bem como facilitando atividades, tais como a Roda do Chá do lago, que acontece intencionalmente às 4:20h¹⁶.

Fui bem recebida pelos técnicos, os quais me repassaram algumas informações acerca da dinâmica do CUCA, bem como falaram um pouco sobre os jovens que frequentavam o equipamento. Apresentei um projeto de pesquisa para Direção Geral, falando sobre as intenções das minhas incursões no CUCA.

Os profissionais, vale lembrar, não foram os sujeitos dessa pesquisa, no entanto foram necessários uma ponte para se chegar aos jovens, sendo então “pessoas chave” para o

¹⁶ A Roda do Chá das 4 e 20 foi uma atividade que inicialmente acontecia no CUCA Jangurussu, e devido a potência desta, resolveu-se implementar no Mondubim também. Acontece que há uma programação mensal de atividades na Rede Cuca bastante diversa, no entanto há alguns jovens que não aderem a estas por diferentes motivos, seja porque não se identificam, seja porque não “estão a fim”, dentre outras questões que ainda estou tentando compreender melhor no campo. Esses jovens, por sua vez, frequentam assiduamente o espaço para fins de sociabilidade, bem como para o consumo de substâncias psicoativas. Como muitos jovens não aderiam a nenhuma atividade, pensou-se na construção dessa roda de conversa, juntamente com a distribuição de chá, para estes que não aderem ao serviços formais do CUCA. Nessa roda, as temáticas são discutidas horizontalmente entre os profissionais e os jovens, e tratam desde formas de cuidado, resistências, como questões sobre violência, preconceito, etc. Na ocasião, facilitei uma roda sobre o uso de drogas, problematizando junto com ele o porquê dessa prática e em que ponto ela passava a ser nociva.

processo de vinculação em campo, uma vez que ser apresentada a partir de um educador social, contribuiria para uma maior confiança dos jovens em mim.

O movimento desse real hoje foi bastante grato ao me apresentar um educador social do CUCA, que ao passo conversávamos sobre Paulo Freire, me apresentou o livro de Amílcar Cabral, africano o qual, segundo ele foi um dos influenciadores do pensamento freireano, que eu jamais ouvira falar. Enquanto a academia descobre saberes, a periferia descoloniza. Em agradável conversa, me fala sobre o chá do lago, que acontece 4:20, uma forma de dialogar com os jovens de maneira horizontal. Os educadores sociais entendem verdadeiramente a horizontalidade, em um espaço onde o vínculo é fundamental, eles desempenham seu papel com maestria.(Diário de Campo, Março/2017)

Estava na dúvida sobre o local onde realizar essa pesquisa, e me questionei bastante se no CUCA eu conseguiria avaliar uma política sobre drogas, o que me gerou uma série de conflitos, pois as minhas idas ao equipamento não garantiram de imediato a produção de vínculos com os jovens.¹⁷

Criar vínculos, vale dizer, que é um processo árduo, e eu tinha plena convicção que só conseguiria criar esse laço mais estreito a partir do momento em que frequentasse a Roda do Chá do Lago, tendo em vista que era aquele público específico que eu procurava, e assim o foi, pois eram jovens que em grande maioria faziam uso de drogas e não se adequavam as propostas convencionais do equipamento. Como elucida Minayo (2010, p. 199): “Investigar é um labor científico e não apenas um tecnicismo. A dialética entre técnica e criatividade é o tempero da boa pesquisa.”

Tal aproximação só foi possível devido à essa perspicácia, bem como um esforço sutil da pesquisadora para esse contato mais estreito. Até então, participava pontualmente de algumas atividades que os educadores me apresentavam, como a Batalha dos Mcs, Programa Mais Educação, Rolezinhos, etc, uma forma de ficar mais próxima dos educadores sociais, tendo em vista a impossibilidade de comparecer à roda até então.

No entanto, apenas no mês de junho foi possível participar do chá, época em que finalizaria a disciplina do mestrado em que eu estava matriculada, a qual coincidia com a hora e dia da atividade. Então, neste mês, passei a frequentar o CUCA semanalmente para

¹⁷ E o tempo da academia é um período que não permite o devaneio proposto por Bachelard (1998), aquele que nos põe em estado de alma nascente. Em vez disso a universidade, liga-se ao *Chronus*, ao tempo cronológico, e não ao *Kairós*, o tempo pessoal, subjetivo, que permite deleite e o florescimento da criatividade. Exige-se respostas e não arte. Para o autor: “Um mundo se torna no nosso devaneio, um mundo que é nosso mundo. E esse mundo sonhado ensina-nos possibilidades de engrandecimento de nosso ser nesse universo que é nosso.” (p.17). Quisera pudéssemos seguir a proposta de Cavalcante Júnior (2017,) quando nos ilustra: “Fiz a opção pela leveza de ser devagar com a poesia que me permite divagar com os poetas para construirmos uma vida de pesquisadores mais saudável e mais criativa”(p.136)

acompanhar atividade, o que foi um momento de bastante aprendizado, bem como da certeza da possibilidade da pesquisa, nesse ínterim, a pesquisa fluiu com bastante facilidade, havia semanas que ia duas ou três vezes ao equipamento.

Os jovens que participam do chá são atravessados diariamente por uma política pública sobre drogas que lhes alcança das mais diversas formas. Nas rodas, as conversas diziam muito sobre a realidade em que eles estavam inseridos, a temática das drogas era bastante recorrente, bem como seus rebatimentos, e isso me intrigava bastante, relatos de violações de direito, porém havia também histórias de resistências plurais, principalmente através da arte, o que me chamou bastante atenção, passando a virar um objetivo específico do estudo: conhecer as estratégias de resistência dessa juventude diante dessa política proibicionista.

Figura 1: Cuca Mondubim- Área externa



Fonte: arquivo pessoal

Figura 2: Fita de slackline- Cuca Mondubim



Fonte: Arquivo pessoal

Após a primeira roda em que me apresentei, os jovens se dispersaram, e alguns deles ficaram sentados ao redor de um pano onde se vendia artesanato, era um final de tarde bastante agradável, as cores do céu estavam bem vivas, assim como minhas expectativas para aquele encontro. Aproximei-me, olhei os trabalhos, que por sinal, eram muito bonitos, feitos com penas, palhas de coqueiros, crochê; comprei uma tornozeleira, e assim se iniciou uma conversa informal, não apenas como pesquisadora, mas como jovem também que sou, e como alguém que se identificava de uma certa forma com o que ali estavam, com os corpos livres que pareciam ser.¹⁸

A partir de então, a pesquisa ganhou uma outra conotação. “É o tempo do campo e não o nosso tempo que conduz a profundidade e a variação das respostas. Seria importante entender que a indefinição é um processo também da pesquisa. O campo é pergunta, resposta, mas sobretudo silêncios.” (Diário de campo, Julho/2017)

Nessa ocasião, conversei com Maurício, Geovane, Geleia e Lia¹⁹, que prontamente me contaram histórias interessantíssimas desde um acampamento que fizeram na

¹⁸ Embora eu me identificasse com eles, de início não havia essa identificação recíproca. Então tinha bastante cuidado com desde a roupa que iria utilizar até os adereços, bolsas, sapatos. Procurava as minhas roupas com mais estilo do reggae possível. Não que forjasse, uma vez que em outros espaços também me vestia assim. A diferença é que não tinha uma espontaneidade na escolha. Sempre procurava roupas mais frouxas e coloridas, assim como bolsas artesanais, e minha sandálias de couro. Queria fugir o máximo possível do estereótipo de patricinha. Engraçado, que à medida em que o tempo foi passando, essa já não é mais uma questão preocupante.

¹⁹ Nomes alterados

serra de Maranguape ao novo *hobby* de subir nos coletivos da cidade para declamar seus poemas. Estava bastante feliz, e o meu contentamento extravasava nos sorrisos gratos a eles, que se abriram para uma estranha com muita leveza e humanidade.

Ao final, combinei com Lia que me ela ensinaria a fazer um filtro dos sonhos, que na ocasião, ela construía com linha e galhos de árvores, e em contrapartida, eu compraria as linhas. Depois desse dia, não consegui mais contato com Lia, apesar de tê-la visto em Guaramiranga, vendendo seu artesanato, mas ela não me reconheceu. No entanto, Maurício, Geovane, Geleia passaram a ser interlocutores desse estudo, iniciado a partir dessa conversa bastante informal. Além desses, entrevistei Caio e Jaques, os quais conheci *a posteriori*, por intermédio dos demais.

Realizei entrevistas narrativas e em profundidade com uso de gravador, tentando entender como eles percebem a política sobre drogas no seu cotidiano, bem como conhecer um pouco da trajetória de cada um, no contexto em que estão inseridos. Realizadas com Jaques, 21 anos; Maurício, 19 anos; Geléia, 25 anos; e Geovane, 18 anos. No entanto, houve diversas conversas informais, devido a pesquisa ter um viés etnográfico, tão ricas quanto estas, o que está documentado no diário de campo. Trago a seguir a apresentação dos jovens, os quais, entrevistei.

Maurício é um jovem de 19 anos, moreno, altura mediana, olhos pretos e brilhantes, sorriso bonito e largo. Tem sonho de ser biólogo e conseguiu finalizar o ensino médio. Na ocasião usava bermuda e uma blusa do time Fortaleza, gosta de adereços *hippies* como pulseiras e tornozeleiras, pois o mesmo aprendeu a fazer quando saiu de casa em jornada aos Lençóis Maranhenses com um grupo de amigos. Maurício tem ideias bastante críticas sobre a sociedade, tem pouca idade, no entanto tem muitas histórias interessantes para narrar. Ele já fez uso de Rivotril, maconha, ecstasy, álcool e cigarro, atualmente, fuma maconha todos os dias. Estava cursando preparatório pré-vestibular da Universidade Federal do Ceará (UFC), e trabalhava com os pais na venda de lanches.

Jaques, um rapaz que trabalha com poesia, levando-as para os coletivos da cidade; declama poemas e improvisa *raps* dentro dos ônibus, ou em roda de amigos no CUCA, ele tem 21 anos, e tinha um sonho de ser jogador de futebol, no entanto, segundo suas palavras: “o sistema boicotou o meu projeto de vida”, tendo em vista que não tinha recursos suficientes para seguir carreira no esporte. Estudou até o ensino fundamental, foi criado por sua avó, a qual ele fala com bastante carinho.

O jovem era magro, estatura mediana, cabelo curto, olhos negros, sorriso largo, na ocasião estava de bermudas e uma camiseta branca. Usava uma pulseira que foi entrada de

uma festa de música eletrônica no ano passado. Foi com quem eu primeiro conversei, e de pronto foi bastante simpático e solícito. Ajudou-me ainda a convidar outros de seus amigos para o bate-papo: “é uma conversa mó limpeza cara, ela está estudando aí sobre as políticas públicas, mas aí ela quer saber também da nossa vida, né?” No entanto, em outro momento, ele me falou algo que fez refletir, na ocasião em estava conversando com um dos amigos de Jaques, Paulo:

Bárbara: “Bora trocar uma ideia?! É mó limpeza!”

Paulo, timidamente respondeu: “Não ó, tô afim não!”

Jaques com olhar reflexivo de quem já participou das entrevistas, indaga: “É porque fala também da dor do cara, né?!”

Nesse momento, consenti com um olhar de afirmação e um sorriso daqueles que acusam uma “saia justa”. E me questioneei enquanto pesquisadora, o quão ético seria invadir um espaço de memória que acusa sobre dores individuais e profundas, tendo em vista, que a maioria desses meninos está envolvida em situações de violações de direitos, e o uso de drogas não é nem de longe o maior de seus problemas, o que já me apresenta o primeiro indicador. Muitas vezes, tocamos em feridas que não gostaríamos de serem expostas. Todavia, tenho clareza de que a cautela e a sutileza são elementos importantes para saber nossos limites. No entanto, às vezes, sem perceber tocamos em assuntos que não estão bem resolvidos emocionalmente, e o pesquisador tem que ter ciência que não é um terapeuta, onde vai conseguir administrar de uma forma sem danos os conteúdos que estão surgindo daqueles sujeitos. É sem dúvida um risco que se corre.

Geléia, 25 anos, que na ocasião usava roupas pretas e um chapéu redondo, estatura mediana, olhos negros, tímido, porém bastante solícito e interessado na conversa, tanto que na semana seguinte me trouxe um livro sobre o uso de drogas, mostrando-se envolvido com o tema. Não concluiu ensino médio, mas tem desejo de voltar, porém não há escolas próximas a sua casa, tampouco tem o dinheiro para pagar passagem. Deseja trabalhar, pois sua mãe também está desempregada, ficando com o padrasto as despesas da casa. Atualmente faz uso de maconha diariamente, com as “intera”, cada um coloca o dinheiro que possui e conseguem comprar o “bagui” do dia.

Geovane, 18 anos, skatista, da tribo do skate, vestido como tal, calça jeans, sapato, boné com aba reta, cabelo grande e cacheado. Alto, magro, sorriso largo, usando tachinhas verde no seu aparelho de dente. Já esteve em um centro educacional, o qual denomina FEBEM, já vendeu drogas, usou múltiplas destas, viu seu irmão ser assassinado, e hoje só quer viver de “boa”, com o skate, que em seus termos, afirma ser a sua vida. Durante uma de

nossas conversas, em que eu lhe confessava o espanto sobre o número de histórias em que contava, disse assim para mim: “porque a experiência ensina mais do que qualquer palavra!”. Estava terminando os estudos, e ajudava a família na venda de verduras em feiras.

Caio, 23 anos, gosta de praticar slackline, tem bastante habilidade no esporte, sempre leva a faixa quando vai ao Cuca, e gosta de ensinar os demais. Caio é magro, alto, cabelo curto, simpático. É bastante crítico, já fez viagens a acampamentos de militância juvenis, fã de Bob Marley e adora ir à praia. Ao final da pesquisa em campo, ele estava morando no Aquiraz, próximo à praia do Japão, na casa da namorada. Nessa ocasião, ambos estavam à procura de emprego.

Destarte, a pesquisa de campo aconteceu ao longo de um ano, de março de 2017 a março de 2018, com alguns intervalos. De março a julho/2017 foram idas pontuais ao CUCA, aproximando-me dos profissionais, conhecendo um pouco da realidade local. Em seguida, de julho a dezembro, fui de forma mais frequente à instituição encontrar com os jovens, especialmente às quintas-feiras, para participar da Roda do Chá. Precisei no segundo momento, ausentar-me cerca de vinte dias do campo, tendo em vista a ida um congresso e outras atividades acadêmicas, é incrível como já quebra um pouco da dinâmica, dos acordos, e é preciso retomar novamente. O segundo intervalo foi nas férias, quando retomei o campo estava completamente modificado, então decidi finalizar com a entrevista que faltava com o Caio.

Para além do espaço físico do CUCA, encontrei Maurício duas vezes no Benfica, pois na ocasião estava estudando na UFC, uma vez para realizar entrevista, e a outra para conversarmos coisas da vida, ele havia terminado um relacionamento, e precisava desabafar. Finalizei entrevistas com Caio, em seu novo endereço, convidou-me para almoçar, e em seguida fomos à praia, eu, ele e sua namorada. A entrevista aconteceu em uma barraca na Prainha.

Fui recebida com um almoço maravilhoso. Fazia sol, o dia estava lindo. Foram duas horas da minha casa até o novo endereço deles. Há tempo marcava com Caio entrevista, porém sem sucesso, até que finalmente rolou. Com direito a banho de mar e uma vista maravilhosa. Foi difícil fazer uma entrevista ali, pois o cenário pedia total deleite, e não uma conversa mais engessada. Mas não podíamos mais adiar, e Caio tinha muito a falar! Ainda assim durou uma hora e pouco de entrevista. Após isso, eles me deixaram no ponto de ônibus, e fui para casa bastante agradecida com esse encontro, pelas pessoas queridas que eram, e claro por informações importantes para compor a pesquisa. (Diário de campo Março, 2018)

Após entrevistas de campo, precisei mudar de cidade, por motivos de trabalho e não voltei mais ao CUCA, o que é um grande erro de muitos pesquisadores, agir como

verdadeiros extrativistas, sugar o máximo do campo, e depois não dar retorno nenhum. Por sorte, vou conseguir novamente voltar a morar em Fortaleza, e oferecer algum tipo de devolutiva à instituição e aos jovens. No entanto continuei contato com Maurício, Geovane e Jaques através das redes sociais, porém com Caio e Geleia não

Figura 3- Caminho da Prainha



Fonte: Arquivo pessoal

No tópico a seguir, apresento a construção da metodologia avaliativa, para tanto, resgato o percurso da avaliação de políticas públicas no Brasil, suas diferentes facetas, para refletir a necessidade de construção de modelos contra-hegemônicos de ajuizamento de valor de políticas públicas.

2.3 Avaliação de Políticas Públicas no Brasil

No tocante a avaliações, é importante situar a Avaliação de Políticas Públicas, a qual, é um campo recente no Brasil, e embora esteja em crescimento no país, carece ainda de maior número de produções acadêmicas. Vale lembrar que avaliação não pode se apresentar com um termo monorreferencial, pois discutir sobre avaliação, é sobretudo tratar de

avaliações, no plural, sendo portanto plurirreferenciais, de sentidos distintos, e interesses diversos; vale ressaltar ainda que não se pode perder de vista o horizonte com o compromisso, a justiça, a confiabilidade, a técnica e com a ética (DIAS SOBRINHO, 2004).

Para Neirotti (2012), a avaliação pode ser ainda um instrumento de aprendizagem, responsabilização dos agentes públicos, bem como ferramentas de construção de diálogos entre os envolvidos da política pública. Assim, pontua:

Toda política pública es una hipótesis (o un conjunto de hipótesis) de acción. Se espera que si se aplica la estrategia “X” se alcanzará la situación “Y”. En la sociedad del conocimiento, globalizada y sujeta a cambios permanentes, gran parte de las medidas que se toman en el sector público constituyen pruebas y experimentos sujetos a modificaciones permanentes em función de lo que se vive en constantes procesos creativos e innovadores. La evaluación deviene, en este marco, un instrumento poderoso de aprendizaje a partir de la relación que establece entre el conocimiento producido y la práctica. (NEIROTTI, 2012p. 9)

As políticas públicas por estarem dentro desse espectro dialético da realidade, em constante modificação, conseqüentemente os resultados aparecem distintivos em locais e tempos diferenciados. Nesse sentido, há necessidade de estar em constante de aprendizagem sobre as nuances do real, e a avaliação, por sua vez, dever estabelecer uma relação entre o conhecimento produzido e a prática cotidiana.

Vale lembrar que no campo das políticas públicas, a análise se diferencia da avaliação, Boschetti (2009) sinaliza que:

A análise objetiva reconstitui as diversas características de uma política, como a relação entre o público e o privado, as formas de financiamento, as modalidades de prestação de serviços e as possibilidades de desenho institucional que atribuem corpo a uma política social.[...] **Analisar uma política social, nessa perspectiva, pressupõe examinar o quadro institucional, os traços constitutivos da política analisada, a fim de decompor o todo em suas partes componentes; observar, examinar e criticar minuciosamente.**[...] avaliar pressupõe determinar a valia ou valor de algo; exige apreciar ou estimar o merecimento, a grandeza, a intensidade ou a força de uma política social diante da situação a que se destina. Avaliar significa estabelecer uma relação de causalidade entre um programa e seu resultado, e isso só pode ser obtido mediante o estabelecimento de uma relação causal entre a modalidade da política social avaliada e seu sucesso e/ou fracasso, tendo como parâmetro a relação entre objetivos, intenção, desempenho e alcance de objetivos.[...] **a avaliação tem como principal objetivo estabelecer um valor ou um julgamento sobre o significado e efeitos das políticas sociais.** (BOSCHETTI, 2009, p. 570-572)

No entanto, para além da compreensão dos distintos termos, Boschetti (2009) pontua que o fundamental desse debate é tratar análise e avaliação como momentos inter-

relacionados e complementares. Ademais que avaliar uma política social pressupõe incorporá-la na totalidade e na dinamicidade da realidade.

A avaliação de políticas públicas no Brasil, por sua vez, ganha destaque apenas na década de 1990, a partir das exigências do cenário neoliberal, com as agências financiadoras internacionais, tais como o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os quais, passaram a exigir a elaboração das avaliações dos projetos por eles financiados com mais rigor e técnica. Baseando no arsenal de métodos e técnicas de avaliação que surgiram nos Estados Unidos na década de 1960 no intuito de aferir as ações públicas com propósito de oferecer “receitas” para um governo eficaz e eficiente (Muller; Surel; 1998).

Tal avaliação, por sua vez, possuía um caráter gerencialista, ou seja: “representa em síntese, a subordinação do Estado à racionalidade instrumental do mercado, sua lógica produtivista e de mensuração exclusivamente econômica da relação custos/benefícios” (RODRIGUES, 2008, p.15) Essas avaliações tradicionais limitam-se à percepção dos resultados frente à eficácia, eficiência e efetividades, legitimando um modelo tradicional, linear, positivista, fechado e não implicado com a garantia de direitos sociais.

Rodrigues (2008) acredita que tal modelo desconsidera ou minimiza os efeitos não previstos de uma política. Há pouco espaço para crítica da formulação desta e dos princípios os quais lhe sustenta. Logo, a partir dessa baixa capacidade de fornecer informações abrangentes e aprofundadas acerca da avaliação de políticas públicas, esse modelo foi questionado ao longo da sedimentação dessa área acadêmica, possibilitando espaços para novas abordagens que consideram o contexto social, econômico, cultural, político, bem como a análise organizacional- relações de poder e valores – onde está inserida a política.

Vale ressaltar que entendemos que avaliações não são neutras, conforme reafirma Dias Sobrinho (2004) e lembra ainda sobre o caráter político e ético que esta assume, mesmo quando se tenta esconder sob um manto técnico, como se este a fizesse neutra e destituída de valores.

Isso quer dizer que deverão desenvolver-se segundo uma certa racionalidade técnica, que assegure informações objetivas e críveis, mas também é imprescindível que cumpra os requisitos da equidade, tais como a ausência de coerção, a construção de garantias de respeito aos sentidos produzidos socialmente, a liberdade de expressão, a participação e sobretudo colabore para a justiça social e não para as desigualdades e a exclusão. (DIAS SOBRINHO, IDEM p.8)

Demarco minha posição na defesa de direitos e garantias sociais, principalmente para com aqueles em que o país possui uma dívida histórica, lançando mão de elementos e ferramentas investigativas que possibilitem credibilidade à pesquisa avaliativa, concordando com DaMatta (1987), que acredita não ser exequível observar com ‘neutralidade científica’ uma paisagem humana sem, no entanto, relacionar-se com ela, posto que a mesma versa sobre humanidades, envolvendo seus dramas e sonhos.

Desse modo, tenho como finalidade realizar uma avaliação não de controle, mas sobretudo emancipatória, seguindo ainda a linha de Dias Sobrinho (2004) quando nos lembra que política pública não é mercadoria, não podendo ser, portanto, mensurada a partir das técnicas de mercado. Na sessão a seção a seguir, discorro sobre propostas alternativas de avaliação, as quais não comungam com a neutralidade científica, e caminham na ampliação de direitos sociais, enunciando a proposta de avaliação narrativa.

2.4 Modelos contra-hegemônicas: a Avaliação Narrativa

Dentro desse espectro de novas perspectivas, encontra-se a Avaliação em Profundidade proposta por Rodrigues (2008), Avaliação Experiencial de Lejano (2012), bem como Avaliação Política de Silva (2013). O que denomino de Avaliação Narrativa é um modelo que se baseia nessa tríade avaliativa, tendo em vista que são complementares entre si, incorporando ainda as narrativas, proposta por Gussi (2016) para subsidiar os indicadores avaliativos da política em questão. A seguir, apresento os modelos, e indico em quais do seus elementos me apropriado para elaboração desse construto avaliativo.

Avaliação em Profundidade foi uma proposta formulada pelo Mestrado Profissional de Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da Universidade Federal do Ceará (UFC), a partir da necessidade de se construir uma alternativa às normas convencionais e gerencialistas de avaliação de políticas públicas sociais.

A professora Lea Rodrigues (2008) foi quem primeiro sistematizou a Avaliação em Profundidade. Atualmente, passados quase dez anos, o Programa de Avaliação de Políticas Públicas (PPGAAP) vem lançando novos olhares para essa abordagem, trazendo a dimensão da cultura e da etnografia como central para esse caminho (GUSSI; OLIVEIRA, 2016). É ainda um paradigma em construção, e sua riqueza se revela principalmente pelo caráter interdisciplinar, e sobretudo por se afirma na perspectiva de garantia de direitos sociais.

É necessário que esta se apresente de forma extensa, densa, ampla e multidimensional, além de se exigir uma maior amplitude acerca do campo de investigação. Rodrigues (2008) destaca a importância das ciências sociais, em particular a Antropologia, para avaliação de políticas públicas, uma vez que acredita numa perspectiva compreensiva de análise e não apenas a percebe como uma forma de medida ou mensuração de dados.

Fiore (2012), por sua vez, indo ao encontro do pensamento da autora estabelece que uma abordagem interessante sobre drogas em ciências sociais implica levar a sério os múltiplos agenciamentos sobre o homem. Assim, a avaliação em profundidade é um modelo condizente para construção dessa pesquisa, uma vez que refletir sobre a política de drogas requer um olhar que fuja de maniqueísmos, vislumbrando outros ângulos do conhecimento, buscando compreensões, e não apenas mensurações de informações.

Para construção de uma avaliação em profundidade é necessário um exercício etnográfico, conforme propõe Rodrigues (2008) como procedimento metodológico para vivenciar o campo, bem como técnicas que priorizam a voz, os sentidos dos sujeitos e suas compreensões de mundo, como as entrevistas aprofundadas e abertas, no caso em questão opto pela proposta de Josso (2010), denominando-as entrevistas narrativas. Estas, por sua vez, advém do método (auto)biográfico, cuja originalidade dessa técnica reside em que “os autores de narrativas consigam produzir conhecimentos que tenham sentido para eles e que eles próprios se inscrevam num projeto de conhecimento que os institui como sujeitos.” (p. 33). Bem como elucida Olinda e Araújo:

Privilegiamos a busca de compreensão das experiências na perspectiva dos narradores, que também são convidados **a se tornarem pesquisadores de si mesmos, com nossa mediação**. Tal empreendimento exige contatos aprofundados com os indivíduos (interações e transações) nos seus ambientes socioeducativos e, principalmente, **que as narrativas de vida sejam consideradas fontes legítimas e potencialmente férteis para a produção de conhecimento sobre a formação humana**. (2016, p. 232; grifos nosso)

As entrevistas narrativas vão ao encontro da proposta de Rodrigues(2008), ao passo que essa se referencia em Geertz (1989)no sentido que para avaliação em profundidade é necessário frequência assídua no *locus* de estudo para possibilitar um maior conhecimento acerca das pessoas e do objetivo que se pretende investigar.

Nesse sentido, Magnani ao tratar sobre o exercício etnográfico (2002) lembra que: “Não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento.” (MAGNANI, 2002, p.17). Tal assertiva segue na direção de Chizzotti

(2011) onde anuncia que na pesquisa qualitativa há a necessidade de uma atenção sensível às pessoas e à cultura que estão inseridas.

Percebo, concordando com Rodrigues (2008) que a etnografia é uma importante estratégia para desvelar e avaliar políticas públicas, uma vez que essas, conforme Chizzotti (2006, p.58), têm assumido um pressuposto fundamental: a interação direta com as pessoas na sua vida cotidiana, a qual, “pode auxiliar a compreender melhor suas concepções, práticas, motivações, comportamentos e procedimentos, e os significados que atribuem a essas práticas.” No entanto, ressalto que não é escopo desse estudo construir uma etnografia, tendo em vista as limitações práticas para realização desta, mas sim realizar um exercício, um ensaio etnográfico, onde se leve em consideração os elementos destacados acima.

Rodrigues (2008) estabelece quatro dimensões analíticas para orientar a Avaliação em Profundidade:

1) Análise de conteúdo da política- contempla a formulação da política, as bases conceituais e a coerência interna da mesma. Nesse momento, investiga-se o material institucional através das leis, portarias, documentos internos, relatórios, atas de reuniões, valores que lhe legitimam, etc.

2) Análise do contexto da formulação da política-, nesse ponto se destacam informações sobre o momento político e as condições socioeconômicas em que foi formulada a política/programa/projeto em análise. Realiza-se um levantamento das políticas correlacionadas com a temática em foco, bem como se atenta ao marco legal de sustentação, articulando-o com os demais itens.

Ver a política ou programa como parte de um conjunto de ações que expressa, de uma forma mais abrangente, um modo de conceber a política, em seu sentido mais amplo, contemplando o econômico, o social e a definição dos caminhos para o país. [...] para compreender a dinâmica de políticas implementadas em diferentes momentos históricos, concebidas a partir de modelos político-econômico-sociais específicos, faz toda a diferença perceber como são acionados elementos de ordem simbólica-elementos étnicos e identitários; valores morais, cívicos e éticos; ideias e símbolos articulados à ideologia do progresso e da modernização, dentre outros.(RODRIGUES, 2014, p. 181)

3) Trajetória institucional do programa, o qual pretende perceber o grau de dispersão dos serviços ao longo do seu percurso pelas vias institucionais; o(a) pesquisador(a) necessita analisar as mudanças nos sentidos dados aos objetivos da política conforme esta insere em espaços diferenciados. Nesse ponto é essencial a pesquisa de campo, para realização de entrevistas com os operadores da política, observando os aspectos culturais e relações de poder nesses espaços institucionais.

E por fim, **4) Espectro temporal e territorial**, essa dimensão busca analisar a configuração temporal e territorial do percurso da política em estudo, confrontando as propostas anunciadas com as particularidades locais e sua historicidade. “a) as possibilidades de articular, na avaliação, as perspectivas e objetivos de propostas generalizantes às particularidades locais; b) as possibilidades de implementação de políticas, de forma localizada, que levem em conta seu percurso temporal e territorial” (p. 12).

Para atender a essas dimensões analíticas, Rodrigues (2014) aponta que a única via é através da experiência. “A avaliação em si mesma é processo e está fincada na experiência” (p.183). Destarte, a autora se guia no conceito de experiência a partir de Lejano (2012):

Por experiência queremos simplesmente dizer o modelo de conhecimento da pessoa (ou grupo) inserido na situação política. Visto que está embasado na experiência, esse modelo, por definição, respeita a contextualidade e, na realidade, presume, que não há análise fora do contexto. O objetivo é partir da riqueza da experiência e refletir isso em uma riqueza paralela de perspicácia analítica. Já que a experiência é complexa e multidimensional, nossa análise também o é. Quando compreendemos algo pela experiência, o fazemos em muitos níveis, incluindo aqueles que talvez nunca possamos encontrar uma maneira de expressar. Neste modelo, o analista não é o pensador olhando para o movimento da maré. Em vez disso, é um “peixe que nada no oceano”(p. 208)

A partir da Avaliação em Profundidade, lanço mão em articular as dimensões 1) Análise de conteúdo da política, 2) Análise de contexto da política e 4) Espectro temporal e territorial (com as incursões em campo); uma vez que a proposta avaliativa se orienta também na dimensão de Lejano (2012) ao relacionar texto e contexto, ou seja, a política proposta em detrimento da política vivida, a do cotidiano. Recorri assim às principais normativas das políticas sobre drogas, enfatizando a Lei 11.343/2006 (BRASIL, 2006), pelo fato de ser esta que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, bem como entender o marco sociopolítico em que essas foram formuladas e desenvolvidas. Para após isso, compreendê-las a partir das experiências dos sujeitos, que vivenciam a realidade da periferia de Fortaleza.²⁰ O item 3) Trajetória institucional do programa não será utilizado, uma vez que não me detenho a nenhum programa específico, e sim a política pública sobre drogas.

Gussi (2016) nos lembra ainda que a avaliação em profundidade precisa ser fundamentalmente crítica, vislumbrando as contradições do Estado, mas sem perder de vista o contexto cultural em que os sujeitos estão inseridos.

²⁰ Ao realizar a pesquisa no Cuca, não delimito a vivência por bairro, mas sim habitar a periferia. No caso em questão, todos, a princípio residiam na regional V, onde está localizado o equipamento.

A Avaliação Política da proposta pela professora Ozanira Silva (2013) concebe como pressuposto fundamental que avaliação seja percebida em uma relação dialética entre a dimensão técnica e a dimensão política, possibilitando conhecimento sobre a realidade social e sobre as Políticas Públicas, contribuindo principalmente com aqueles que mais necessitam de intervenções de proteção social.

Portanto, ao situar o conhecimento no campo das relações sociais, é possível construir-se uma concepção de pesquisa avaliativa enquanto ato técnico, mas também político; não constituindo, por conseguinte, um ato desinteressado; contrapõe-se à objetividade da ciência positiva, mas requer esforço de objetivação na relação do avaliador com a realidade social e com os sujeitos que participam do processo de avaliação; fundamenta-se em valores e no conhecimento da realidade; valoriza a análise crítica da política ou programa social; busca compreender os princípios e fundamentos teórico-conceituais que orientam a política ou programa avaliado; considera os interesses e procura envolver os diferentes sujeitos no processo da política ou programa; fundamenta-se em valores e concepções sobre a realidade social, partilhados pelos sujeitos da avaliação; contrapõe-se à ideia de neutralidade, não percorrendo um caminho único, e considera os resultados da avaliação como uma versão parcial da realidade, posto ser as realidades historicamente construídas e dotadas de um caráter relativo e temporal; considera a política ou programa como decorrência de vários fatores: ação de sujeitos, especificidades das conjunturas, condições financeiras, materiais e elementos culturais envolvidos; situa a política social na relação com o Estado e a sociedade; considera que toda avaliação é desenvolvida num contexto de sujeitos e interesses; nunca é consensual ou definitiva; é uma versão, um julgamento sobre o real. Portanto, as dimensões técnica e política devem ser vistas como complementares e em articulação (SILVA, 2008).

Nesse aspecto, tento não dissociar a função técnica da política ao longo das análises, entendendo esse processo no bojo das relações sociais, tendo como mote a criticidade. Ademais, que a discussão do Estado também se faz central ao longo desse estudo, interferindo no rumo das políticas e na vida dos sujeitos. Ressalto ainda que em épocas como a que vivenciamos, de desmonte de direitos sociais, faz-se imprescindível dentro dessa perspectiva a necessidade de suspeição²¹ proposta por Sousa (2014) percebendo as

²¹ O autor afirma que em toda análise e avaliação de políticas públicas é necessário a suspeição, ou seja, ultrapassar a simples aparência e a impressão à primeira vista na leitura das políticas. Questiona por que alguns programas continuam sobrevivendo mesmo com resultados ruins? Por que outros fracassam mesmo com desempenhos excelentes? Quais os fatores reais que influenciam na definição e na manutenção das políticas? Precisamos ter uma postura crítica e ir além dos escritos formais, uma vez que o Estado se traveste de múltiplas ideologias para sustentar o seu poder. Assim, corrobora com Zizek (2011, p. 87): “devemos nos apegar não somente ao que é dito, mas à interação complexa entre o que é dito e o que não é dito. O não dito está implícito no que é dito; e ainda com Foucault (1997) quando afirma que há linguagem dentro da linguagem, e esta não diz exatamente o que diz. E assim precisamos pensar e avaliar as políticas públicas, nesse devir suspeito, identificando sempre a ideologia subjacente do contexto analisado, ou ainda como dizia Bourdieu (2010), ultrapassar a doxa. Na política sobre drogas esses questionamentos sejam ainda mais reveladores, tendo em visto os inúmeros discursos moralistas impregnados no nosso cotidiano. O que esconde esse código “moral e dos bons costumes”? A ideia é refletir sobre esses apontamentos ao longo da pesquisa.

contradições que perpassam as políticas públicas e suas avaliações a partir das ideologias neoliberais em destaque no cenário nacional. Avaliação política da política e a suspeição são transversais aos eixos dessa avaliação, um devir dialético intermitente.

Para finalizar, dando corporeidade a esse modelo avaliativo, utilizo ainda como elementos de análises centrais as narrativas, inspirando-me em Gussi(2005), o qual, recorreu a essa categoria para compreender o processo de privatização em um banco no estado de São Paulo, a partir dos rebatimentos que esse processo trouxe para vida dos sujeitos, Nilton e Maria. Para além de questões objetivas, buscou entender os sentimentos, as histórias de vida, os afetos, as perdas, a família, o medo e os desejos daqueles bancários em meio ao processo transitório e avassalador da privatização. Para o autor: “Elas permitem compreender, analiticamente, o contexto de mudanças pelo qual passavam os trabalhadores do Banespa, a constituição dos sujeitos envolvidos nesse contexto e refletir sobre a minha relação, como pesquisador, com os sujeitos”. (p.11). Baseando-se em Kofes (1984), Gussi (2005) relata que quando as narrativas são interpretadas como estórias de vida, deve-se considerá-la em três dimensões: como fonte de informação sobre o contexto; como evocação do sujeito; e por fim, uma reflexão, resultado da relação entre o pesquisado e o interlocutor.

Então, ao narrar sua vida, o sujeito constrói, a seu modo, sua própria trajetória. Recupera algumas redes sociais e outras não. Dá sentido a algumas experiências e outras não. Dá um sentido as suas lembranças. Portanto, são construídas subjetividades a partir das experiências que não necessariamente reproduzem o contexto social, mas também o modifica num processo de constante re-elaboração do sujeito inserido nesse contexto. [...] não basta compreender o que é narrado ou quem faz a narrativa, mas também compreender como se constrói a narrativa no momento do meu encontro com Nilton e Maria. E, assim também compreender que suas narrativas permitem alargar minha própria experiência cognitiva através de conhecimentos compartilhados com outras subjetividades inseridas nas fronteiras de campos de saberes aparentemente distintos, o científico/acadêmico e o da experiência da vida do outro (GUSSI, 2005, p. 12-15)

Desse modo, o autor chegou a conclusões mais pertinentes do que se simplesmente tivesse buscado por uma análise puramente técnica. É vale reiterar que não perdeu de vista o cenário neoliberal autoritário que demarcava a época, conseguindo assim tratar de um tema duro, com certa poesia, através das narrativas e experiências dos sujeitos, essas, por sua vez, segundo Gussi (2005) são o foco epistemológico central das narrativas: “uma vida narrada constitui um entrelaçamento de experiências do sujeito no tempo e no espaço” (p.16)

Benjamin (1983), por sua vez, ao refletir sobre a arte de narrar, afirma que está cada vez mais rara, bem como a capacidade dos sujeitos de trocar experiência (*Erfahrung*), e esta, por sua vez, traz sentido para vida humana, bem como é a base para o conhecimento,

sendo uma multiplicidade unitária e contínua do saber. Destaca que vivência e experiência são elementos distintos, uma vez que quantidade de vivências não diz sobre qualidade de experiências.

Cada uma de nossas experiências possui efetivamente conteúdo. Nós mesmos conferimos-lhe conteúdo a partir do nosso espírito. – A pessoa irrefletida acomoda-se no erro. ‘Nunca encontrarás a verdade’, brada ela àquele que busca e pesquisa, ‘eu já vivenciei isso tudo’. Para o pesquisador, contudo, o erro é apenas um novo alento para a busca da verdade (Espinosa). A experiência é carente de sentido e espírito apenas para aquele já desprovido de espírito (BENJAMIN, 2009, p. 23).

Bondía (2002) aponta que o cenário atual é impregnado pelo excesso de informação. O autor faz uma crítica ao modelo de sociabilidade adoecida em qual vivemos. Afirma ainda que informação não é experiência, e que estão quase em polos opostos, uma vez que a informação é quase uma “antiexperiência”. Com essa busca incessante pela informação, em estar informado, o que consegue é que nada lhe aconteça.

Depois de assistir a uma aula ou a uma conferência, depois de ter lido um livro ou uma informação, depois de ter feito uma viagem ou de ter visitado uma escola, podemos dizer que sabemos coisas que antes não sabíamos, que temos mais informação sobre alguma coisa; mas, ao mesmo tempo, podemos dizer também que nada nos aconteceu, que nada nos tocou, que com tudo o que aprendemos nada nos sucedeu ou nos aconteceu. Além disso, seguramente todos já ouvimos que vivemos numa “sociedade de informação”. E já nos demos conta de que esta estranha expressão funciona às vezes como sinônima de “sociedade do conhecimento” ou até mesmo de “sociedade de aprendizagem”. (BONDÍA, 2002, p.22)

Temos muitas informações à nossa disposição, mas, a maioria de nós é pobre em histórias notáveis, em experiências significativas. As narrativas, diferentemente da informação, são atemporais, não se preocupam apenas com o que é novo, debruça-se sobre aquilo que traz sentido. Não é apenas um relatório, pois mergulha na vida de quem narra, como uma arte livre e abstrata, diz sobre trajetória, história de si.

Pode-se até dar um passo adiante e perguntar: a relação que o narrador mantém com sua matéria, a vida humana, não é ela própria uma relação artesanal? Sua tarefa não consiste justamente em trabalhar de maneira sólida, útil e única, a matéria das experiências- próprias ou alheias? Trata-se de um modo de elaboração de que o provérbio dá a melhor ideia, quando é entendido como- ideograma de uma narrativa. Provérbios, assim que se poderia dizer, são ruínas que estão no lugar de velha histórias: nelas se enrosca, ao redor do gesto, uma moral como a hera nos muros. (BENJAMIN, 1983, p.63)

Destarte, a vida humana é a própria matéria das narrativas, e como um trabalho artesanal, cada experiência é única, com significados próprios, e assim a existência se faz

nessa pluralidade. Os provérbios advêm da “moral da história” fruto de experiência de outros, questiono-me, não seriam os indicadores avaliativos também provérbios, oriundos de narrativas? Nessa perspectiva, a avaliação traz ensinamentos através de histórias de vida, relacionadas com a política de estudo, por meio de seus indicadores, materializado das experiências.

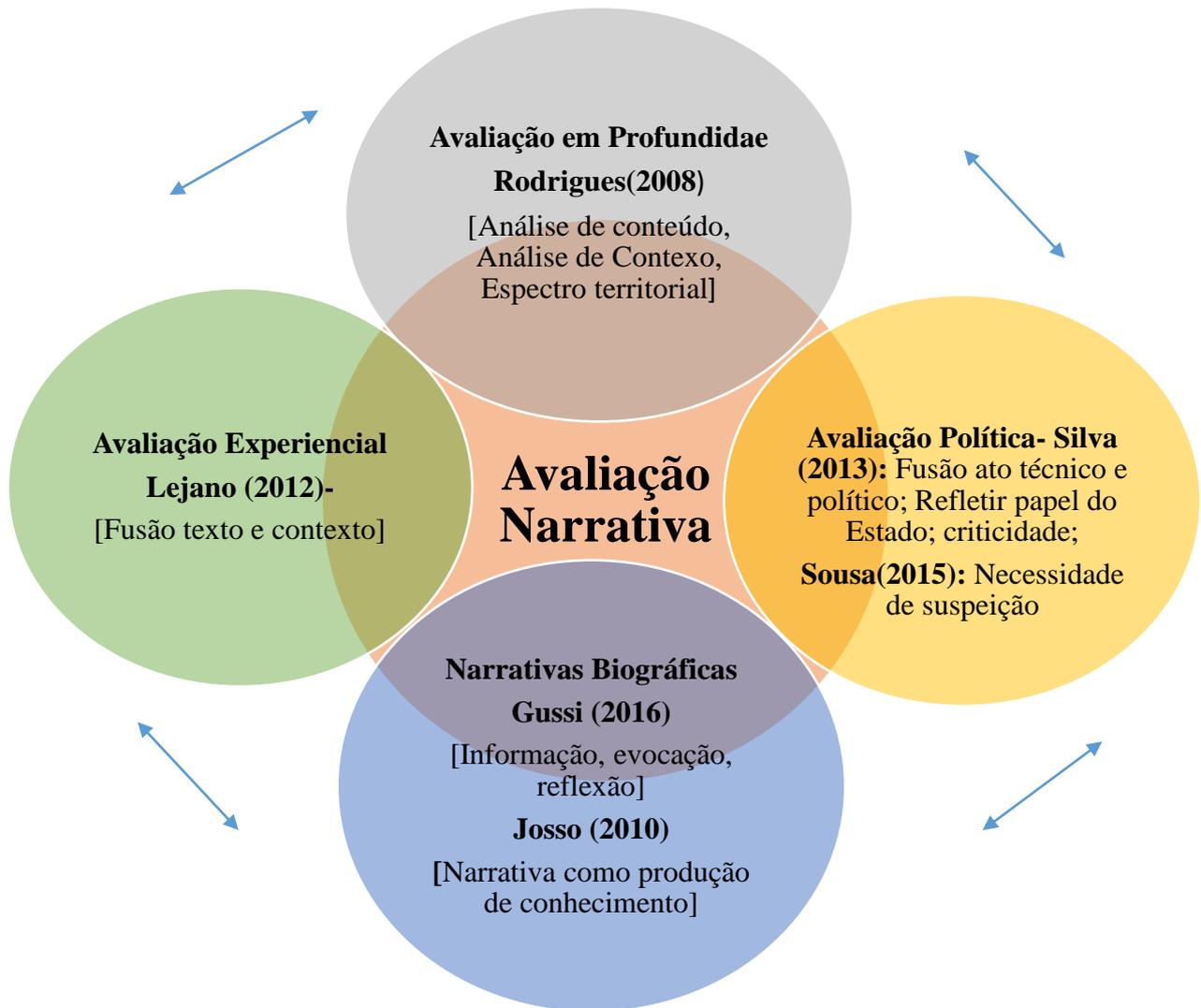
Nesse sentido, os indicadores construídos nessa perspectiva avaliativa advêm dos ensinamentos, das trajetórias, dos des (caminhos) dos sujeitos que são diretamente afetados por uma experiência com a política pública. Gonçalves (2008) contribui ao afirmar a necessidade da elaboração de novos indicadores, pensando a partir de um viés sociocultural.

Trata-se de conhecer, para além dos indicadores quantitativos de renda e de pobreza, quem está recebendo a política pública e como a ressignifica? Em que contexto? Quais as mediações de ordem simbólica e política que a atravessam? (GONÇALVES, 2008, p.22)

A autora considera interessante para a formulação dos indicadores socioculturais o mapeamento junto aos beneficiários, de um território específico, dos seguintes pontos para fins de conhecimento do contexto social: 1-economia (arranjos produtivos e cadeias produtivas locais), 2- relações de poder locais, articulando com esfera federal e estadual; 3- cultura; 4-geografia; 5-rede de proteção existente; 6- concepções e projetos de desenvolvimento local.

Abaixo, apresento um quadro esboçando a ideia da avaliação narrativa, na qual extraio os principais elementos das avaliações discutidas:

Quadro 1- Avaliação Narrativa



Fonte: Elaboração Própria

A avaliação narrativa assim como modelo experiencial de Lejano (2012) requer do analista um sincretismo metodológico que ultrapasse o agrupamento de informações pontuais. É necessário integrá-las, desse modo apontam as setas entres os círculos, para que haja comunicabilidade entre estas, é necessário dar sentido e coerência a esses processos, a faceta que elegi como ele se dá mediante as narrativas, serão o mote agregador das diferentes correntes avaliativas. Ademais: “Talvez o resultado mais importante do processo experiencial seja uma estratégia de ação, isto é, uma recomendação política de alta dimensionalidade e relevância. Isso é resultado da conexão das propostas da política com a própria experiência” (LEJANO, 2012, p. 224).

Destarte, como já exposto, as experiências dos sujeitos variam mediante contexto social, classe, gênero, etnia, raça, tempo, espaço, território. Nesse sentido, o capítulo a seguir

vai apresentar as contradições envoltas ao estado brasileiro e a política de drogas, para que posteriormente, possa se compreender este agrupamento de forças políticas no cotidiano do jovens da periferia.

3 ESTADO BRASILEIRO E POLÍTICAS SOBRE DROGAS: UMA CONFLUÊNCIA TRAIÇOEIRA

*Vossa excelência, nossas felicitações
É muito avanço, viva as instituições!
Melhor ainda com retorno de milhões
Meu Deus do céu, quem é que não queria?
Só um detalhe quase insignificante:
Embora o plano seja muito edificante
Tem sempre a chance de alguma estrela irritante
Amanhecer irradiando dia!
Siba- Baile Solto*

É imprescindível delimitar de que tipo de Estado estamos nos referindo, quais as responsabilidades e a função, as quais, acreditamos que o mesmo deve assumir, para assim pautar uma avaliação de política pública, tendo em vista ser ainda esse conceito um campo em disputa conforme já assinalava Gelinski e Seibel (2012).

Esse capítulo se propõe a refletir sobre o estado brasileiro nas suas diversas nuances, bem como correlacioná-lo com a política de drogas vigente. Com o foco de atenção sobre tais questões será possível a compreensão pelo tipo de avaliação que esse trabalho pretende realizar, como já exposto, no campo contra hegemônico.

Faz-se ainda mister sublinhar que o consumo de substâncias psicoativas é ancestral na história humana. Desde os mais remotos registros há relatos do seu uso, seja para fins espirituais, sociais, medicinais, recreativos ou hedonistas. No entanto, há cerca de um século foi estabelecida uma série de medidas globais que supostamente combatem tais práticas, conhecida como *guerra às drogas*. O estado brasileiro, seguindo a mesma lógica, adentrou nesse processo combativo ao *flagelo das drogas*, a partir de medidas político-jurídicas que penalizam usuários e traficantes. Todavia, percebemos que há um critério extremamente seletivo, uma vez que, segundo estatísticas que discorreremos posteriormente, grande parte daqueles que sofrem com o estado punitivo-penal são negros, pobres, moradores de periferias.

Ao fazermos um resgate histórico do estado brasileiro desde suas raízes perversas à contemporaneidade, visando entender sua relação com a *guerra às drogas*, percebemos tímidas conquistas no campo dos direitos sociais, em detrimento de uma política hegemônica

deletéria à parte mais vulnerável da sociedade, desembocando em altos índices de violência e morticínio, encarceramento em massa, corrupção policial etc.

Por outro lado, a atual política adotada é condescendente com o narcotráfico internacional, uma vez que esta atividade ilícita representa cerca de 8% do comércio mundial, algo em torno de 800 bilhões de dólares por ano. Esse dinheiro, obviamente, não está nas favelas, mas sim no sistema financeiro global (PIRES, 2015). Segue-se a marcha sádica do capitalismo em maximizar seus lucros sem medir consequências à dignidade humana, utilizando-se para tanto da engrenagem do Estado, em consonância com os reais interesses de uma elite predatória, através de fenômeno nomeado por Gramsci (2003) de *pequena política*, onde sequer se questiona o que está posto, uma vez que se normaliza a estrutura social vigente, considerando, por exemplo, o capitalismo como um fenômeno natural.

3.1 Estado brasileiro: das raízes perversas à inscrição na ordem do capital

Desde o processo de espoliação enquanto colônia, o território brasileiro foi marcado por opressões e desigualdades, desenvolveu-se pelo favorecimento de uns em detrimento de outros, como nos bem elucidada o binômio casa-grande/senzala. A exploração colonial no território brasileiro aconteceu de forma inescrupulosa, e ao longo da história foi assumindo novas roupagens. Mudam-se os personagens, mas não se transforma o enredo. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, o número de escravizados no território brasileiro foi maior do que em qualquer outra parte. O regime escravista deixou marcas indeléveis na história brasileira através de atrocidades cometidas contra aqueles que eram considerados meras *coisas*, com menos valor do que animais. A forma a qual tratamos os negros e os índios do nosso país reflete de modo direto no Estado que construímos hoje e se assemelha ao tratamento ofertado aos segmentos marginalizados da população brasileira, legitimando um estado punitivo-penal orientado a uma determinada classe social.

A história do estado brasileiro é trágica, envolta de repetições e continuísmos, tensões e contradições; e é preciso dizê-la, lembrá-la para entender, bem como superar o estado brasileiro contemporâneo. Furtado (1983) nos alerta que um país que pouco reflete sobre si próprio está fadado a repetir os mesmos erros e caminhar por becos sem saída.

A ruptura, no entanto, é muitas vezes mero teatro, existindo apenas no campo dos signos e dos símbolos, vide o episódio da “independência”, a “abolição dos escravos”, a falácia da democracia representativa, o sistema eleitoral vigente... Na cultura brasileira, a

negligência no tocante à participação política ativa é carro-chefe, tal qual *o homem cordial* de Sérgio Buarque de Holanda(1995).

Ao nos reportar para a contemporaneidade brasileira, percebemos esse *homem cordial* gerindo as políticas públicas. Afáveis com a casa-grande, com a elite, e violentos no que diz respeito aos trabalhadores, aos pobres. São responsáveis por protagonizar a capacidade destrutiva do capitalismo em nossos dias. De tal forma que literalmente *assistimos* a uma série de violações aos direitos dos trabalhadores. Conh (2016) fala que o cenário atual trata-se de um ambiente impiedoso de desconstrução de todos os direitos e garantias que foram conquistados no período recente. A autora faz uma analogia com o *jogo de varetas ao contrário*: “não se trata de conseguir tirar uma vareta sem afetar o conjunto, mas de tirar aquelas que mais afetam e desconstroem o conjunto inteiro, aparentemente sem alterar o todo” (CONH, op.cit.).

Pensando, desse modo, no contexto brasileiro atual, desmonta-se o Sistema Único de Saúde (SUS) com a falácia de acesso a planos populares; dificulta-se o acesso à Previdência Social sob o discurso de déficit fiscal; restringe-se o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) aos mais miseráveis com o discurso do “pente fino”, e a mídia e segmentos privilegiados da sociedade civil, sem vinculação com os interesses da classe trabalhadora, aclamam tais medidas, desconstruindo assim o sistema de seguridade social, basilar na promoção e proteção de direitos, sem aparentemente, como diz Cohn (2016), modificar o todo, quando na realidade desmonta-o. Esse é o retrato de um Estado enlaçado com as estratégias hegemônicas do capitalismo financeiro do século XXI. Conforme já assinalava Coutinho (1994), entendendo o conceito de Estado, a partir dos interesses privados de alguns em detrimento de um suposto interesse geral.

É nessa perspectiva de *Estado de Classe* que refletimos o estado brasileiro, que ao longo da história caracterizou-se como um “Estado forte, claramente a serviço dos interesses privados, com um decisivo papel no desenvolvimento da civilização do capital” (CARVALHO; GUERRA, 2015, p. 6). Temos alguns ciclos diferenciados na cena contemporânea, mas com a similitude de legitimar a reprodução desse *Estado de Classe*, defendendo os interesses comuns dos detentores dos meios de produção. Concordamos com as autoras, ao afirmarem ainda que a crise brasileira é uma encarnação da crise do sistema capitalista, materializando-se fortemente na América Latina e no Brasil especialmente nos últimos quinze anos.

Vale lembrar que o *movimento incontornável e essencialmente destrutivo* do capitalismo encontrou na ideologia neoliberal uma ferramenta para temporariamente suplantar

a crise do capital a partir de uma total ruptura com os direitos sociais e humanos elementares, uma perda sem precedentes à vida humana e ecológica. Harvey (2012, p. 13) salienta que o neoliberalismo se tornou hegemônico “na modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”. Muito comum percebermos pessoas pobres reproduzirem o discurso da meritocracia, por exemplo, bem como negros se posicionarem contra o sistema de cotas, deslegitimando toda a barbárie que enfrentaram ao longo da história no Brasil. Como afirma Martins (2008), o pobre aderiu ao mundo que o fez pobre.

Harvey nos lembra ainda que os grandes defensores da ideologia neoliberal ocupam cargos de bastante influência na sociedade do capital, no campo da educação, em grandes universidades; nos meios de comunicação; em instituições financeiras; órgãos-chave do Estado; instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Logo, é uma engrenagem bastante eficiente, contando com forte apoio da sociedade civil, através ainda dos meios de comunicação, que, por sua vez, carregam a ideologia hegemônica, não são democratizados, mas sim concentrados nas mãos de algumas famílias tradicionais, as quais, além de concentrar poder, concentram volumosos capitais.

Outro ponto fundamental para garantir a consolidação do modelo neoliberal é se apoiar em um aparato psíquico-conceitual que mobilize sensações, desejos, valores e instintos. Os fundadores do neoliberalismo se apoiaram em ideais de dignidade humana e liberdade individual em um contexto de ameaça do comunismo, fascismo, ditaduras e todas as intervenções do Estado. O grande defensor dessa liberdade deveria ser a *maior potência da terra*, conforme anunciou G.W.Bush: “A liberdade é a dádiva do Todo-Poderoso a cada homem e mulher deste mundo” e ainda “na qualidade de maior potência da terra temos a obrigação de ajudar a propagar a liberdade.” (HARVEY, 2012, p. 15).

No plano prático, essa liberdade é fictícia, vale apenas para uma elite conservadora, para o mercado financeiro, e não se deve medir os custos para garanti-la, pode-se dessa forma inclusive dizimar populações inteiras, nomeando tais medidas como *guerra*, uma vez que é necessário conter o *mal*. Faz-se imprescindível criar um inimigo para que a mesma seja legitimada e apoiada pela sociedade civil. Os EUA, por sua vez, recebem todo apoio, principalmente dos países sub-desenvolvidos, em troca de garantir essa liberdade.

Como ter liberdade sem direitos? Essa propagada liberdade cai por terra, ao passo que analisamos os dados socioeconômicos do Brasil. O estado brasileiro viola diariamente

direitos elementares da população, é envolto em contradições, sendo assim um país de extremos, enquanto existe uma elite parasitária do aparelho estatal, existe uma massa de pobreza, que vive a partir das migalhas daquela.

Segundo estudo sobre as cidades mais desiguais do mundo realizada pela ONU-Habitat (2010), estima-se que o Brasil é 14º país da América Latina com mais pessoas vivendo em comunidades com infraestrutura precária, o índice de moradores de favelas no Brasil é mais alto que a média latino-americana, de 26%. Embora o número de pobres e indigentes no Brasil tenha caído pela metade em duas décadas, de 41%, em 1990, para 22% em 2009, o país ainda é o quarto mais desigual da América Latina, à frente apenas da Guatemala, Honduras e Colômbia. (ONU- HABITAT, 2012) (ONU-HABITAT, 2010).

Mas quem de fato sofre a pobreza, a miséria, a violência? No Brasil, são muitos países dentro de um só, são determinações socioeconômicas que chegam de modo extremamente desiguais às muitas populações brasileiras. E aqueles que não sofrem o peso das iniquidades são os mesmos que bradam por menos garantias sociais, que carregam preconceitos cerceadores de direitos, e até mesmo de vida. Em que medida reproduzimos padrões de espoliação, tal como no Brasil-colônia?

Costilla (2008) nos fala sobre a persistência de um Estado “colonial” mesmo depois de alguns séculos de independência dos países da América Latina de uma forma geral. Colonialidade no sentido de subordinação aos valores, normas e políticas da Europa e dos Estados Unidos ainda são extremamente atuais, dificultando ou até mesmo impedindo o povo latino-americano a atuar com autonomia, reconhecendo suas próprias experiências locais, suas tradições e suas reais necessidades, distanciando daquelas que são trazidas e incorporadas de forma vertical e alienada. É clara a intenção dos Estados Unidos de intervenção nos projetos reformistas e revolucionários da América Latina, a partir da desculpa de *guerra às drogas*, por exemplo, no qual eles próprios contribuíram para o seu crescimento (Costilla, op.cit.). No entanto, há também um movimento de resistência, que consciente desse processo neocolonizador tenta ir *contra a corrente*, imposta através do Neoliberalismo, do *Estado Penal* e da *guerra às drogas* no Brasil.

3.1.1 *Guerra às drogas* no contexto do neoliberalismo: criminalização da pobreza

Homem de preto qual é sua missão? É invadir favela e deixar corpo no chão; Se perguntas de onde venho e qual é minha missão: Trago a morte, o desespero e total destruição”[...] / O interrogatório é muito fácil de fazer; Pega favelado e dá porrada até doer. O interrogatório é muito fácil de acabar; Pega o bandido e dá porrada até

matar. (CARTILHA PELA DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍTICA E DA POLÍCIA, 2014).

A citação acima é entoada a plenos pulmões pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) do Rio de Janeiro. Poderia ser algo isolado, mas as estatísticas abaixo mostram a atuação policial retratada acima como cena corriqueira no estado brasileiro. O fato de ser pobre, não ter dinheiro para acessar bens de consumo supérfluos, já é uma condição *apriori* de criminalização. O Estado, por sua vez, deixa de garantir proteção social aos miseráveis, e passa a oferecer ações repressivas, na lógica do encarceramento e violência, coadunando com a ordem neoliberal vigente na civilização do capital.

Para Carvalho (2010), a civilização do capital se materializa na contemporaneidade através das mais diversas formas de opressão, discriminação, de exclusão, promovendo ideologias racistas, sexistas e contra religiões de matriz africana, encarnando assim, como já observado, um *neocolonialismo*. “É a hibridação das novas formas do domínio do capital com as formas da opressão do colonialismo, a impor modos de vida, formas de sociabilidade” (p. 241). Esse contexto de opressão nos coloca em um espaço de insegurança, instabilidade, crises, desproteção social, violências que marcam esse cenário contemporâneo.

Acirra-se, dessa forma, desigualdades de todas as ordens, produz-se a destruição das pessoas e da vida. A tirania do capital ignora as reais necessidades humanas e inventa novas formas que possibilitem a perpetuação desse sistema perverso, vale lembrar ainda que é um sistema homicida-seletivo. No Brasil, é revoltante o drama da juventude pobre, moradora da periferia, os índices de mortalidade são uns dos mais altos do mundo comparáveis aos encontrados na Guerra da Síria²². Mortes essas, como nos lembra Misse (2012), são até mesmo desejadas pela sociedade, já que esses indivíduos, muitas vezes, rompem com o comportamento normativo, logo eles “merecem inclusive morrer”, são “a escória do estado brasileiro”, por sua vez, do sistema capitalista.

Tal processo nos lembra o sistema nazifascista, de verdadeira higienização social, escolhendo de forma específica os que podem ou não ter direito à vida. É necessário retirar tudo o que nos incomoda, embora seja a pobreza processo inerente ao sistema capitalista, é

²² O “Estudo Global sobre homicídios 2013” afirma que onze das trinta cidades mais violentas do mundo estão no Brasil- partindo do número de homicídios-, sendo considerado campeão no ranking, como o país com maior número de cidades perigosas. (UNODC,2013). Segundo Anuário de Segurança Pública (2016) o Brasil registrou mais mortes violentas intencionais em cinco anos do que a guerra na Síria no mesmo período (2011-2015). Enquanto foram 256.124 mortes na Síria, no Brasil ocorreram 279.567 mortos. Ainda segundo o FBSP, a cada 9 minutos uma pessoa é morta violentamente no país, em 2015, estima-se cerca de 58.467 assassinatos, sendo que 54% são jovens de 15 a 24 anos, e 73% são negros.

preciso silenciá-la. Logo, o Estado tem total apoio para legitimar um verdadeiro extermínio nas favelas do país, através de um discurso falacioso de *guerra às drogas*, quando na realidade não é uma guerra contra substâncias, mas sim contra pessoas, contra os pobres, dizimando milhares de jovens moradores da periferia. A *guerra às drogas* é mais uma ferramenta da estrutura hegemônica para legitimar o seu poderio na civilização do capital no sentido que os lucros volumosos não estão nas favelas, e sim nos maiores bancos do mundo. O Estado, através de seus instrumentos coercitivos, como a Política de Segurança, impetra uma verdadeira guerra aos pobres, já desprovidos de seus direitos básicos, sob esse pretexto deveras falacioso.

A elite brasileira, através de seu conservadorismo, e seus elementos que lhe constituíram ao longo da formação do país, como *sadismo do mando*, colaboram de forma significativa com essa guerra. Freyre (2005), em *Casa-Grande e Senzala*, nos lembra que a tradição conservadora no Brasil tem se sustentado desse sadismo, disfarçado em “princípio de autoridade” ou “defesa da ordem” desde a época colonial.²³ Há um deleite no autoritarismo, na violência e na opressão contra aqueles marginalizados. O século XXI com todo o seu massacre policial diário, legitimado pelo *status quo*, revela-nos a atualidade de nossas raízes tão perversas.

Segundo Carvalho (2010), ao longo das últimas décadas, o Estado molda-se, assumindo características contemporâneas, essenciais para reprodução do capital. Além da ideologia neoliberal, de um modelo de Estado Mínimo, acompanha-se o neointervencionismo estatal de acordo com a dinâmica da mundialização do capital. Trata-se de um Estado Ajustador : “ajusta e ajusta-se ao padrão de acumulação e formas de valorização do capital. É preciso considerar que este Estado Ajustador emerge e institui-se no contexto da Democracia, que, na contemporaneidade, afirma-se como sistema de governo hegemônico” (p. 242). Dessa forma é a democratização dos sistemas políticos em consonância com os processos de “des-democratização”, aumentando assim as expressões da questão social, tais como as já observadas desigualdades sociais, violência, desproteção social e insegurança pública.

A *guerra às drogas* já ultrapassa um século, pois em 1912, na Primeira Conferência Internacional do Ópio, em Haia, foram traçadas algumas resoluções que logo teriam adesão global. Os Estados Unidos, por sua vez, patrocinaram e defenderam o modelo esboçado em Haia, sediando posteriormente a Convenção Única sobre Entorpecentes em

1961, implantando o paradigma global proibicionista em seu formato atual. Os países signatários se responsabilizaram na luta contra “o flagelo das drogas”, punindo dessa forma, quem as produzisse, vendesse ou consumisse (FIORE, 2012).

Rodrigues (2008) nos lembra que o proibicionismo antes de ser uma doutrina para tratar a “questão das drogas”, é uma prática moral e política pela qual o Estado deve proibir determinadas substâncias e reprimir seu consumo e comercialização. As leis de drogas ao redor do mundo, apesar de suas particularidades e avanços, submetem-se a essa lógica criminal.

Wacquant (2001), ao estudar o conceito de Estado dentro da ótica neoliberal, reflete que esse deixou de ser um Estado-Providência para dar lugar ao Estado Penitência, ou ainda o “novo gestor da insegurança social”. No Brasil, por exemplo, percebemos os desmontes de direitos sociais e o aumento da população carcerária. Segundo Conselho Nacional de Justiça (2014), o número de pessoas presas no país aumentou mais de 400 % em 20 anos, o que nos coloca como a terceira maior população carcerária do mundo, incluindo aquelas que estão em prisão domiciliar, totaliza-se cerca de 711.463 presos. Ao mesmo tempo em que há um déficit de 345 mil vagas no sistema carcerário - o que aumentaria para mais de 1 milhão de pessoas. Vale ressaltar que cerca de 28% dos crimes cometidos são enquadrados como tráfico de drogas. No entanto, não é só o aumento da criminalidade que produz a ascensão de um Estado Penitência, mas sobretudo é a mudança no: “olhar que a sociedade dirige para [...] as populações despossuídas e pra o local que elas ocupam na cidade” (Wacquant 2007, p.29)

Nesse interim, vale ressaltar que o declínio do Estado-Providência é realizado através de ações articuladas, em um primeiro momento através da diminuição do orçamento para área social, com um discurso de “guerra contra a pobreza”, mas que para Wacquant é uma guerra contra os pobres, pois estes passam a assumir a responsabilidade de todas as contradições do Estado burguês por meio de empregos precários e medidas vexatórias. Em segundo momento, por barreiras administrativas e burocráticas para diminuir ou evitar o acesso a programas governamentais, sob discurso de “equilibrar as contas do Estado”, ou ainda “tornar máquina pública mais efetiva”.

O primeiro componente do Estado penal, menos visível, é a transformação da Assistência (e dos próprios serviços sociais) em instrumentos de controle e vigilância das chamadas “novas classes perigosas”, com o objetivo de fazer com que esse público aceite qualquer emprego, não importa quais as condições de trabalho e a remuneração que sejam oferecidas (comporiam medidas do workfare). A isso se aliam formas assistenciais com condicionalidades à assiduidade escolar

das crianças e à formação técnica voltada para um mercado de trabalho sem medidas reais de inserção em postos de trabalho. Wacquant menciona o termo “classes perigosas”, usado pelo discurso da insegurança social, para considerar o público alvo das políticas punitivas que são aqueles que compõem o que ele considera como subproletariado ou aqueles setores mais deserdados da classe operária, cujo perfil da população mais atingida é os workingpoors, famílias com histórias de vida marcadas pela pobreza, precariedade material, privação cultural, indigência social, violência física, em sua maioria negros. (WACQUANT, 2001, p. 33 e seguintes). O segundo componente do Estado penal é o encarceramento ou a “contenção repressiva” dos pobres. Essa ação atinge prioritariamente negros e jovens de bairros pobres e a justificativa ideológica subjacente é a “guerra contra as drogas”. (MAURIEL, 2016, p.20)

Assim, a “guerra contra a pobreza”, e a “guerra contra as drogas” vão ter um alvo em comum: os pobres, ou ainda aos termos de Wacquant (2001) as classes perigosas. Para Karam (2013) a *guerra às drogas*, assim como as demais, é nociva, insana e sanguinária. Ela deixa explícito qual é o inimigo que deve ser eliminado, a partir de um rótulo moral e estigmatizante, já sugerido por Goffman (2013), sendo dessa forma, um instrumento de perseguição e criminalização de pessoas pobres. A ideia que as substâncias ilícitas são o grande mal da sociedade menospreza a condição degradante, a partir das iniquidades sociais em que vivemos, culpando determinadas substâncias por todas as contradições do estado burguês.

Assim, Souza e Carvalho (2012), assinalam que uma sociedade na qual as drogas são vistas como uma figura de ameaça à segurança individual e das famílias: “o fracasso da medida repressiva será apenas o índice de que esta repressão não está sendo suficiente repressiva. O fracasso não gera um recuo da medida adotada, mas sim uma intensificação da mesma.” (p. 47) Logo, a guerra que mata muitos é totalmente justificada para *salvar a vida* de alguns outros, dos “cidadãos de bem”, ou, melhor dizendo “de bens”.

Vale lembrar que as drogas são necessidades humanas, são elementos ancestrais, culturais e sociais que atravessam a história da humanidade. O consumo de substâncias psicoativas é um fenômeno recorrente, encontrado em diversas sociedades e em épocas históricas distintas. Sob uma perspectiva cultural e política, Simões (2008) nos faz uma interessante reflexão, percebendo-as para além de uma perspectiva tradicionalista e moralista, uma vez que o consumo remonta a lugares longínquos e a tempos imemoriais. Sendo crucial percebermos os modos de uso a partir da leitura do contexto em que esses estão inseridos, uma vez que variam histórica e culturalmente. Quebrando com a dicotomia de boa ou má, as drogas não são apenas dotadas de propriedades farmacológicas, uma vez que o seu uso e a sua existência envolvem questões complexas, que variam desde liberdade e disciplina, sofrimento,

prazer, aventura, espiritualidade, sociabilidade, chegando a questões como violência, comércio e guerra.

Desde os primórdios, conhecemos relatos dos seus mais diversos usos, seja em um rito espiritual, medicinal ou de prazer, bem como destacamos a seguir:

Desde os mais remotos registros, há evidências de que o uso medicinal, ritualístico e recreativo de drogas acompanha a marcha histórica do *homo sapiens*. Os chineses e indianos do neolítico (cerca de 4.000 a.C) já conheciam o poder da maconha de alterar a percepção dos sentidos e da consciência. Os índios amazônicos utilizam milenarmente uma substância extraída de uma rã - só encontrada naquela região- para rituais xamânicos de purificação e imunização. Na Grécia Antiga, consumia-se o haxixe junto com o ópio, uma preparação chamada Nepente, descrita na *Odisséia*, de Homero. No entanto, nos últimos dois séculos, mais acentuadamente desde o início do XX, o consumo de drogas começou a ser proibido e carregar padrões ético-morais estigmatizantes (PIRES, 2015, p. 8).

Logo, como tentar superar algo que é inerente à condição humana? Ao objetivarmos o fim das substâncias, estamos fadados ao fracasso, pois as mesmas não desaparecerão pelo fato de serem legalmente proibidas. No entanto, o proibicionismo é uma ferramenta importante para legitimação do capitalismo na contemporaneidade, uma vez que a droga se torna uma mercadoria na civilização do capital, e essa, por sua vez, é um dos mercados mais lucrativos do planeta.

Os aparatos normativos são instrumentos, que por meio do Estado, legitimam e endossam a guerra contra os pobres. Siqueira (2010) nos aponta que há três instituições prontas para receber usuários e comerciantes de substâncias ilícitas, entendendo as drogas ainda ora como delito, ora como pecado, ora como dependência: 1º- Cadeia, 2º- Igreja (Comunidades Terapêuticas) e 3º- Hospitais Psiquiátricos. Tentam ser instituições de controle, no entanto, falham no quesito de *docilizar* esses corpos negros e pobres, uma vez que essas instituições são um verdadeiro barril de pólvora, motins, fugas e assassinatos, são alguns exemplos que nos são noticiados nesses equipamentos. Porém, obtém-se sucesso no que diz respeito à exclusão e à segregação social. Os presídios, os hospitais psiquiátricos e as comunidades terapêuticas possuem um recorte de gênero, cor, etnia bastante similar.

Essas instituições não surgem à toa, são consequências de um projeto político, atualmente o Brasil possui uma política sobre drogas bastante paradoxal, e atrasada no que concerne a países mais desenvolvidos como Portugal, Canadá, Uruguai, Suíça, onde o Estado conseguiu trazer algumas respostas satisfatórias na implementação desta. Diante do contexto

apresentado, a seguir apresento um panorama acerca da política sobre drogas no Brasil no que concerne ao seu conteúdo e sua trajetória.

3.2 Políticas públicas sobre drogas no Brasil: conteúdo, contexto e trajetória

As políticas públicas no Brasil tratam a temática das drogas a partir de diferentes modos, Marlatt (1999 *apud* Teixeira 2007) elencou três modelos que servem como referência para analisarmos tais ações públicas: 1) modelo moral/criminal; 2) modelo de doença; e 3) modelo de Redução de Danos. Essas classificações, vale ressaltar, não são lineares e ao longo da história, coexistem através de diferentes práticas da ação pública. No entanto, dentro dessa gama complexa, o modelo moral/criminal foi um dos mais utilizados pelo Estado brasileiro, posto que, conforme apresentado, historicamente encara a questão das drogas através de um viés punitivo, repressivo, de controle.

Para Teixeira *et al.* (2016) a segunda classificação, a qual percebe o uso de drogas como uma doença que prescinde de tratamento, de cura, pauta-se no poder biomédico proposto por Foucault (2005), encontrado nas clássicas experiências dos Alcoólicos Anônimos e Narcóticos Anônimos; não reconhece o uso como uma forma de prazer, mas sim segue um viés moral que define o sujeito como doente, incapaz de discernir sobre suas escolhas, aceita-se apenas a abstinência, ou seja, não se admite o uso de substâncias psicoativas, o “não-uso” é inclusive condição para tratamento, “estar limpo”.

Por outro lado, já considerado um avanço na legislação brasileira, através de um tom de saúde pública, sob uma correlação de forças, pautou-se a Estratégia de Redução de Danos²⁴ como uma política pública, o que considero uma dimensão contra hegemônica dentro dessa estrutura disciplinar de “combate às drogas”. É um paradigma ético, clínico e político que estabelece o cuidado aos usuários de substâncias psicoativas. É alvo ainda de diversas máx interpretações dos operadores da política como sendo uma apologia ao uso de drogas, no entanto, é uma conquista fruto de lutas dos movimentos sociais, os quais, importam-se principalmente com a radicalidade do cuidado pautado a partir da liberdade das pessoas.

Quadro 2- Sistematização dos normativos sobre drogas na legislação brasileira no período de 2000 a 2016

²⁴ A Redução de Danos através da Portaria nº 1.028 de 1º de Julho de 2005 estabelece ações as quais estimulem o comportamento mais seguro do consumo de drogas, pautando um outro paradigma para além da abstinência. (BRASIL, 2005)

Normativos	Ano e Setor	Relação com temática das drogas e a organização dos serviços
Lei 10.216 de 06 de abril de 2001	2001. Ministério da Saúde	Marco da Reforma Psiquiátrica; novo modelo de atenção em saúde mental; desospitalização, serviços de base territorial, portas abertas, sem exclusão do convívio com a sociedade. Define três tipos de internação psiquiátrica: voluntária, solicitada pelo paciente e involuntária.
Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 101 de 30 de maio de 2001 (revogada pela RDC 29 de 2011)	2001. Ministério da Saúde. Anvisa	Regulamento Técnico sobre o funcionamento dos serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas (SPA), segundo modelo psicossocial, também conhecidos como Comunidades Terapêuticas (CT)
Decreto Presidencial nº 4.345 de 26 de agosto de 2002 .	2002. Presidência da República. Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD)	Institui a Política Nacional Antidrogas (PNAD). Apresenta o prefixo anti drogas, que denota uma posição proibicionista visando uma sociedade livre do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas embora já aponte para programas de redução de demanda e danos considerando os determinantes sociais de saúde
Portaria nº 2197 de 14 de outubro de 2004 .	2004. Ministério da Saúde	Estabelece que o Programa de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas (AD). Considera as determinações do documento “A Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de AD” de 2003 do MS. Adota a Redução de Danos (RD) como estratégia de intervenção prioritária. É contrária a internação de usuários AD em hospitais psiquiátricos normatizando as internações hospitalares de curta permanência; propõe integração entre os serviços e níveis de atenção à saúde

<p>Resolução nº3/GSIPR/CH/CONAD de 27 de outubro de 2005.</p>	<p>2005. Conselho Nacional Antidrogas (CONAD)</p>	<p>Institui a Política Nacional Sobre Drogas substituindo o prefixo “anti” para “sobre” drogas, refletindo nova compreensão técnica-política para o problema em uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas.</p>
<p>Portaria nº 1.028, de 1 de julho de 2005.</p>	<p>2005. Ministério da Saúde</p>	<p>Regulamenta ações que visam à RD decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência definindo as ações de RD com disponibilização de insumos para prevenção de HIV e hepatites.</p>
<p>Lei de Drogas 11.343 de 23 de agosto de 2006.</p>	<p>2006. Presidência da República. Casa Civil</p>	<p>Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e as redes de serviços. Estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes, distingue usuário de traficante e suas respectivas penas, porém mantém a criminalização e a penalização por uso de drogas</p>
<p>Decreto nº 6.117, de 22 de maio de 2007.</p>	<p>2007. Presidência da República</p>	<p>Institui a Política Nacional sobre o Álcool com medidas para redução do seu uso indevido e sua associação com a violência e criminalidade. Propõe a ampliação e fortalecimento das redes locais de atenção integral na lógica de território e de RD</p>
<p>Portaria nº 1.190 de 04 de junho de 2009.</p>	<p>2009. Ministério da Saúde.</p>	<p>Institui o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas (PEAD). Normatiza os Consultórios de Rua (CR) como uma das estratégias do plano na área de saúde mental, visa diversificar as ações orientadas para a prevenção, promoção e tratamento por meio de respostas intersetoriais efetivas.</p>

Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 .	2009. Presidência da República, Casa Civil	Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula isenção de contribuições para a seguridade social às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos e inclui as CT em tal categoria.
Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010	2010. Presidência da República, Casa Civil	Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas (PIEC) e cria o seu Comitê Gestor. Esse Plano deu origem ao Programa “Crack é Possível Vencer” em 2011 apresentando três eixos de atuação: Prevenção, Cuidado e Autoridade com a finalidade de promover a prevenção, o tratamento e a reinserção social de usuários; além do enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas. Visa integrar as ações de saúde e reinserção social de usuários AD com as ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além da ampliação dos dispositivos da rede de atenção
RDC 29 de 30 de junho de 2011.	2011. Ministério da Saúde. Anvisa	Estabelece requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes de SPA em regime de residência. Revoga a RDC de 2001 e apresenta atividades supostamente desenvolvidas nas CT sem nomeá-las como tal. Não há o rigor anterior da RDC 101 quanto aos critérios de elegibilidade do residente e mantém o critério de permanência voluntária. Não define número máximo de leitos (que era de 30 na RDC 101) e o responsável não tem mais que ser necessariamente da área de saúde, mas apenas de nível superior
Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011	2011. Ministério da Saúde.	Aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Revê a organização da Atenção Básica e seus atributos essenciais e derivados. Incorpora a RD na Atenção Básica e cria as equipes de Consultório na Rua (eCnaR).
Portaria nº 3088 de 23 de dezembro de 2011 .	2011. Ministério da Saúde.	Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas (RAPS) para ampliação do acesso à atenção psicossocial aos pontos de atenção da rede e incluindo às urgências. Institui as CT,

		as eCnaR e Centro de Atenção Psicossocial para AD (CAPS AD) como seus dispositivos
Portaria nº 131 de 26 de janeiro de 2012 .	2012. Ministério da Saúde.	Institui incentivo financeiro de custeio para apoio aos Serviços de Atenção em Regime Residencial, incluídas as CT no âmbito da RAPS. Define 30 leitos como número máximo por serviço (que já constava na RDC 101). Para recebimento do incentivo os serviços deverão integrar Região de Saúde que conte com componentes da RAPS. Apresenta normas mais rígidas de credenciamento para os serviços residenciais.
Portaria nº 10, de 28 de fevereiro de 2014 .	2014. Ministério da Justiça. SENAD.	Acrescenta modelo de relatório de fiscalização das CT. Define CT como entidade que presta serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de SPA. Explicita que há um número de vagas contratadas pela SENAD, órgão fiscalizador das CT utilizando parâmetros da RDC 29/2011. Define como direito do acolhido a Laborterapia que emprega o trabalho como forma de recuperação. Propõe modelo de acolhimento em que não há privação de liberdade.
Resolução nº 01 de 19 de agosto de 2015	2015. Presidência da República. CONAD.	Regulamenta, no âmbito do Sisnad, as entidades caracterizadas como CT, sem prejuízo da RDC nº 29. Afirma que as CT não são estabelecimentos de saúde, mas de interesse e apoio das políticas públicas de cuidados, atenção, tratamento, proteção, promoção e reinserção social. Estabelece o acolhimento por até 12 meses o que se diferencia de uma abordagem psicossocial com vistas a desinstitucionalização. O programa de acolhimento ainda permite incluir a realização de desenvolvimento da espiritualidade como parte do método de recuperação.
Portaria 834 de 26 de abril de 2016 .	2016. Ministério da Saúde	Redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área de saúde (CEBAS) e considera entidade beneficente de

		assistência social na área de saúde aquela que atue diretamente na atenção à saúde. A CT definida como entidade de saúde poderá receber o CEBAS, porém não há definição de critérios quanto ao que se caracteriza “entidade de saúde”. Informa ainda excepcionalmente, para receber a CEBAS as CT que comprovem a aplicação de apenas 20% de sua receita bruta em ações de gratuidade.
--	--	--

Fonte: Texeira *et al.* (2017)

3.2.1 Um resgate histórico e documental da política sobre drogas

De acordo com Machado e Miranda (2007), as primeiras intervenções do Estado brasileiro no que diz respeito à questão das drogas se deram no início do século XX, a partir de dispositivos jurídico-institucionais, os quais objetivavam estabelecer o controle do uso e do comércio de substâncias ilícitas sob o discurso de garantir a segurança e a saúde pública no país. Uma série de leis e decretos criminalizava os usuários e traficantes de drogas, as penas determinavam de forma absurda, por exemplo, que os usuários saíssem do convívio social, colocando-os em prisões, sanatórios²⁵, e, a partir de 1970 em hospitais psiquiátricos. Nos dias de hoje, avançamos em alguns aspectos, no entanto os dispositivos higienistas, disciplinares, denominados Comunidades Terapêuticas se assemelham bastante às antigas instituições.²⁶ Vale frisar que as referidas medidas estavam em consonância com as convenções internacionais, o que nos faz refletir sobre a validade em acatar tais determinações.

Em 1911, o Brasil foi signatário da Convenção de Haia, que propôs o controle sobre ópio, morfina, heroína e cocaína. *A posteriori*, compareceu às reuniões da ONU em 1961, 1971 e 1988, outorgando a necessidade de intervenções repressivas à oferta e ao consumo de drogas, destinadas a um segmento bastante específico da população. Outro destaque no percurso histórico da política sobre drogas foi o Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN)²⁷, o qual foi regulamentado a partir do decreto 85.110, de 2 de

²⁵ O decreto 14.969/1921 criou o “sanatório para toxicômanos” (BRASIL, 1921).

²⁶ De acordo com Malagute (2013), antes nos séculos XVIII e XIX, as prisões (e também sanatórios) eram verdadeiras fábricas de disciplina, hoje são especialistas na exclusão social, tais como as Comunidades Terapêuticas.

²⁷ “O Confen destacou-se como órgão normativo dos diversos assuntos e das ações programáticas governamentais associados ao tema drogas. Era composto por representantes dos vários ministérios [...] por um representante do Departamento da Polícia Federal; um da Vigilância Sanitária; um jurista escolhido e designado pelo Ministério da Justiça; e um médico psiquiatra, escolhido pela Associação Médica Brasileira e designado pelo Ministério da Justiça. A princípio, abordava apenas questões relativas às drogas ilícitas mas, ainda na

setembro de 1980 e tinha como objetivo propor a política nacional de entorpecentes, controlar o uso e o tráfico das “substâncias que determinem dependência física ou psíquica” (BRASIL, 1992, p.19).

Quadro 3-Resumo dos principais acontecimentos no século XX sobre a política de drogas no mundo - o centenário proibicionista

1909	Conferência de Shangai -Reuniu 13 países para tratar do problema do ópio indiano infiltrado na China não produzindo resultados práticos.
1911	Primeira Conferência Internacional do Ópio (Haia)
1912	Primeira Convenção Internacional do Ópio - Resultante da Conferência de 1911 e popularmente conhecida como a "Convenção do Ópio", regulamentou a produção e a comercialização da morfina, heroína e cocaína. Foi prejudicada em sua execução pela Primeira Guerra Mundial, entrando em vigor apenas em 1921.
1921	Criação da Comissão Consultiva do Ópio e Outras Drogas Nocivas - Sucedida pela Comissão das Nações Unidas sobre Drogas Narcóticas (CND - Commission on Narcotic Drugs) por consequência da criação da Sociedade das Nações cuja Convenção constitutiva (art. 23,c) reconheceu a atribuição de elaborar acordos sobre o tráfico de ópio e outras drogas nocivas.
1924	Conferência de Genebra -Ampliação do conceito de substância entorpecente e instituição do sistema de controle do tráfico internacional por meio de certificados de importação e autorização de exportação.
1925	Acordo de Genebra -Surgido da Conferência vinculada à Sociedade das Nações de 1924, torna realidade os dispositivos da Conferência de Haia de 1912.

década de 1980, passou a abordar também questões relacionadas às drogas lícitas. Em vários momentos de sua história, o Confen dedicou-se principalmente ao campo das ações de repressão ao uso e ao de tráfico de drogas. Em outros, sobretudo a partir do fim da década de 1980, com a redemocratização do país, ultrapassou os limites desse campo, favorecendo o surgimento de práticas de prevenção, de tratamento e de pesquisa, não orientadas exclusivamente pela perspectiva repressiva.” (MACHADO E MIRANDA, p. 806, 2007)

1931	Conferência de Bangkok -Revisão do acordo de Genebra de 1925.
1931 e 1936	Duas novas Conferências realizadas em Genebra. Estabelecimento da obrigação dos estados participantes tomarem as providências para proibirem, no âmbito nacional, a disseminação do vício.
1946	Assinado protocolo atualizando acordos anteriores sob convocação da ONU (Organização das Nações Unidas)
1948 e 1953	Firmam-se outros protocolos. O de Nova Iorque restringiu a produção de opiáceos na fonte, permitindo sua destinação apenas para uso médico.
1961	Firma-se a Convenção Única de Nova Iorque sobre Entorpecentes Composta de cinquenta e um artigos relaciona os entorpecentes, classificando-os segundo suas propriedades em quatro listas. Estabelece as medidas de controle e fiscalização prevendo restrições especiais aos particularmente perigosos; disciplina o procedimento para a inclusão de novas substâncias que devam ser controladas; fixa a competência das Nações Unidas em matéria de fiscalização internacional de entorpecentes; dispõe sobre as medidas que devem ser adotadas no plano nacional para a efetiva ação contra o tráfico ilícito, prestando-se aos Estados assistência recíproca em luta coordenada, providenciando que a cooperação internacional entre os serviços se faça de maneira rápida; traz disposições penais, recomendando que todas as formas dolosas de tráfico, produção, posse etc., de entorpecentes em desacordo com a mesma, sejam punidas adequadamente; recomenda aos toxicômanos seu tratamento médico e que sejam criadas facilidades à sua reabilitação.
1971	Firma-se a Convenção sobre as Substâncias Psicotrópicas (Viena) que passa a controlar a preparação, uso e comércio de psicotrópicos.
1972	Firma-se, em Genebra, o Protocolo de Emendas à Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961, modificando-a e aperfeiçoando-a. Altera a composição e as funções do Órgão Internacional de Controle de Entorpecentes, amplia as informações que devem ser fornecidas para controle da produção de entorpecentes naturais e sintéticos e salienta a necessidade de tratamento que deve ser fornecido ao toxicômano.
	Convocação pela Secretaria Geral das Nações Unidas da Conferência Internacional sobre o Abuso de Drogas e Tráfico Ilícito para rever o documento

1977	"ComprehensiveMultidisciplinaryOutline". Esse documento consiste de quatro capítulos, dois deles referindo-se ao controle do fornecimento e à supressão do tráfico ilícito. Faz sugestões práticas sobre o planejamento de programas efetivos para a supressão do tráfico ilícito em todos os níveis (nacional, regional e internacional).
1988	Conclusão da Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas (Viena)
1990	Entra em vigor internacional a Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas que complementa as Convenções de 1961 e 1972, acrescentando, entre outras coisas, o éter etílico e acetona no rol das substâncias controladas.

Fonte: INFO-Drogas (2012)

No entanto, no Brasil, foi apenas a partir de 1998 que se iniciou a construção de uma política específica sobre drogas, ou seja, há menos de vinte anos, sendo de fato uma organização recente, esta aconteceu após a XX Assembleia Geral Especial das Nações Unidas, na qual foram discutidos aspectos relacionados à redução da oferta e da demanda de drogas. Nesse ínterim criou-se ainda a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD)²⁸ vinculada à Casa Militar da Presidência da República (OBID, s/a).

No percurso histórico, merecem destaque: a Política Nacional Antidrogas (PNAD) a partir do decreto Presidencial nº 4.345 de 26 de agosto de 2002²⁹; o realinhamento desta política nacional a partir das mudanças sócioeconômicas no país, através da resolução nº 03/GSIPR/CH/CONAD de 27 de outubro de 2005³⁰, resultando na Política Nacional Sobre Drogas (PNAD), estruturada a partir dos eixos: 1-Prevenção; 2- Tratamento, Recuperação e Reinserção Social; 3- Redução de danos Sociais à Saúde; 4- Redução da Oferta; 5- Estudos, Pesquisas e Avaliações; a lei nº 11.343/2006³¹, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), revogando as Leis 6.368/1976 e 10.409/2002; em 2007, através do decreto presidencial nº 617/07, lança-se a Política Nacional sobre o Alcool. De forma mais recente, temos ainda o Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao crack e outras drogas. (BRASIL, 2011).

²⁸ Vale destacar que de início a secretaria era intitulada com o prefixo Anti, ou seja, antidrogas, seguindo à lógica da “guerra às drogas” disseminada pelos norte-americanos. Atualmente o prefixo mudou, sendo intitulada secretaria nacional sobre drogas. No entanto, a lógica da guerra continua. Lembrando que não se trata de uma guerra contra substâncias, mas sim contra pessoas- pobres, pretos, moradores da periferia.

²⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4345.htm Acesso em 21/04/2017

³⁰ Disponível em: <https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/politicas-sobre-drogas/cartilhas-politicas-sobre-drogas/2011legislacaopoliticaspublicas.pdf> Acesso em 21/04/2107

³¹ Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2004-2006/2006/lei/11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11343.htm) Acesso em 21/04/2017

Segundo dados da SENAD, para construção da Política Nacional Sobre Drogas (PNAD), houve interação entre governo e sociedade, passando por três momentos diferentes: internacional, regional e nacional. De início, houve um seminário internacional, a partir da troca de experiências com sete países: Canadá, Itália, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça. Logo após, realizaram-se seis fóruns nas cinco regiões do país, culminando na terceira etapa, o Fórum Nacional sobre Drogas, onde se consolidaram as discussões para o realinhamento da política nacional. Feito isso, o Conselho Nacional Sobre Drogas (CONAD), aprovou sem ressalvas em 2005.

Atualmente, como principal marco da política, destaco a Lei de Drogas de 2006³², a qual institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), vem na direção de abolir o modelo criminal para consumidores de drogas, no entanto não torna claro na letra da lei o que diferencia traficantes e usuários, tornando ainda mais severas as penas para o tráfico. Vale destacar que contraditoriamente traz como princípio norteador a Redução de Danos, o paradigma de cuidado, o qual, encontra-se na contramão do modelo doença e criminal proposto por Marlatt (1999).

Destarte, é alvo de inúmeros debates acadêmicos, jurídicos e políticos. É reconhecida por muitos estudiosos como uma das responsáveis pela crise prisional do país, uma vez que, conforme já citei, deixa brechas no sistema penal. ³³Campos (2017) elabora o seguinte quadro para refletir acerca de uma mudança central na legislação atual nº 11.343/2006, e sua antecessora nº6368/1976, a qual diz respeito sobre a criminalização do uso.

Quadro 4- Comparativo da criminalização do uso: tráfico de drogas – Lei de Drogas (Lei no 11.343, de 2006)

³² Lei nº 11.343/2006: “Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.” (BRASIL, 2006)

³³ Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I - advertência sobre os efeitos das drogas; II - prestação de serviços à comunidade; III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. [...] § 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente. (BRASIL, 2006)

Lei nº 6.368/1976	Lei nº 11.343/2006
<p><i>Uso</i></p> <p>Art. 16. Adquirir, guardar ou trazer consigo, para o uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;</p> <p>Pena – Detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de (vinte) a 50 (cinquenta) dias-multa (Brasil, 1976).</p>	<p><i>Uso</i></p> <p>Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:</p> <p>I – advertência sobre os efeitos das drogas;</p> <p>II – prestação de serviços à comunidade;</p> <p>III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo (Brasil, 2006a).</p>
<p><i>Tráfico</i></p> <p>Art. 12. Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;</p> <p>Pena – Reclusão, de 3 (três) a 15 (quinze) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa (Brasil, 1976).</p>	<p><i>Tráfico</i></p> <p>Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;</p> <p>Pena – Reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa (Brasil, 2006a).</p>

Fonte: Campos (2017)

Campos (2017) afirma que a legislação vigente representa a metáfora do copo que preenchido até a metade, pode ser considerado meio vazio ou meio cheio. No primeiro sentido concerne à dimensão médica, a qual objetivava o deslocamento das pessoas que fazem uso de SPA para o sistema de saúde. A segunda, por sua vez, diz respeito ao aspecto criminal, uma vez que representa penas mais severas para o tráfico de drogas. No entanto, a proposta de aliar severidade e moderação coincidiu em uma política de drogas feita pela metade: “um copo meio vazio de médico e meio cheio de prisão. A ideia dessa legislação é que os usuários não sejam penalizados pela justiça com a privação de liberdade, no entanto fica, muitas vezes, à polícia o papel de identificar quem é usuário ou não (p.36).

Para Vera Malaguti Baptista (2003), a atual legislação apenas descriminaliza aqueles que já estavam descriminalizados, referindo-se à classe média e alta, que já não eram penalizadas enquanto que a periferia continua sendo condenada ao cárcere. Fiore (2012) alerta que a maioria das pessoas enquadradas como traficantes são pobres, réus primários, portando pouca quantidade de drogas ilícitas. O fim do proibicionismo, seja do tráfico ou do uso, é reivindicação necessária dos que se opõem à atual política de drogas.

Uma pesquisa realizada pela PBPD (2016) acerca da opinião dos congressistas no Brasil em relação à criminalização das drogas mostrou de forma surpreendente que há espaço para uma revisão na política de drogas. O estudo foi realizado entre junho e setembro de 2015, indicado que 68% dos deputados são contrários à criminalização dos usuários de drogas. No Senado, o número alcança 79%. A maioria dos congressistas considera importante investir em atendimento para *dependentes* e em intervenções educativas para prevenir o uso

problemático de drogas. No entanto há ainda um forte apoio para aumento de penas para traficantes, o que sugere um viés punitivista como aposta do Legislativo mesmo diante do baixo impacto do encarceramento no mercado de substâncias ilícitas.

Ademais o aspecto punitivo, a Lei de Drogas ainda prevê sobre “prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.” (BRASIL, 2006), o que faz uma legislação bastante ambígua, ora numa perspectiva de liberdade, ora de arbítrio, como se percebe nos princípios sobre respeito, promoção de valores éticos, participação social, intersectorialidade, liberdade, etc.

Art. 4º: I - **o respeito** aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade; II - o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes;

III - **a promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro**, reconhecendo-os como fatores de proteção para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados; [...]

V - a promoção da responsabilidade compartilhada entre Estado e Sociedade, reconhecendo a importância da **participação social** nas atividades do Sisnad; VI - o reconhecimento da **intersectorialidade** dos fatores correlacionados com o uso indevido de drogas, com a sua produção não autorizada e o seu tráfico ilícito; [...] IX - a adoção de **abordagem multidisciplinar** que reconheça a interdependência e a natureza complementar das atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas; X - a observância do **equilíbrio entre as atividades** de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito, visando a garantir a estabilidade e o bem-estar social (BRASIL, 2006; grifos meus)

Intrigante a política falar sobre respeito à liberdade, no entanto, proíbe o consumo de substâncias psicoativas, de que liberdade essa se refere? Como já destacou Baptista (2003), essa abertura teria um intencional recorte de classe e etnia, reforçando ainda o Estado de Exceção³⁴ tratado por Agamben (2004), onde tais aparatos normativos são acionados para reforçá-lo.

O totalitarismo moderno pode ser definido [...] como a instauração, por meio do estado de exceção [‘ainda que não declarado no sentido técnico’, diz ele em outro momento], de uma guerra civil legal que permite a eliminação física [...] de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político” (Agamben, 2004, p. 13)

³⁴e ainda, quando o estado de exceção “torna-se a regra, então o sistema jurídico-político transforma-se em uma máquina letal” (Agamben, op. cit, p.131)

As periferias do país com todas as violações de direitos noticiadas diariamente na grande mídia mostram que vivem num *continuum* Estado de Exceção, onde o totalitarismo é a regra. Confluindo-se com o desmonte dos sistemas de proteção social, tais como a estrutura pública previdenciária no bojo do processo neoliberal solidificado no Brasil. A lei de drogas não se desloca desse contexto social, traz-se princípios deveras valorosos, pautados nos Direitos Humanos, no entanto, é ao mesmo tempo, ferramenta para legitimar o genocídio.

Outros princípios norteadores como participação social; interdisciplinaridade; equilíbrio entre atividades de prevenção, atenção e reinserção; promoção dos valores culturais são temáticas necessárias de se observar no cotidiano principalmente dos jovens para se perceber como esses se desenvolvem no movimento da realidade. A legislação normatiza ainda atividades de prevenção do uso indevido de drogas a partir do artigo 19º da Lei de Drogas (BRASIL, 2006), segundo a mesma, deve-se objetivar a redução dos fatores de vulnerabilidade e fortalecimento dos fatores de proteção dialogando na mesma linha dos indicadores acima discutidos.

Art 19º I - o reconhecimento do uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na sua relação com a comunidade à qual pertence;II - a adoção de conceitos objetivos e de **fundamentação científica** como forma de orientar as ações dos serviços públicos comunitários e privados e de **evitar preconceitos e estigmatização** das pessoas e dos serviços que as atendam;III - o fortalecimento da **autonomia** e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas; [...]

V - a adoção de estratégias preventivas diferenciadas e adequadas às **especificidades socioculturais** das diversas populações, bem como das diferentes drogas utilizadas;VI - o reconhecimento do “não-uso”, do “retardamento do uso” e da redução de riscos como resultados desejáveis das atividades de natureza preventiva, quando da definição dos objetivos a serem alcançados;VII - o **tratamento especial** dirigido às parcelas mais vulneráveis da população, levando em consideração as suas necessidades específicas;[...]

O primeiro princípio já deixa evidente que a droga é um fator de “interferência na qualidade de vida”, demarcando a compreensão dessas substâncias com uma valoração negativa, sendo capaz de gerar problemáticas não apenas para o sujeito que a consome, mas também para a comunidade a qual o mesmo se relaciona. Sodelli (2011) denomina tal assertiva como *metodologia do medo*, na qual os projetos preventivos seguem a linha do “Diga não às drogas”, através de um mundo idealizado, com uma sociedade inteiramente livre de drogas, indo na contramão da história da humanidade. Acredita-se que através dessa pedagogia do terror, as pessoas não teriam coragem de experimentar drogas, o que é uma ingenuidade, posto que principalmente jovens têm a adrenalina como uma constante no seu cotidiano. No entanto, segundo o autor, a metodologia do medo é a mais presente na realidade brasileira, fundamentada nessa “guerra contra as drogas”. Vale ressaltar que esse princípio vai

de encontro ao inciso II que diz respeito sobre fundamentação científica, posto que vários estudos já concluíram que essa abordagem vem se mostrando ineficaz a responder a complexidade dessas questões.³⁵

Por outro lado, de forma contraditória, alude a autonomia dos indivíduos, estratégias preventivas de acordo com as especificidades culturais, equidade na atenção, vislumbrando principalmente àqueles em situações de maior vulnerabilidade social e o controle social alinhado às demais políticas, o que podemos considerar diretrizes bastante interessantes no que concerne ao cuidado com esses sujeitos, e que materializadas através do Estado, podem promover transformações na vida das populações, esses direcionamentos desembocam na estratégia da Redução de Danos.

3.2.2 Um olhar da política sobre drogas pelo viés da saúde

Continuando a análise sobre a política de drogas, é importante destacar que esta também assumiu um tom de “cuidado”, tendo grandes avanços em termos de legislação. Como podemos observar a lei nº 10.216/ 2001 que diz respeito à proteção aos direitos das pessoas com transtorno mentais (onde também inserem pessoas que fazem uso de drogas), redimensionando o modelo de saúde mental ofertado a esses sujeitos. Quebrou-se assim o paradigma do asilamento, posto que até então, essas pessoas eram confinadas em manicômios, tendo inúmeros direitos violados, caso de violência física, psíquica e sexual eram bastante comuns, muitos inclusive foram encontrados mortos³⁶.

Assim, essa nova legislação pauta o cuidado a partir do território, sendo a internação como última opção, apenas quando os recursos extra hospitalares se mostrarem insuficientes, tendo ainda um caráter não asilar, e em últimas instâncias, caso isso ocorra, a

³⁵ Pode-se observar em: SODELLI, 2010; CANOLETTI e SOARES, 2005; MOURA, 2005; TAVARES DE LIMA, 2003. (SODELLI, 2011)

³⁶ “O Prof. José Ribeiro Paiva Filho, em visita ao hospital [de Barbacena], em 1969, relatou um quadro desolador: a capacidade instalada era de 2.000 leitos, mas existiam mais de 4.000 internados; a cada mês ocorriam de 100 a 200 mortes; mais de 70% dos internados não apresentavam problemas psiquiátricos, sendo levados para lá os excluídos sociais, afastados do convívio social por diferentes razões. Pacientes de toda a parte chegavam e eram abandonados em Barbacena, trazidos por suas família ou nos vagões ferroviários, também chamados "trens de doidos". Não se pode desprezar o fato de que, em nome da razão, mais de 60.000 homens, mulheres e crianças foram condenados à morte por serem considerados "diferentes" da maioria da sociedade. Seus corpos mutilados e comercializados como peças de anatomia ou disputados avidamente pelas aves de rapina, sequer tinham direito a um enterro modesto. [...]” (DA SILVA, 2008)

internação deve ser de curta duração. Assim, todo o cuidado em saúde mental deve assegurar uma série de direitos.³⁷

Essas mudanças são frutos do Movimento de Reforma Sanitária no Brasil, bem como a Reforma Psiquiátrica, tendo essa sido pautada não só a modernização ou a humanização dos manicômios, mas de uma forma abrupta, insistia-se em destruí-los, uma vez que havia um caráter notório higienista e de controle das massas, sem nenhum efeito terapêutico, de reinserção social. Pretendia-se transformar a relação da sociedade com a loucura, questionando ainda o saber e a prática da psiquiatria, possibilitando ao indivíduo com sofrimento mental a autonomia, garantindo o seu papel enquanto sujeito social (SOARES, 2009). Desse modo foi lançado o desafio à Política de Saúde Mental de redesenhar suas diretrizes e o modelo assistencial, baseado na concepção integral do sujeito, conforme identificamos acima.

Seguindo essa lógica de atenção e cuidado no território, em 2003, o Ministério da Saúde lança a “*Política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*”, atendendo a propostas recomendadas pela III Conferência Nacional de Saúde Mental em dezembro de 2001. (BRASIL, 2003). A política orienta a partir das seguintes diretrizes: 1- Intersetorialidade; 2- Atenção Intergral; 3- Prevenção; 4- Promoção e proteção à saúde de consumidores de álcool e outras drogas; 5- Modelos de atenção – CAPS e redes assistenciais; 6- Controle de entorpecentes – padronização de serviços. Destaco a seguir a diretriz sobre o eixo de Intersetorialidade:

O uso de álcool e outras drogas, por tratar-se de um tema transversal a outras áreas da saúde, da justiça, da educação, social e de desenvolvimento, requer uma intensa capilaridade para a execução de uma política de atenção integral ao consumidor de álcool e outras drogas. As articulações com a sociedade civil, movimentos sindicais, associações e organizações comunitárias e universidades, são fundamentais para a elaboração de planos estratégicos dos estados e municípios, ampliando-se significativamente a cobertura das ações dirigidas a populações de difícil acesso. Tais articulações constituem-se em instrumentos fundamentais de defesa e promoção de direitos (advocacy) e de controle social. (BRASIL, p. 28, 2003)

³⁷I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades; II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; III - ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração; IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas; V - ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária; VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; IX - ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental. (BRASIL, 2001)

Deixa-se claro sobre a necessidade de a intervenção no cuidado sobre pessoas que consomem drogas tem de estar pautada em uma perspectiva transversal, ou seja, pautada na intersetorialidade, para que assim alcance uma maior capilaridade, alcançando assim inclusive população de mais difícil acesso. A intersetorialidade passa a ser um elemento central para o cuidado efetivo e real das pessoas, sendo assim também um dos maiores desafios a ser alcançado.

Essa política, vale lembrar, vem na direção dos direitos humanos, assinalando o uso abusivo de drogas como uma questão de saúde pública, trazendo a Redução de Danos como premissa central. A Redução de Danos, por sua vez, torna-se lei a partir da Portaria nº 1.028 de 1º de Julho de 2005: “Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria.” (BRASIL, 2005)

Segundo Passos e Souza (2011) a Redução de Danos foi adotada no Brasil pela primeira vez em Santos-SP, em 1989, a partir de um contexto de alta disseminação do vírus HIV através de drogas injetáveis. A proposta inicial era de prevenção ao HIV através do Programa de Troca de Seringas (PTSS), mas ao longo dos anos, foi se tornando uma estratégia de saúde sendo uma alternativa à lógica da abstinência, ampliando assim a oferta de serviços à população usuária de substâncias psicoativas. Assim, em 2003, as ações de Redução de Danos, além de estratégia exclusiva dos programas de DST/AIDS passam também a servir como princípio norteador a Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas e da política de Saúde Mental.

A Redução de Danos se torna um paradigma ético, clínico e político de cuidado àqueles que não conseguem ou não querem interromper o uso de substâncias, mas que ainda assim tem o direito de ter suas demandas respondidas, reduzindo os riscos associados ao uso, sem, no entanto, intervir na oferta ou no consumo. Acontece a partir de informação, educação e aconselhamento; assistência social e à saúde; disponibilização de insumos de proteção à saúde e de prevenção ao HIV/ AIDS e Hepatites.

Por fim, destaco que em 2011, institui-se a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)³⁸ a partir da portaria nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011, direcionada “para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)” (BRASIL, 2011), objetivando

³⁸Art. 5º A Rede de Atenção Psicossocial é constituída pelos seguintes componentes: I - atenção básica em saúde, II - atenção psicossocial especializada,; III - atenção de urgência e emergência, IV - atenção residencial de caráter transitório V - atenção hospitalar; VI - estratégias de desinstitucionalização, VII – reabilitação psicossocial (BRASIL, 2011)

articular uma rede, onde os sujeitos possam transitar, recebendo atenção em uma perspectiva integral.

A RAPS advoga que os serviços como Unidades Básicas em Saúde (UBS), Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMUS), Hospitais devem estar preparados para receber a demanda decorrente de álcool e outras drogas. No entanto, o que se percebe é um forte estigma diante desse público, além de um despreparo e falta de conhecimento de grande parte dos profissionais da saúde. Dessa forma, o cuidado e atendimento psicossocial restringem-se aos CAPS, preconizado como serviço aberto e de base comunitária. Rompe-se assim a proposta de atendimento integralizado, preconizado no SUS, bem como o ideário da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

3.2.3 Comunidades Terapêuticas: saúde? Justiça? Uma idiossincrasia da política pública

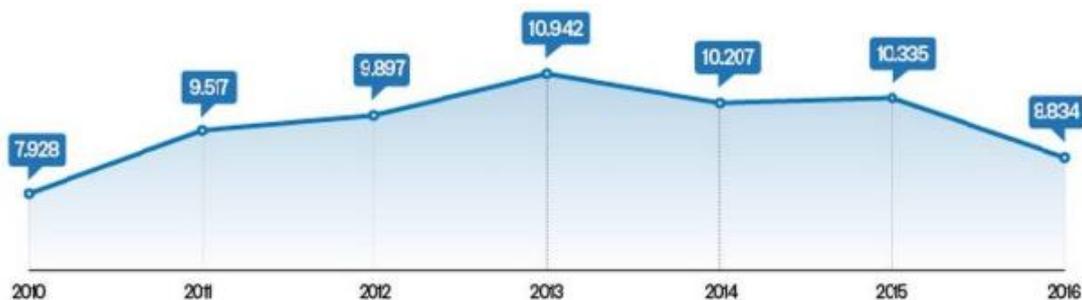
As comunidades terapêuticas é um tema bastante atual devido à importância que veio ganhando nos últimos anos para as políticas públicas, oferecendo tratamento para pessoas que fazem uso abusivo de drogas, firmando assim fortes parcerias com Ministério da Saúde e Ministério da Justiça. Não é escopo deste trabalho aprofundar essa temática, no entanto é um debate que necessita de reflexões maduras com a sociedade civil, e de forma urgente, tendo em vista ainda os inúmeros relatos de violações de direitos que as cercam, bem como o avanço do fundamentalismo religioso no cenário político. Por ora, nesse tópico apresento alguns elementos sobre esses equipamentos, posto que, como já mencionado ocupam tal destaque, e talvez até central na política sobre drogas.

Para Galindo, Moura e Mélo (2017), as Cts são frutos de uma política de confinamento e exclusão, ademais de exercer práticas de manipulação dos corpos e imposição da espiritualidade como forma de tratamento, total retrocesso às lutas antimanicomiais e antipsiquiátricas. Para os autores, esses dispositivos articulam forças com componentes jurídicos-criminais, médico-psiquiátricos e religiosos. Não são nesse sentido equipamentos de saúde, mas, todavia recebem vultuosas verbas oriundas do Sistema de Saúde através da Portaria nº 1482, de outubro de 2016, que a partir dessa, as Cts passam a se enquadrar na tabela de tipos de estabelecimentos de saúde do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, resultado fruto principalmente da ascensão do grupo fundamentalista no Congresso Nacional.

A autonomia dos sujeitos é deixada à deriva, posto que o confinamento não lhes geram possibilidades plurais. A abstinência é oferecida para todos, sem levar em consideração o contexto de cada sujeito, suas reais necessidades. É uma completa idiosincrasia da coisa pública, no entanto fruto de interesses bastante particulares, como a privatização do SUS. Ademais de todas as problemáticas desses espaços, há ainda incontáveis narrativas de abuso de poder, inclusive depoimentos de pacientes mortos por negligência. Segundo dossiê realizado pelo CFP (2011), nesses locais foram encontradas inúmeras violações de direitos humanos, desde torturas a mortes. Além de imposição de credo, de trabalhos forçados, de enclausuramento, de dosagens excessivas e desnecessárias de remédios, de violência psicológica, de gênero, dentre outras. No entanto, esse segmento, por sua vez está cada vez mais organizado, a partir de instâncias juridicamente estabelecidas, pautando assim os rumos da política de drogas, com um retrocesso inimaginável.

Para Lancetti (2015): “o contrário da droga e da miséria não são a abstinência, nem a pena [nem a reclusão], mas a ampliação da vida, da liberdade” (p. 24) Apostar em espaços como as Cts para oferta de cuidado é uma afronta a direitos humanos basilares, no entanto qual a outra resposta que se pode oferecer mediante ao sucateamento dos CAPS? O emaranhado de forças envolvidas nesse jogo de poder é bastante sagaz, e com objetivos financeiros delimitados, ademais do espraiamento do fundamentalismo neopetencostal. Nesse tocante, faz atual utilizar a analogia de Marx(2010): “A miséria *religiosa* constitui ao mesmo tempo a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. A religião é o *ópio* do povo”(p.86). Não à toa, desde 2010, no Brasil, a cada uma hora, surge uma nova organização religiosa, o gráfico a seguir ilustra o crescimento dessas organizações entres os anos de 2010 e 2016. (GRILLO, 2017)

Gráfico 1- Registro de Organizações Religiosas (2010-2016)



Fonte: (RECEITA FEDERAL *apud* GRILLO, 2017)

Dentre os principais motivos para essa cifra absurda, tem-se a facilidade para abertura desses estabelecimentos, o fortalecimento do movimento neopentecostal, bem como a situação econômica do país, uma vez que é uma ferramenta para angariar não apenas poder econômico, mas sobretudo simbólico, a vitória do candidato Jair Messias Bolsonaro elucida bem esse contexto. (GRILLO, 2017)

3.2.4 Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD): uma manobra proibicionista-clientelista-fundamentalista da coisa pública

Dentro do escopo da política pública é importante salientar a trajetória dos recursos para vislumbrar as diferentes forças na disputa de apropriação da coisa pública. Segundo Salvador (2010), em meio ao sistema capitalista existe uma forte disputa por recursos do fundo público no que tange ao orçamento estatal. O orçamento público é, por excelência, uma esfera de luta política, com diferentes forças atuantes em prol de seus interesses próprios. É ainda quem garante a materialização da ação planejada pelo Estado a partir das prioridades de cada governo.

O estudo do orçamento deve ser considerado como um elemento importante para compreender a política social, pois é uma peça técnica que vai além da sua estruturação contábil, refletindo a correlação de forças sociais e os interesses envolvidos na apropriação dos recursos públicos, bem como a definição de quem vai arcar com o ônus do financiamento dos gastos orçamentários. O dimensionamento desses gastos permite compreender e mensurar a importância dada a cada política pública no contexto histórico da conjuntura econômica, social e política vivenciada no país. (SALVADOR, 2010, p.27)

Em tempos de ajuste fiscal, os principais cortes são em direitos sociais, que segundo Behring (2010), o Estado brasileiro detém uma forte capacidade extrativa, que não diz respeito a uma intervenção estruturante, tampouco a investimentos sociais, mas sim para alimentar uma elite rentista financeira. Afirma-se ainda que os investimentos sociais não são as causas da crise como o discurso neoliberal apregoa, no entanto construíram “uma cortina de fumaça ideológica e algumas artimanhas para forjar e justificar esse argumento” (p.280).

A literatura que concerne ao FUNAD, vale destacar, é bastante escassa em termos de pesquisa no Brasil, posto que os estudos na área de Políticas Públicas ainda não incorporaram em seu debate central a política sobre drogas, sendo insuficientes as análises em

termos de orçamento público para essa área, ademais de corresponder a um volume de recursos bastante limitado. Segundo dados oficiais do Ministério da Justiça (2018):

O Fundo Nacional Antidrogas (Funad) é gerido pela Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad). **Seus recursos são constituídos de dotações específicas estabelecidas no orçamento da União, de doações, de recursos de qualquer bem de valor econômico, apreendido em decorrência do tráfico de drogas de abuso ou utilizado em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas, após decisão judicial ou administrativa tomada em caráter definitivo. Os recursos da Funad, em síntese, são destinados ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de repressão, de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas.** (BRASIL, 2018; grifos da autora)

Os recursos oriundos do FUNAD, no entanto, não são repassados exclusivamente para instituições públicas, entidades intituladas como “sem fins lucrativos” também conseguem se apropriar desse montante, conforme evidencia o artigo 25, da Lei 11.343/2006 a seguir:

As instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social, que atendam usuários ou dependentes de drogas poderão receber recursos do Funad, condicionados à sua disponibilidade orçamentária e financeira. (BRASIL, 2006)

Considerando tal artigo, as comunidades terapêuticas, por exemplo, conseguem se beneficiar diretamente do orçamento público, o que é uma grande problemática, conforme já apresentado anteriormente acerca da inúmeras violações de direitos encontradas nesse espaço, do teor proibicionista, ademais de ser uma forma também de sucatear os serviços públicos, em vez de um maior investimento em equipamentos públicos como CAPS ou outros dispositivos do Estado, transfere-se recursos, responsabilidades e o rumo da políticas para um grupo religioso que faz da ação pública uma intermitente forma de angariar fundos e poder. Dessa forma, Arendt (2015) sinaliza que: “a busca irresponsável de interesses privados na esfera público-política é tão prejudicial ao bem público quanto a arrogante tentativa dos governos de regular a vida privada de sus cidadãos é prejudicial para a felicidade privada.” No caso da política de drogas emerge ambas situações, o que torna ainda mais deletéria às populações historicamente alvo do proibicionismo, podíamos assim pensar em um proibicionismo clientelista, na qual um grupo de indivíduos específicos ganham volumosos recursos do poder público através do sofrimento das pessoas.

A seguir, esboço um levantamento acerca do orçamento do FUNAD de 2014 a 2018, em seguida um gráfico elencando os tipos de órgãos contratados a partir do fundo em 2018, e por fim, as organizações que mais receberam recursos no ano de 2018, como uma forma de tentar encontrar o caminho do dinheiro público nessa política.

Gráfico 2- Orçamento FUNAD 2014



Fonte: Portal da Transparência, 2018

Gráfico 3- Orçamento FUNAD 2015



Fonte: Portal da Transparência, 2018

Gráfico 4- Orçamento FUNAD 2016



Fonte: Portal da Transparência, 2018

Gráfico 5- Orçamento FUNAD 2017



Fonte: Portal da Transparência, 2018

Gráfico 6- Orçamento FUNAD 2018

FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNAD

Dados referentes ao acumulado do ano de 2018

Escolha outro ano para visualizar os dados deste painel:

2014 2015 2016 2017 **2018**

Consulte a origem dos dados para saber a última atualização das informações específicas.

DESPEAS PREVISTAS (ORÇAMENTO ATUALIZADO)	DESPEAS EXECUTADAS DO ORÇAMENTO	ESTE VALOR EQUIVALE A
129,36 MILHÕES	5,59 MILHÕES	0.00%
		DOS GASTOS PÚBLICOS

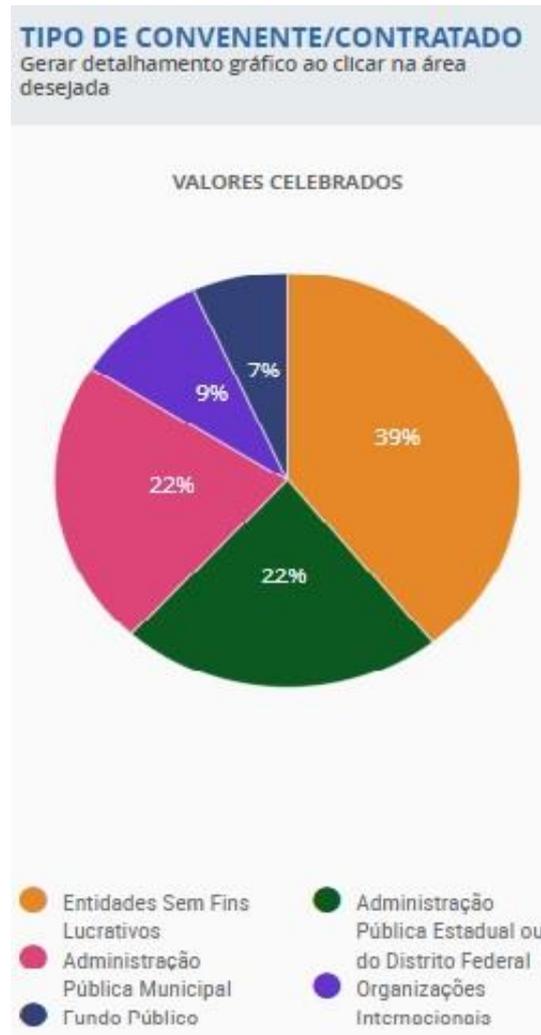
Fonte: Portal da Transparência, 2018

Percebe-se que o orçamento do FUNAD, previsto em 2014, de cerca 240 milhões diminuiu para cerca de 129 milhões em 2018. No entanto, as despesas de fato executados somam um montante proporcional muito baixo, aproximadamente apenas 6% das despesas previstas foram executadas no orçamento referente a esse período. Até a finalização dessa pesquisa, não consegui identificar os motivos da discrepância entre previsto x executado.

No entanto, há em tramitação no senado um projeto de lei nº 304 de 2016, autoria do senador Jose Agripino (DEM/RN) e senador Garibaldi Alves (MDB/RN), o qual torna obrigatório o repasse mínimo da União de 70% para os municípios dos recursos do FUNAD, o projeto já encontra-se na Secretaria de Apoio à Comissão de Assuntos Econômicos em fase final de aprovação. A municipalização dos recursos descaracteriza ainda mais a política pública, em tal feita que, há muitas cidades que lidam de uma forma bastante estigmatizante com a temática, o que pode gerar um conjuntos de ações pulverizadas sem efeitos na qualidade de vida das pessoas.

A seguir, o gráfico indica que 39% dos serviços contratados pelo FUNAD foram realizados por organizações ditas sem fins lucrativos, 22% pela Administração Direta Estadual ou do Distrito Federal, 22% através da Administração Pública Municipal, 9% por Organizações Internacionais, e 7% pelo próprio FUNAD. Assim, 51% das ações desenvolvidas pelo próprio Estado, e 49% por organizações não-estatais. Seria o critério de economicidade suficiente para justificar esse repasse massivo de recursos públicos para essas organizações? Existem estudos que comprovem essa equação de repasse de responsabilidades?

Gráfico7 - Tipo de Contratado FUNAD, 2018



Fonte: Portal da transparência, 2018

Abaixo apresento gráfico referente as principais entidades beneficiadas pelo FUNAD no ano de 2018, como destaque temos Fundações de Pesquisa, bem como Comunidades Terapêuticas como Obra Esperança. Mélló, Moura e Galindo (2017) realizaram um estudo sobre o processo terapêutico na Fazenda Esperança através da tríade trabalho, convivência em comunidade e espiritualidade, percebendo as incongruências desse modelo, bem como a distância do “tratamento”oferecido com a história de vida dos sujeitos, seu cotidiano, seu território, homogeneizando práticas de confinamento, controle e imposição de credo.

Segundo levantamento apresentado pela SENAD, as CTs, em 2018, ofereceram 2637 vagas para o Estado, em troca do repasse de R\$ 32.562.000,00³⁹ (BRASIL, 2018) A quem interessa essa transferência de responsabilidades e recursos? Essas reflexões são fundamentais para entender os determinantes que envolvem as contradições inerentes à coisa pública.

3.2.5 Panorama de políticas sobre drogas internacionais

Para tanto, investigar políticas públicas é importante também conhecer modelos de intervenção e cuidados com um relativo grau de sucesso em outros espaços sociais. Embora cada contexto tenha suas especificidades, podemos aprender com políticas de outros países, por exemplo, tanto com aqueles onde as ações públicas tragam maior bem-estar para população, bem como com o contrário também, aprender com erros já cometidos em outros locais, para assim não os reproduzir.⁴⁰

A Holanda possui uma política de drogas deveras ambígua, mas que tem objetivo de descriminalizar o usuário. O país foi pioneiro em não criminalizar, há mais de quarenta anos, na prática, o consumo de *cannabis* em pequenas quantidades, no entanto mantém o status ilegal dessa e de outras substâncias. A posse, o comércio, o transporte e a produção de todas as drogas são proibidas e há previsão de penas severas para contravenções. Dessa forma, vive-se um tensionamento conhecido como “*backdoorproblem*” (o problema da porta de trás), uma vez que a maconha entra ilegal pela porta de trás do *coffeeshops* e sai legalmente no bolso do consumidor. Por outro lado, segundo Mena (2017) o uso de drogas *pesadas* entre jovens holandeses está abaixo da média europeia.

A Suíça nos anos 1980 criou salas de uso seguro para pessoas que utilizam drogas injetáveis, objetivando prevenir o aumento dos casos de HIV entre os usuários. Ademais, implantou uma política de substituição da heroína pela metadona como forma de tratamento para os que fazem uso abusivo da droga. Atualmente, o país fornece doses de heroína para os usuários crônicos como forma de inibir o tráfico dessas substâncias. (PBPD, 2016)

Portugal tem uma política apontada por Fiore (2012) como modelo referência em cuidado. Desde 2001, considera a ilegalidade das drogas, mas tornou uma infração administrativa o seu porte para uso pessoal. Em uma situação hipotética, caso o sujeito seja

³⁹ Integra das Cts beneficiadas e os valores repassados: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/comunidades-terapeuticas>

⁴⁰ Ver ANEXO A e ANEXO B com o mapa da política sobre drogas no mundo e na América Latina, respectivamente

flagrado com drogas, ele é ouvido por uma junta civil composta por uma equipe multidisciplinar (assistentes sociais, psicólogos, médicos), a qual irá decidir se o caso demanda o cuidado em saúde ou se é passível de sanções mais sérias como multas. O papel do Estado se encerra, na maioria das vezes, quando envolvem adultos e maconha, por exemplo. Diferentemente do Brasil, a legislação de Portugal determina com maior clareza a quantidade que tipifica a posse para uso, a qual é estimada para dez dias de consumo.

e os resultados obtidos desde a mudança são positivos, como a queda do número de consumidores problemáticos e a diminuição do envolvimento de crianças com drogas. A maior conquista do modelo, no entanto, é demonstrar que a supressão da punição não faz com que todos, principalmente os jovens, corram para o traficante mais próximo em busca de drogas. Sua introdução, no entanto, deve ser adaptada a contextos como o brasileiro, caracterizado por grande seletividade penal contra populações vulneráveis. Tirar o consumidor da órbita do direito penal por meio de critérios claros para definir o que é porte para consumo e para tráfico é uma mudança menos polêmica e com impactos positivos (Fiore, op. cit, p. 19)

Nos Estados Unidos, conhecido por conter a maior população carcerária do planeta, 23 estados já legalizaram e regulamentaram a *cannabis* para fins medicinais, outros como Colorado, Washington, Distrito de Columbia e Oregon já legalizaram e regulamentaram para fins recreativos. Em todo o mercado incidem impostos, bem como a compra é apenas permitida para maiores de 18 anos. Após reforma feitas também na esfera penal, as quais, diminuíram a pena por crimes relacionados a drogas: “*cerca de 6.000 presos por esses crimes foram soltos em novembro de 2015 por já terem cumprido a nova pena.*”(PDPB, p.8, 2016) O Uruguai também passa pela experiência da legalização e regulamentação da maconha, sendo considerada uma das políticas mais avançadas do mundo, cujo consumo será limitado a quarenta grama mensais e também para maiores de 18 anos, residentes no país. O cultivo é limitado mediante prévio cadastro junto ao governo.

Por outro lado, na contramão das políticas antiproibicionistas, encontram-se Rússia e China, seguidos por países da Europa Oriental, África e Oriente Médio, em muitos ainda se utiliza a pena de morte ou mutilação para a punição de traficantes. (PDPB, 2016)

4 INDICADORES NARRATIVOS: QUANDO A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA ENCONTRA A REALIDADE AOS RÉIS DO CHÃO

O pastor Miguel Brun me contou que há alguns anos esteve com os índios do Chaco paraguaio. Ele formava parte de uma missão evangelizadora. Os missionários visitaram um cacique que tinha fama de ser muito sábio. O cacique, um gordo quieto e calado, escutou sem pestanejar a propaganda religiosa que leram para ele na língua dos índios. Quando a leitura terminou, os

*missionários ficaram esperando.
O cacique levou um tempo. Depois, opinou:
– Você coça. E coça bastante, e coça muito bem.
E sentenciou:
– Mas onde você coça não coça.
(Eduardo Galeano – O livro dos abraços)*

A construção de indicadores narrativos nas políticas públicas, que rompam com economicismo, ou a simplista verificação se objetivos e metas da política estão sendo cumpridos, é um grande desafio. A literatura nesse sentido é bastante escassa, sendo necessário construí-la, inventá-la. Gonçalves (2011), Cary e Jany- Catrice (2015) caminham nesse trajeto ainda pouco habitado e conhecido pelos avaliadores. Os autores apontam a possibilidade e a urgência da formulação de um novo paradigma de indicadores, pautando os aspectos socioculturais, priorizando as pistas que indiquem sobre a “realidade vivida”.

Para auxiliar no desafio proposto, lanço mão da técnica proposta por Bardin (2010) denominada Análise de Conteúdo para refletir criticamente as entrevistas coletadas no decorrer deste estudo, compreendida como um conjunto de apetrechos para análise das comunicações, objetivando indicadores que possibilitem a inferência de conhecimentos no tocante às condições de produção/recepção das mensagens. Para a autora, faz-se necessário termos uma atitude de vigilância crítica diante dos dados da pesquisa, buscando através das inferências, atribuir significados; não assumindo assim uma compreensão espontânea.

É organizada em três etapas: 1- Pré-análise; 2-Exploração do material; 3-Tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação. Na primeira, trata-se da organização, estabelecendo um esquema de trabalho flexível, de forma habitual envolve uma leitura flutuante, a partir de um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, sua escolha, formulação de hipóteses e objetivos, bem como a elaboração de pistas, as quais, nortearão a interpretação e preparação da análise (CÂMARA, 2013). Nesse sentido, recorri diversas vezes às transcrições das entrevistas, tentando me apropriar ao máximo das mesmas, para seguir as etapas seguintes.

A 2ª etapa, por sua vez, na Exploração do Material, faz-se escolhas de índices ou categorias, as quais fornecem pistas de hipóteses, bem como a organização destes em temas. Aqueles em que mais repetem são considerados para categorização de análise temática. Como não houve um roteiro pré-estabelecido, pois as entrevistas foram não estruturadas, tendo em vista a minha necessidade em escutar suas histórias, e ter maior liberdade para mudar os rumos da conversa de acordo com os fatos mais interessantes que iam surgindo ao longo da

prosa com os interlocutores. Dessa feita, essa etapa foi fundamental para que se pudesse partir o próximo momento 3ª etapa- Tratamento dos Resultados:

a classificação em blocos que expressem determinadas categorias, que confirmam ou modificam aquelas, presentes nas hipóteses, e referenciais teóricos inicialmente propostos. Assim, num movimento contínuo da teoria para os dados e vice-versa, as categorias vão se tornando cada vez mais claras e apropriadas aos propósitos do estudo. (CÂMARA, 2013, p. 150)

Assim, durante pesquisa, tentei construir alguns aportes que caminhassem na direção qualitativa e narrativa das avaliações, priorizando as vivências e as experiências daqueles que são atingidos (ou não) diretamente pela política pública. Nesse capítulo, apresento alguns construtos avaliativos, as quais denomino Pistas Avaliativas, que foram identificadas em campo, a partir das histórias contadas pelos interlocutores. São pistas no sentido em que apontam caminhos, direcionamentos, e de forma nenhuma se esgotam em si. As narrativas apontam para onde o caminho proibicionista da política sobre drogas tem levado os interlocutores, e que esses, por sua vez, vale ressaltar, tem sua capacidade de ação, resistência, o que interfere nos rumos de suas vidas e da própria política. A política, como já discutido, acontece no campo da ação prática da vida, de tão forma que não é possível encaixotá-la, tampouco esgotá-la, mas, por outro lado, temos elementos que podem guiar a rumos outros, possibilitando indicadores menos lesivos à vida desses jovens.

A seguir apresento uma sequência de histórias ouvidas em campo, privilegiando o contexto em que esses jovens estão inseridos, a qual, por conseguinte, desencadeou nos indicadores narrativos.⁴¹

“A gente abre aquele livro, a Constituição, e ela parece um livro de piada pra gente, porque tudo que é direito nosso é infringido.” Pista 1: O Estado Democrático como exceção na periferia.

Então, eu acho que são duas coisas: a burocracia toda que o branquelo fica fazendo lá no Senado e como ela se aplica na sociedade. O problema é que a sociedade não é política, não é politizada, a gente é tudo analfabeto político. Nenhum de nós conhece os nossos direitos. A gente deixa o pessoal passar por cima dos direitos humanos, **como uma coisa normal para a gente.** A gente abre aquele livro, a Constituição, e ela parece um livro de piada pra gente, porque tudo que é direito nosso é infringido e

⁴¹ As sessões temáticas foram organizadas com destaque às narrativas dos interlocutores, apresentando-as no início de cada tópico de forma contínua, tendo em vista que as mesmas estabelecem uma sequência lógica entre si.

a gente nem sabia. E se a gente for tacar na cara do policial que ele está errado e que num é para ele tá tratando a gente daquele jeito, é capaz dele agir pior. Então, eu acho que a gente não tem esse conceito político. (Maurício, 19 anos; grifos da autora)

Olhar para a população, que eles não olham... Eles só olham pra eles, é uma raça tão de uma forma que querem saber só se eles tão bem de vida e que se foda o resto...**Só querem saber deles e da família deles!** O Brasil é um país capitalista, muito capitalista, tu vale o que tem. **Se tu não tiver nada, tu não é nada.** (Geovane, 18 anos; grifos da autora)

[...] quem financia o tráfico é a polícia. Como é que vai parar com o negócio, que é o negócio da polícia. Como é que vai parar o emprego dos homens. O tráfico não acaba porque eles não querem. Só por isso mesmo. Porque o sistema não quer. Porque se não tiver viciado, não vai ter traficante. Se não tiver traficante, não vai ter trabalho pra polícia. Entendeu? Se não tiver polícia, vão ficar sem emprego, né. Vai ser uma galera pra perder emprego. Que nem, se não tiver o pobre, não tem o rico. É a mesma coisa. Então é uma coisa que tem que acontecer. Tem que ser assim, de qualquer jeito. Se não fosse o sistema capitalista, né. Quer dizer, desse jeito que são as regras. A intenção é boa, mas a galera que administra que é zé ruela. Porque como é que vai ter o trabalho pros caras, né não? Como é que eles vão trabalhar, se não tiver o tráfico? E de quem são as armas? As armas são da polícia. Armas de uso exclusivo do exército. De quem é a arma? Do exército. Foi fabricada pro exército, só eles podem usar. E a arma não é legalizada no Brasil. Então, quem desvia é a polícia. (Caio, 23 anos)

Ao perguntá-los sobre a atuação do Estado, de como a ação política se materializa em suas vidas, todos responderam com um tom bastante crítico acerca dessa questão. Deixavam claro de como se sentiam violados a partir do poder público, de como, em seus próprios termos, “os caras são folgados”, e que a Constituição Federal é considerada por eles uma verdadeira piada, porque não há nenhum livro, o qual, garanta que seus direitos sejam respeitados. Os fiascos democráticos que conseguem acessar são resultados de um devir resistência coletiva em suas “quebradas”.

A descrença de Maurício no campo das legislações dialoga similar a Bourdieu (2001), Marx (2011), e Weber (2012); Posto que para Marx (2011): “Cada parágrafo da Constituição contém em si [...] a sua própria antítese. [...] no fraseado geral, a liberdade; na glosa marginal, a supressão da liberdade”; Weber (2012), por sua vez, afirma: “uma forma de constituição não é senão um procedimento técnico como qualquer outro meio”(p. 272). E Bourdieu afirma que :

não passa de uma **ficção fundante** destinada a dissimular o ato de violência fora da lei que está na raiz da instauração da lei: na impossibilidade de facultar ao povo o acesso à verdade libertadora sobre a ordem social... é preciso ‘trapaceá-lo’, dissimular-lhe a ‘verdade da usurpação’, ou seja, a violência inaugural na qual se enraíza a lei, fazendo com que seja vista como autêntica, eterna. (2011, p.203)

De tal modo que garantir direitos sociais é importante, necessário, mas sobretudo faz-se imprescindível refletir a quem estes estão de fato beneficiando, perceber as contradições imbuídas nos processos sociais. Por exemplo, o artigo 144 da CF (BRASIL, 1988) estabelece a segurança pública como direito da sociedade e dever do Estado, no entanto onde se lê segurança pública seria mais coerente falarmos em segurança da burguesia, pois que classe social hoje pode evocar para si tal direito? Ou ainda nas palavras de Geovane “O Brasil é um país capitalista, muito capitalista, tu vale o que tem. Se tu não tiver nada, tu não é nada... (grifos da autora)”

A assertiva de Maurício nos lembra ainda sobre o totalitarismo de Agamben (2004), uma vez que o autor esclarece que há comunidades que sempre vivenciaram o Estado de Exceção, e não a partir de um Estado democrático de direito como “garante” a constituição. O totalitarismo para essas pessoas é a regra, ampliando-se suas consequências em meio a um contexto de ascensão do neoconservadorismo, onde as forças racistas, sexistas xenófobas retomam o fôlego e ganham destaque principalmente na política partidária, o que afeta diretamente as políticas públicas.

A constituição brasileira, lembrada por Maurício como piada, e por Bourdieu (2011) como ficção fundante elucida o seguinte direito, em seu artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantido-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade” (BRASIL, 1988), e ainda tem como fundamento norteador, no seu artigo 1º: a dignidade da pessoa humana. O termo *piada* diz respeito que o mesmo vive em um território de exceção, tendo em vista as sucessivas violações que lhes acontecem. A sua narrativa pode ser substituída facilmente pela de fala Agamben (2004) quando faz analogia aos campos de concentração:

a essência do campo consiste na materialização do estado de exceção e na conseqüente criação de um espaço em que a vida nua e a norma entram em um limiar de indistinção[...] nos encontramos virtualmente na presença de um campo toda vez que é criada tal estrutura, **independentemente da natureza dos crimes** que aí são cometidos e qualquer que seja a sua denominação ou topografia específica [...] o ordenamento normal é de fato suspenso, e que aí se cometam ou não atrocidades não depende do direito mas somente [...] **da polícia que age provisoriamente como soberana.** (p.184)

O soberano, para Agamben (2004), é aquele que decide sobre o estado de exceção, ou seja, aquele quem decide quem vive ou morre, quem vai definir a vida nua, os sujeitos matáveis. “Nas quebradas”, esse poder soberano fica na dicotomia facções x polícia.

Nas narrativas apresentadas, os abusos de poder advêm muito mais da polícia do que do tráfico. O que faz sentido na medida em que esses jovens fazem uso de drogas de forma consciente, o que não é um problema para os traficantes, é ao mesmo tempo, uma ferramenta de exceção da polícia. Ao passo em que eles fazem uso de SPA na periferia, o policial pode enquadrá-lo como melhor entender, uma vez que, como já exposto, não há um critério objetivo para diferenciar usuário x traficante.

A estrutura do campo como lembra o autor independe da natureza do crime, vale ressaltar que o consumo de drogas ainda é criminalizado, nesse sentido utiliza-se nas periferias como argumento para violar direitos. A falta de objetividade do artigo 28 na lei 11.343/2006 torna ainda mais danoso esse contexto, posto que se torna completamente discricionário do agente da lei definir a vida nua, sendo, portanto, um risco à integridade dos jovens da periferia.

Hannah Arendt (2012), em seu tratado *As Origens do Totalitarismo* partindo do mesmo pressuposto que Agamben (2004) avança ao afirmar que os campos de concentração se instrumentalizam enquanto laboratórios onde se conheceu a transformação da natureza humana pela destruição da espontaneidade de cada indivíduo, tornando-a supérfluo e intercambiável. Assim, põe-se em perigo o respeito à dignidade humana, a qual, em termos de Arendt (2012): “implica o reconhecimento de cada indivíduo como edificador de mundos ou codificador de um mundo comum.” (p.509)

Contudo, uma fala não pode ser analisada apenas por um viés, na narrativa acima de Maurício, a qual fala com bastante experiência sobre o contexto político, preciso discordar em relação quando afirma: “a gente é tudo analfabeto político.” Os jovens, com os quais eu conversei, mostraram uma criticidade aguçada acerca dos processos sociais e políticos de seu tempo. Vivenciamos a era das informações, com acesso cada vez mais a conteúdos supérfluos, sem densidade, no entanto, há muitos que conseguem ultrapassar a ideologia do raso com as próprias experiências. De repente, pelo fato de estarem sempre em rodas, socializando uns com os outros, seja ao compartilhar baseado, seja para mostrar um *hit* novo, nesses espaços emergem processos contra hegemônicos de resistências poderosos. Não é à toa que a arquibancada do CUCA tinha um grafite em tons coloridos com a palavra *Resistência*, e havia sidografitada por eles próprios, visando a liberdade e não à soberania, que para Arendt são valores dicotômicos:

Se a soberania e a liberdade fossem realmente a mesma coisa, nenhum homem poderia ser livre, pois a **soberania, o ideal da inflexível autossuficiência e autodomínio**, contradiz a própria condição da pluralidade. Nenhum homem pode

ser soberano porque não um homem, mas homens habitam a Terra- e não-, como sustenta a tradição desde de Platão, devido ao limitado vigor do homem, que o faz depender do auxílio dos outros. (ARENDDT, 2014, p.289)

O estar em galera, em coletivos, é uma postura de resistência à exceção e à punição, na medida em que também organizam ações horizontalizadas de habitar a vida tais como formação de grupos musicais, batalhas de MCs, saraus de poesia, rodas de conversas, grafites, em grande parte, com posturas críticas. Tais estratégias são fundamentais para formar consciência de si, e de classe. Em outros termos, eles próprios fomentam uma postura de autogestão como uma via subversiva de resistência.

“Só porque fica ali vestido de power ranger, pensa o quê?”- Pista 2: A segurança pública como política pública central no cotidiano da juventude da periferia através de estratégias proibicionistas, usurpadoras de direitos.

Hey man, eles[os policiais] são folgados, doido! São folgados, se liga? Pra mim eu acho que eles são folgados, eles abusam do poder assim na tora.[...]Só porque fica ali vestido de *power ranger*, pensa o quê? (Jaques, 21 anos)

A última ocasião assim, mais complexa que teve, a mais cruel, foi no ano novo. Eu tava lá no Estoril, e tinha acendido um baseado assim que deu meia-noite, eu e uma galera... Era só um baseado, pra umas dez pessoas, e um litro de cachaça. Aí os policiais chegaram, derramaram nossa cachaça, rasgaram nossa maconha, deram uns tapas na minha cara... Disse que eu era maconheiro safado, que num era pra fumar, que ali não era canto de fumar maconha.[...]Já fui abordado pra ficar de coca, se liga!? Só com a ponta do pé, sem encostar o calcanhar no chão e sem poder levantar os pés ou dobrar os joelhos... esticar! Até quando eles quissem e o primeiro que encostasse, ia pra dentro da viatura... Essa mesma abordagem um amigo meu já levou duas cipozada nas costas. (Jaques, 21 anos)

“Que é que você tá fazendo aqui? Por que não vai pra casa?” Num sei o que... Muitas das vezes já fui abordado por nada, sentado na praça e “bora vai pra casa!” “Por quê? Não é uma praça pública? **Não tô com nada nem um flagrante**, porque que tenho que ir pra casa? Passando perigo nenhum pra sociedade...Muitas vezes! **É assim uma repressão diária.**” (Jaques, 21 anos; grifos da autora)

Teve uma vez no começo do cuca barra[na parte externa], tava com sete bagui, os homi me pararam. Viram que eu tava com outra pessoa, viram que ele era de maior, e mandaram eu ir chamar, dizer quem era, ai eu não fui. Eles me pegaram, botaram meu dedo assim na porta do carro e fecharam. Ai ficou bem fundão, marcado. Ai me bateram, pegaram as drogas, e mandaram eu sair fora. (Geovane, 18 anos)

Algumas[abordagem policiais] eu apanhei, outra eu levei choque. Já me chamaram de ladrão, me humilharam e falaram “Ó, tão vendo aqui, são tudo ladrão!”, só porque eu tava com um fininho de bagulho, eu tinha acabado de sair do CUCA, soubesse tinha fumado tudinho e não tinha levado. (Geléia, 25 anos)

Porque primeiro, **na mente da polícia usuário de droga é bandido**. E não é assim, né. Devia então matar quem fuma cigarro, devia matar quem bebe cachaça, quem toma remédio. (Caio, 23 anos)

[abordagem policial]Agressiva demais. Tentativa de homicídio. Porque, perante a lei do Brasil, se você apontar a arma pra alguém já é tentativa de homicídio. E eles sempre abordam apontando a arma pra pessoa. Sempre. Sempre. Sempre. Eu nunca fui abordado na minha vida em que o canatava com a arma assim baixa e falando comigo. Nunca! (Caio, 23 anos)

Aí má, eles abordam assim e tal. O cara diz: “Tão sem documento aqui” Aí o cara: “Não má, eu deixei o documento lá em casa”; O cara: “Ei má, o cara mora bem aqui” [...] “Macho, eu mandei tu falar?” PÁ! Dá um tapa no cara. Pra que isso? Já fui abordado com uma cara que tava com um livro e ele meteu o livro na cara do cara. Só porque o cara falou que o livro era pra ler. O cara olhou assim: “Vixe, Machado de Assis. O cara é intelectual. Pra que tu quer esse livro aqui, macho?” “Pra ler. Num é não?” O cara Pá! (Caio, 23 anos)

Matou, é maconheiro, é usuário de droga.[...] Dá logo o toque: “Vixe, ficaram sabendo que era usuário de droga”. Aí pronto, não vai saber, não vai atrás. A polícia não vai atrás. (Caio, 23 anos)

Teve uma vez que eu tava com 10 balinhas no bolso, se liga? Aí tipo, parou um batalhão onde eu tava, lá no Cururu *Skate e RAP, lá na pista de skate da Parangaba*. O cana pegou assim, meteu a mão no meu bolso e puxou minha carteira e disse: ó, vou pegar tuas coisas e vou botar aqui no chão, e eu “tá certo”. Aí ele foi e puxou o bagulho junto com as minhas chaves, aí ele ficou olhando assim... [...] Ele viu, ficou olhando! Puxou o bagulho junto com a chave, olhou de novo. Aí enfiou a mão no meu bolso de novo e puxou dois contos, aí botou lá no chão... Aí me revistou bem direitinho e passou o pente fino mesmo, com raiva mesmo, e eu pensei “Valha me Deus do céu, vou apanhar! Puta que pariu, vai chamar os outros!”. Aí ele: vai para a parede aí!”. Aí pegou e me botou na parede eu “Putá que pariu! É agora, vai chamar os outros!”. Peguei e fui e fiquei tipo “meu irmão, sei fazer artesanato” “ tá fazendo o que aqui vendendo droga? Porra má...” [...] Eu peguei para vender nesse dia, porque eu tava afim de comprar bagulho, aí o cara disse “Ei má, se tu vender 10 bagulhos pra mim, eu te dou 3”, aí eu “Ixi, pode crer!”. Nesse dia eu ia pro reggae e não fui, fui foi andar de skate. Aí o policial chegou em mim e disse: “**Ei man, pega tuas coisas aqui no chão, pode ir!**”. Aí eu “valha!!”, num instante eu fui e fiquei bem quietinho assim no meu canto. Tinha um batalhão lá, eles abordaram nós bem direitinho, não fizeram nada. Tinha até policial mulher nesse dia aí, ó. Na hora que ele chegou, a gente tava escutando Legião Urbana, acho que por isso que eles não fizeram nada... Se a gente tivesse falando “num sei o que, a polícia é racista...” (Maurício, 19 anos)

Situações de deboche, agressão física, moral, verbal, medo são comuns nas falas dos interlocutores. Ou ainda como falou Caio, tentativa de homicídio constantes em seus dias por parte da polícia em suas abordagens violentas, eivadas de terrorismo. O contato com a polícia perpassa muitas narrativas. A segurança pública assim é a política pública central na vida desses jovens, mais até que a própria política de juventude, através do CUCA, uma vez que a polícia é itinerante, o CUCA não. Interessante em que já estive em várias rodas onde as pessoas faziam uso de maconha na praia de Iracema, como caso relato por Jaques, e em nenhum momento houve qualquer tipo de repressão. Esses meninos são violados dentro da periferia de forma ostensiva, e fora delas também, mas de forma mais simbólica, o que não deixa de ser um tipo de violência. O mote de “guerra às drogas” é uma excelente ferramenta

para o estado policial cumprir tal feita, um combate extremamente falacioso e classista. “Não tô com nada, nem um flagrante”, e se tivesse, poderiam os mesmos sofrerem agressões físicas e verbais por conta desse fato? Mas Caio nos lembra que na “mente da polícia, usuário de droga é bandido”, e bandidos, por sua vez, podem ser privados dos seus direitos elementares.

Passos e Sousa (2011) nessa perspectiva nos lembram que a guerra às drogas é uma ferramenta para o controle social, bem como uma estratégia para o desenvolvimento do neoliberalismo a partir do exercício do poder e da violência. A produção de drogas é um processo transnacional, movimentada por uma lógica de consumo, principalmente por países desenvolvidos, no entanto, os esforços de combate à produção é localizada geograficamente nas grandes faves dos países periféricos⁴². Utiliza-se de estratégias policiais e militares para controle social das camadas mais pobres sob o tom de estar combatendo o flagelo das drogas.

No Brasil, práticas da ditadura, como a tortura, passaram a ser exercidas sobre comunidades pobres mediante uma intensificação do poder policial. Sobre a justificativa de defesa da democracia e combate às drogas, forças antidemocráticas constituíram uma complexa rede bélica no cerne da própria democracia. Mais do que um combate às drogas, esse arranjo vem garantindo um exercício de combate às próprias forças democráticas emergentes. Não estamos falando de guerra às drogas, e sim de uma repressão generalizada à própria democracia, um “Estado de Guerra” no cerne do “Estado Democrático de Direito” que se apoia ora sobre o eixo drogas, ora sobre o eixo terrorismo. (PASSOS, SOUSA, 2011, p. 155)

⁴² Um exemplo elucidativo é a ocupação federal no circuito de favelas do Rio de Janeiro, a qual violou inúmeros direitos, gerando consequências funestas à população local. Segundo G1 Rio (2018): “Um relatório parcial do projeto Circuito Favelas por Direitos identificou 30 tipos de violações de direitos cometidos pelas Forças Armadas e pelas polícias durante o período da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio. De acordo com a Defensoria, o relatório destaca que há “um conjunto de violações cotidianas que não ganham estatísticas oficiais, mas contribuem imensamente para gerar sentimentos múltiplos de medo, desesperança e revolta em moradores de favelas e periferias”. O ouvidor-geral da Defensoria, Pedro Strozenberg, que esteve à frente das visitas do Circuito Favelas por Direitos, afirma que os relatos expõem o cotidiano perverso em que as pessoas no Rio de Janeiro se encontram submetidas. Ele diz ainda que os depoimentos demonstram que há um “modus operandi” no modo com que as comunidades são tratadas pelas forças de segurança. Há relatos de desrespeito na abordagem, inclusive a mulheres. “Eles vêm revistar a gente já gritando, chamando a gente de piranha, mulher de bandido, drogada. Vem empurrando e mexendo na gente. Eu sei que só mulher que pode revistar mulher, mas se a gente não deixar, leva tapa na cara”, afirma uma das moradoras ouvidas pela Defensoria. Entre as agressões físicas, a mais frequente é o “tapa na cara”. Os relatos de agressão, sem motivo, por parte dos agentes também é destaque no relatório: “O café da manhã do trabalhador que sai de madrugada às vezes é um tapa na cara”, disse um morador. Tal prática se mostra mais comum com adolescentes, com moradores que questionam ou criticam abusos policiais e com pessoas que estejam utilizando ou portando dose individual de droga ilícita.”. Silva (2018) ainda acrescenta que no: “relatório do último mês da intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro mostra que a política predominante foi a do confronto aberto: muitas operações, pouco trabalho de inteligência e nenhuma solução para os problemas estruturais de segurança do estado. Nesses 10 meses, o número de tiroteios cresceu 56% e as mortes decorrentes de ação policial aumentaram 40%. Os homicídios caíram apenas 5% em relação ao mesmo período de 2017 e continuaram no patamar inaceitável de 3.747. A intervenção não deu prioridade à elucidação das 53 chacinas ocorridas, nem à preservação da vida dos agentes de segurança, 103 dos quais morreram entre fevereiro e dezembro de 2018.”. Percebe-se, destarte, que os relatos da intervenção no Rio de Janeiro se assemelham bastante às intervenções cotidianas na periferia de Fortaleza, conforme narrativas apontadas ao longo dessa pesquisa.

Jaques, ironicamente em seu comentário sobre “os cara são folgados” e que se vestem de “power ranger”, essa vestimenta faz um paralelo às estruturas de poder física e simbólica que se traveste a polícia. Certa noite no CUCA, iria acontecer o *rolezinho*, a polícia estava na porta do equipamento pedindo documentos de todos os jovens que entravam, seus e das suas bicicletas. Estavam fardados, armados, e com todos os seus apetrechos. De fato, pode-se afirmar que se não uma comparação bastante pertinente, pois em um ambiente como o CUCA não havia necessidade de tantos apetrechos, seria no mínimo engraçada, se na realidade não fosse tão trágica.

O fato de todos os interlocutores terem em comum a violência policial em suas abordagens, Caldeira (2000) lembra que não é exclusivo desses jovens, nem desta época, no entanto é um processo antigo, e documentado historicamente:

se o desempenho da polícia é um fator importante para explicar os altos níveis de violência, isso está relacionado menos ao número de policiais e a seu equipamento e mais aos seus padrões de comportamento, padrões esses que parecem ter se tornado cada vez mais ilegais e violentos [...] A polícia, mais do que garantir direitos e coibir a violência, está de fato contribuindo para a erosão dos direitos dos cidadãos e para o aumento da violência [...] a polícia é parte do problema da violência. O uso de métodos violentos, legais ou ilegais por parte da polícia é antigo e amplamente documentado. Durante toda a história republicana, o Estado encontrou maneiras tanto de legalizar formas de abuso e violação de direitos, como de desenvolver atividades ilegais sem punição [...] toda a história da polícia brasileira indica claramente que a violência é a norma institucional [...] A polícia brasileira tem usado a violência como seu padrão regular e cotidiano de controle da população, não como uma exceção, e frequentemente o tem feito sob a proteção da lei (CALDEIRA, 2000, p. 134-139)

Mauro Iasi concordando com os jovens e Caldeira (2000) afirma que a maior das violências é o próprio Estado, no caso refere-se especificamente, ao Estado Capitalista, ou Ajustador, aos moldes de Carvalho (2008), uma vez que o autor leva em consideração a luta de classes:

A maior de todas as violências do Estado é o próprio Estado. Ele é, antes de tudo, uma força que sai da sociedade e se volta contra ela como um poder estranho que a subjuga, um poder que é obrigado a se revestir de aparatos armados, de prisões e de um ordenamento jurídico que legitime a opressão de uma classe sobre outra. Mesmo a violência explícita é cotidiana. Ela é explícita e invisível, se mostra para ocultar-se. No preconceito que segrega, na miséria que aparta, na polícia que prende, tortura e mata, na moradia que se afasta, nas portas que se fecham, nos olhares que se desviam. (IASI, 2013, s/p)

A estrutura assumida pelo estado brasileiro: de exceção, penal e de classes é nesse sentido a personificação da violência, que utiliza dos aparatos jurídicos-normativos para legitimar ações de põem em risco a sobrevivência de um grupo social, no caso aqui estudado:

jovens, consumidores de SPA, que vivem na periferia de Fortaleza, que aos próprios termos de Jaques afirma ser uma repressão diária.

Nesse interim, Arendt (2012) reitera que: “as soluções totalitárias podem bem sobreviver à queda de regime totalitários na forma de fortes tentações que surgirão sempre que parecer impossível aliviar a miséria política, social ou econômica de um modo digno do homem” (p. 459). Diante da escalada da violência, conforme vimos nos capítulos anteriores, Fortaleza é a cidade onde se mata mais adolescentes no Brasil, sem contar os números epidêmicos de homicídios, gera uma alerta de medo nas pessoas, que vão se deixando seduzir pelas estratégias emergenciais, mesmo que estas impliquem em perda de direitos humanos básicos, não à toa a eleição de 2018 desembocou na vitória da extrema direita, eivada de discursos fascistas.

O último relato de Maurício, porém vem no sentido que não podemos fazer generalizações. E que não podemos esperar a transformação do Estado burguês para exigir condutas imparciais da polícia. O jovem, na ocasião, poderia ter sido preso porque estava como “10 bolinhas”, como a lei não discrimina a quantidade, Maurício poderia ter sido enquadrado enquanto traficante. Mas em termos práticos, quanto ele ganharia em dinheiro com 10 bolinhas? Cinquenta reais, setenta reais talvez? (No caso em questão, não receberia nem dinheiro, e sim apenas “três bagulhos”, como ele relatou.) Mas ainda assim, isso ainda poderia incriminá-lo. No entanto, ele “foi dispensado pelo cana”, vale lembrar que último contato que fiz com Maurício ele estava dedicado aos estudos do Enem. E se tivesse sido preso? Possivelmente se tornaria apenas mais uma estatística do mundo do crime.

“A gente tem pouca idade, mas a nossa realidade, o nosso cotidiano nos obrigou a viver o que muita gente por aí que tá na sua casa, na sua prisãozinha entre quatro paredes que nunca vai viver, nunca vai ter aquela sensação e que eu já tive.”⁴³ – Pista 3: Experiências de desassossego, terror e morte comuns ao cotidiano

A gente tem pouca idade, mas a nossa realidade, o nosso cotidiano nos obrigou a viver o que muita gente por aí que tá na sua casa, na sua prisãozinha entre quatro paredes a nunca vai viver, nunca vai ter aquela sensação e eu já tive. E, mesmo assim, aquela pessoa é mais velha que eu e eu tenho que respeitar, do mesmo jeito que ela tem que me respeitar e muitas vezes ela não me respeita, se liga? Sendo que eu tenho mais experiência que ela... **Desrespeita porque a gente é maconheiro, desrespeita porque a gente usa droga...**(Maurício, 19 anos; g)

⁴³Foi extremamente difícil definir um mote de entrada para esse tópico. Alguns me derramaram inclusive lágrimas de tão fortes que são os relatos, ao passo que faziam ainda lembrar o tom de suas falas ao tocarem em temas tão profundos de si.

Aquele bicho ali, ele andava aqui no CUCA direto lá... Fiquei sabendo que ele tava devendo por lá e não podia mais andar por aqui não. Aí ele tinha sumido, se liga? Quando fui lá na Praia de Iracema, eu vi ele lá, trabalhando com os pivetes. **Pelo menos, ele tá vivo, né...** [...] E aí, um menino desse aparece no 190 como “um traficantezinhovêi, uma alma sebosa dessa...” e num sabe nem da vida do cara. Geralmente, assim, a comunidade não gosta dos traficantes e tal, porque, tipo,” tá maiando as áreas, meu filho tá crescendo aqui vendo os caras vendendo droga e **qualquer hora pode vim alguém matar e acertar meu filho**”... Lá na favela que eu morava era assim, ninguém gostava de traficante não, todo mundo falava “e aí, tal? Num sei o que, oi!”, mas ninguém gostava. Mas assim, eles, às vezes, tentam fazer umas coisas pela comunidade. Tem certos traficantes grandes, alto, o chefe mesmo, o patrão, que eles botam coisas na comunidade... Tipo, fazer uma festa de aniversário para num sei quem, faz uma festa pro pessoal, faz a segurança do pessoal também e tal, não deixa roubar ali perto pra não deixar a polícia chegar nas áreas dele.(Maurício, 19 anos)

Má, eu era novo, eu queria fumar, queria dinheiro também, ter uma condição boa, ter as coisas...Aí eu comecei a vender drogas, ter dinheiro, ter alguma coisa, aí fui querendo mais porque a pessoa sempre quer mais, né... O ser humano nunca tá satisfeito com o que tem...Só repassando, era uma bocada. Eu ficava lá uns dias, outros não, e tal... Aí eu comecei, só que não quero mais viver nessa mais não... Aí depois disso, cara, meu irmão morreu, fui direto pra São Paulo. Foi bom, assim, não bom o que eu passei, mas me tornou uma pessoa melhor, de cultivar coisas boas pra mim mesmo, atrair coisas boas...**A vida ensina a pessoa a ser frio, e a experiência ensina mais que qualquer palavra.** Quando você sente na pele o que é uma dificuldade, o que é estar ali com aquelas pessoas, você aprende a ter pelo menos uma noção pelo menos de vida, do que é a liberdade... que o dinheiro não é única riqueza. [...] É difícil, porque é a realidade você querer ter e não ter. Você vê na televisão coisas que você não pode ter e a pessoa do seu lado tem, porque é mais favorecida no dinheiro, no financeiro, tem uma família... **Você ver as pessoas serem tratada melhor, se liga!?** Só porque a pessoa tem... e isso gera uma revolta na pessoa. [...] Mas já perdi o medo do medo. Já passei por tanta coisa assim né? (Geovane, 18 anos; grifos da autora)

A pessoa começa a usar cocaína, igual meu irmão, começou a usar cocaína e teve um tempo da vida dele que ele não tinha mais dinheiro e não tinha mais de onde tirar... O que é que ele foi fazer? Foi pro tráfico, foi vender droga, fazer coisa errada, pra ele ter dinheiro pra ter a mercadoria pra vender.[...] Meu irmão buscou ainda tentar se internar, mas não quis. Ele saiu fora de casa com 17 anos, aí a rebeldia tomou conta dele, ele foi pro tráfico de Amontada, tava no interior de Amontada. Ele saiu daqui pra ir pro interior pra ver se melhorava. Ele me levava para a Festa das Flores e ele ia vender pó lá. Eu me lembro, eu era pivete, ele botava um monte de pó na minha mão e dizia “Vai! Se chegarem aí, pode vender!” e eu sabia nem o que tava fazendo, ficava só pegando dinheiro. (Geovane, 18 anos)

De noite, ele chega lá em casa e diz (primo) “Ei, tia deixa eu levar o Guilherme para merendar e tal! E minha mãe não deixa “Não, vai não! Ele vai ficar em casa hoje”. Quando deu uma hora, minha mãe disse: “Mataram teu primo!”. Eu chamo de irmão porque eu cresci com ele, me criei com ele, mas ele era meu primo...” Puta que pariu, mentira! Minha base! **Tiraram meu chão!** Aí eu fui lá, saí correndo pra ver. Eu vejo o elemento assim, que tava de tarde comigo, e agora tava numa poça de sangue, todo furado de bala, com o olho aberto! E eu gritava “Ele tá vivo, tá vivo”, e o pessoal dizia “tá não, não!” Passei uma semana cheirando pó, tomando repinol e roubando. No domingo, eu fui preso. [...] **Evolução parada não existe, evolução sem queda no skate não existe. O cara tem que andar, cair e levantar...**[...]Aí vai deixar pra depois, a vida não deixa. O tempo não para, como dizia o poeta Cazusa. Você para, mas o tempo não para não... (Geovane, 18 anos; grifos da autora)

Aí vou me meter com isso? Vou não, eu vou me libertar pela arte: fui andar de skate, escrever música, aprender a tocar violão, fazer essas coisas pra me libertar, libertar

minha mente, porque o mundo é bem maior que isso. [...]O cara errar é experiência para o cara aprender também. O cara erra para nunca mais fazer! Quem permanece no erro é burro! [...]Eu acho que é porque eu tenho muito exemplo. Eu cresci na malandragem, desde que eu me entendo por gente, desde pivete mesmo eu sou da favela, eu nasci e me criei na favela, no meio dos pivetes tudinho. Tipo, eu vi aqui os pivetes brincavam comigo, de bila e tal, aí quando a gente tinha 13 ou 14 anos, já tava todo mundo envolvido já. Aí era tipo: “Ei man, tu lembra do fulano? Morreu, porque tava vendendo droga e tal, tava vendendo demais e os elementos cresceram o olho nele e derrubaram”... Aí passava uma semana e tal, “Lembra daquele pivete que estudava com nós? Lembro, na primeira série e tal? Morreu também!”... **Foi se envolver no mesmo canto, morreu pelos mesmos elementos pelo mesmo motivo.** Pra que eu vou pra isso? Atitude gera consequência... (Geovane, 18 anos)

Com seis meses de idade, eu fui abandonado pela minha mãe e pelo meu pai. Aí minha avó foi... Se eu não me engano, se não me falha a memória, minha mãe ia me dá pra minha tia lá do interior...Aí minha vó foi e perguntou se minha mãe tava ficando doida, aí foi e pegou pra criar. [...]É uma história que é dura, mas a gente tem que lidar, né!? Só que, pra mim, eu acho que não consegui perdoar não. Perdoei meu pai, quando ele tava no caixão. Consegui perdoar meu pai porque ele foi mais presente, se liga? Mais presente, assim que eu digo, porque me ensinou mais coisa... [momento bastante delicado] (Jaques, 21 anos)

Conviver com pessoas que me ensinaram muito, como no tempo em que eu passei cuidando de um idoso no hospital, passei 21 dias, eu vi muitas coisas, assim, que o cara para pra pensar na vida, que pensa que não tem nada, mas tem tudo... A felicidade não está no final do caminho, tá no agora, a gente é que não consegue vê, porque o mundo, assim, se você refletir, é negativismo, tanta notícia ruim, você liga a televisão, você vê morte direto, onde eu chego. Várias coisas, vários traumas de infância, meu pai alcoólatra, eu tinha que fingir que tava dormindo pra não apanhar, chovia, a casa enchia d'água, quando a gente morava no córrego, num beco... Moravam eu, minha mãe, meu pai e minha irmã. Lá quando chovia granizo (à época moravam em São Paulo), a gente tinha que ir para o banheiro do vizinho porque nossas telhas eram telhas de amianto, aquelas que quebravam. Eu sei que a psicologia fala muito disso, dessas coisas de traumas de infância, **as vezes é coisa que o cara viveu e o cara não consegue esquecer.** (Geleia, 25 anos)

Porque a vida tem que ser assim, né não? Você pode planejar o que você não pode fazer? Como é que você vai planejar uma coisa se você não sabe nem se vai estar vivo. Né não? (Caio, 23 anos)

Tava começando a vender maconha pro cara lá na rua, quando fui ver o cara era da facção e eu ‘ei mah, to nem vendo não, tô só, vou ficar na minha’. Quando foi com uns dois, três meses depois o cara foi preso. (Jaques, 21 anos)

Eu tava aqui no CUCA, aqui na lagoa, fumando maconha, e chegou um pivete que eu brincava de bila com ele... Ele chegou assim na minha, todo lombrado mesmo, todo noiado e disse: “Ei pivete, ei pivete, tu tem celular aí?” Aí eu olhei assim: “Diabo é isso?”, aí ele: “Vixi, é o Matheus, pivete!”, e eu: “Pra que tu quer o celular?”, e ele: “não, deixe quieto, eu ia te ganhar...” E eu “Ei má, se intera” (Maurício, 19 anos)

Eu já fui roubado por um brother meu, ele levou meu celular e tudo, ele me entregou o celular porque tinha a minha foto. Ele viu a minha foto, depois que ele tava muito doido... Ele chegou em mim e “Bora, é um assalto, passa o celular!!” e eu “Vixi, conheço esse brother...”, mas o cara tava armando, aí eu “Ei, man tu é doido? Pode levar, pode levar...” (Geovane, 18 anos)

(sobre viver no mundo do crime) Depende da realidade de cada pessoa, tem gente que tá mais fudida que nós... (Maurício, 19 anos)

Tem tipo um brother meu lá na favela: a mãe morreu, a vó morreu, e ele só tinha elas por ele. O pai dele nunca ligou pra ele, tinha os irmãos dele, mas eles foram pra outro canto e deixaram o pivete sozinho, com 14 anos na vida, e aí? E aí? E aí ele foi pro tráfico da favela. Chegou lá e: “Ei man, tem como eu vender droga aí não? to passando fome, não tenho onde morar, me ajuda!”, aí os caras “Vem man, chega aí, fica na rota, e tal e tal”. É uma ajuda pra ele, né não? Aí passou uns 3 anos na rota lá, deram um atentado nele, foi pras outras áreas, voltou, morreu. Mas por quê? Num é porque o cara queria tá ali não, é porque o cara tinha que tá, num tinha pra onde sair mais não, não ninguém por ele mais não, só Deus. **Amor não enche barriga não, o cara tinha que tá lá no movimento, ou ele tava lá se arriscando, ou ele não comia, virava um mendigo.**

Eu que fui salvo por um cigarro! Eu tava lá na casa de um brother meu..aítava todo mundo lá, né? Aí saiu um, aí saiu outro e ficou só eu pivete e mais três caras. Nós fumamos um baseado aí eu ‘heyman, vou lá em casa pegar um cigarro, tô sem cigarro aqui’. Eu fui, quando eu botei o pé na rua,atava era a viatura lá dentro da casa do cara, não? ..Eita que bagulho doido! (Jaques, 21 anos)

O fato de os interlocutores serem todos jovens não diminui a profundidade se suas experiências. E embora a arte de narrar, como já exposto por Benjamin (1983), esteja cada vez mais rara de ser encontrada, ao longo dessa pesquisa, deparei-me com verdadeiros contadores de histórias, eles apresentavam elementos minuciosos sobre os fatos ocorridos, bem como possuíam eloquência em narrar, convidando a adentrar nas suas vidas. E para além disso, contavam-nas com muita emoção.

Em alguns momentos, confesso que foi difícil continuar determinando assunto, como exemplo, o caso de Jaques ao falar sobre o abandono de seu pai e de sua mãe, falava-me em tom de tristeza e vergonha, e eu enquanto pesquisadora imatura fiquei sem saber como lidar, no entanto acolhi todas as suas falas, com um olhar empático e sem julgamento. Despi-me de meu traje acadêmico, e mais do que em qualquer outra hora, fui apenas humana, que escuta, acolhe a dor do outro. Nesse ponto, questioneei inclusive qual direito minha pesquisa teria de reavivar memórias tão doloridas do outro. Eu não estaria com ele quando precisasse novamente, eu não faço parte do seu cotidiano.

No entanto, refleti que seria interessante repensar não apenas minhas perguntas, mas sobretudo para o meu olhar dado às suas respostas, pois inconscientemente, poderia lançar olhares de julgamento, de repressão, pena. E ele não precisava de mais uma pessoa lhe olhando dessa forma. Tentei lançar respostas de afeto e solidariedade a todas as essas narrativas, que mais soam como ficção, uma espécie de ‘universo paralelo’, onde a gestão das políticas públicas não acessa, tampouco a mídia de massas, ou ainda aquelas pessoas que para Maurício “não saem da suas prisõezinhas de quatro paredes”. E algumas situações também lancei algumas sugestões, como buscar ajuda no setor de psicologia do próprio CUCA, onde

eles mostram vínculo de confiança. Nesse ponto ainda, dialogo com Whyte (2005), ao relatar em sua etnografia:

aprendi que as pessoas não esperavam que eu fosse exatamente igual a elas; na realidade, estavam interessadas em mim e satisfeitas comigo porque viam que eu era diferente, bastava que tivesse um interesse amigável por elas. Abandonei portanto meus esforços de imersão total. (p.304)

Na realidade, eles percebiam ali que estava enquanto pesquisadora, mas que havia da minha parte um interesse genuíno, para além da extração de informações, ao passo que realmente me afeiçoei ao campo e aos interlocutores, não foi necessário dissimulações, mesmo que eles perceberiam de forma imediata pela sua perspicácia, ser verdadeira foi uma estratégia de campo fundamental para a confiança em eles narrarem suas histórias.

Durante análise desse bloco percebo ainda o quanto sou privilegiada, e de como por mais que eu tentasse me aproximar do universo onde habita esses jovens por termos alguns gostos em comum, é impossível. Eu, aos 27 anos, nunca tive nenhum amigo assassinado pela violência urbana, quanto mais isso ser algo constante e trivial como acontece “nas quebradas”. Eu nunca fui assaltada por um amigo, tampouco fiquei “sem chão”, como Giovane na perda de seu primo, ainda à época da adolescência. Eu sempre pude fazer planos porque eu tinha certeza que no dia seguinte eu estaria viva, diferente deles, como aponta Caio: “Como é que você vai planejar uma coisa se você não sabe nem se vai estar vivo.” E ainda Diógenes (1988): “O imaginário juvenil daqueles que ocupam os bairros da periferia da cidade é profundamente marcada pela insegurança simbólica, em um espaço onde o simples fato de *continuar vivo* se impõe como uma batalha cotidiana” (p. 138).

Vale lembrar que nenhum deles está atualmente no “mundo do crime”, trabalhando para o tráfico, o que seria ainda mais arriscado, eles apenas são jovens que habitam a periferia, consomem drogas, o suficiente para terem seus direitos elementares capturados pelo estado de exceção. Destarte, suas histórias, por mais doloridas não despertam comoção pública, e nesse sentido, Buttler (2016) reflete:

Por que sentimos horror e repulsa diante do atentado suicida e nem sempre sentimos a mesma coisa diante da violência promovida pelo Estado?[...] as nossas reações morais – reações que primeiro assumem a forma de comoção – sejam tacitamente reguladas por certos tipos de enquadramento interpretativo [...] esse enquadramento interpretativo funciona diferenciando tacitamente populações das quais minha vida e minha existência dependem e populações que representam uma ameaça direta à minha vida e à minha existência. Quando uma população parece constituir uma ameaça direta à minha vida, seus integrantes não aparecem como ‘vidas’, mas como

uma ameaça à vida[...] A comoção depende de apoios sociais para o sentir: só conseguimos sentir alguma coisa em relação a uma perda perceptível, que depende de estruturas sociais de percepção, e só podemos sentir comoção e reivindicá-la como nossa com a condição de que já estejamos inscritos em um circuito de comoção social [...] se algumas vidas não são percebidas como vidas [...] então a proibição moral da violência será aplicada apenas de maneira seletiva (e nossa própria capacidade de sentir só será mobilizada de maneira seletiva) o esquema interpretativo tácito que distingue as vidas dignas das não dignas de consideração funciona fundamentalmente através dos sentidos. (BUTTLER, 2016, p. 63-83)

Escrever esse tópico é deveras difícil e auto reflexivo, mas, por outro lado, cada narrativa dessa enfrentada, enche a mim de orgulho, no sentido de ter conhecido jovens com tamanha plasticidade de resistência, no sentido que estão sempre buscando novas formas, novos caminhos de não só estar vivo, mas de criar sentido dentro desse contexto de terror. Em Assim falou Zaratustra, Nietzsche (2013) anunciava que é preciso um caos dentro de si para gerar uma estrela dançante. Não é à toa que acompanhei em campo o grafite da arquibancada do Cuca Mondumbim, e os jovens do equipamento, por sua vez, que iriam escolher a palavra para grafitar, como consenso o termo desenhado foi Resistência.

O hip hop, por exemplo, é um projeto tanto individual, como coletivo, tanto que essa leitura da música como forma de habitar as “quebradas” de uma forma diferente, para além do campo da violência, também já aparece em outros trabalhos como apresenta Takeuti (2010) em uma periferia de Natal:

O hip hop vem entusiasmando, cada vez mais, jovens adolescentes (igualmente, os jovens adultos) de tal sorte que vão surgindo bandas, grupos ou coletivos juvenis, em lugares inesperados (majoritariamente, nos subúrbios, favelas e bairros populares). Em lugar de empunharem armas, vociferam seus cantos e poemas (o rap); rompem espaços urbanos apenas com seus corpos em danças rompantes (o break, o street dance); pintam muros ou paredes de edificações urbanas (o grafite); escrevem e publicam contos, poemas, romances e histórias de vida de “gente da periferia” e suas denúncias sociais e; se organizam em pequenos núcleos de confabulação (a Posse) para reinventar uma nova forma de resistir e, conseqüentemente, de viver numa sociedade em que perduram relações violentas de desigualdade social. As suas linguagens (a gramática da ira), tidas como “agressivas”, “escatológicas” ou, na melhor das hipóteses, como “irreverentes e altivas”, não pretendem, como argumentam os seus principais ativistas, a pura mostra da decadência, da miséria e nem da violência e da morte, mesmo quando todos esses elementos se encontram no substrato de suas produções. Pretendem, pela música, dança, pintura e escrita literária poder “comunicar sua arte periférica”. (TAKEUTI, 2010, p. 32)

**“Ei má, a galera me dá droga pra minha mãe ficar pagando” Indicador 4-
(Des)Cuidados possíveis: Centralidade da família, Desconhecimentos dos equipamentos
públicos de atenção e CUCA como modelo alternativo aos tratamentos convencionais**

Se eu tivesse numa bad mesmo assim: caralho, mah! Tô numa psicose assim com meu subconsciente, uma guerra muito louca ó mah e eu não to conseguindo decifrar. Eu ia chegar no P.E ‘hey P.E macho, man! Ta acontecendo isso isso e isso no meu consciente e eu tô assim assimassim’ ele ia falar ‘hey vete, é assim assim...’, porque eu acho que eu não tenho isso em casa não, se liga? (Jaques, 21 anos)

Porque o porto de seguro da pessoa é sua casa, seu lar, sua família. Se você não tiver com ninguém, vai se apoiar em quem nos momentos de fraqueza? Quem não tem, se apoia em quem? Nas drogas, no álcool... (Geleia, 25 anos)

Na minha família, né!? Que é o único canto que tem para a gente correr...[Mas ao mesmo tempo]/ A minha mãe me trata assim como se eu fosse a vergonha dela. Minha mãe tem vergonha de mim. Teve um tempo que eu chegava em casa muito lombrado e tal, e ela ficava enchendo muito...Ai eu “vou dar um *timing* aqui”, agora não, vou dar um tempo aqui. Meu irmão não, meu irmão é abestado.... (Maurício, 19 anos)

Minha mãe não gosta de maconha. Entendeu? Ela não fala nada sobre eu fumar, mas ela não gosta. Não gosta de fumar. Minha mãe nunca me viu fumando maconha. Eu fumo maconha na esquina de casa. Fumo na esquina de casa. E ela nunca me viu fumando maconha. Eu estava com a galera assim já, e eu com o beck na boca aqui, quando eu escuto só um barulho assim. Quando eu olho é o portão. “Ei galera, baixa a bola aí, que minha mãe está saindo ali” “Diabo é isso! Tua mãe sabe que tu é maconheiro”. Mas eu não gosto. É uma questão de respeito. Não gosto e pronto. Não é porque eu gosto, que ela tem que gostar também, tem que aceitar e aturar, o cheiro da maconha. Tem pessoa que reage diferente, dá dor de cabeça. Entendeu? (Caio, 23 anos)

Segundo Albuquerque e Gonçalves (2016), a questão das drogas foi historicamente percebida através de um viés punitivo e disciplinador, no entanto nas últimas décadas do século XX, as políticas sociais passam também a desempenhar um papel importante nessa area, possibilitando assim estratégias de cuidado às pessoas que consomem SPA. No entanto, as formas de intervenções a esses sujeitos torna-se um espaço de discussão, bem como de disputa de saberes e poderes em torno das estratégias a serem tomadas. Essa disputa segue acirrada, e com o avanço das forças neoconservadoras no plano político, aumenta-se o tensionamento, necessitando cada vez mais a participação da sociedade civil para que decisões ultrapassem o campo da moral, e pensem de fato em ações que dialoguem com as reais necessidades dos sujeitos.

Ao elucidar a temática cuidado aos interlocutores, eles apresentam a família e os amigos como importantes atores no processo de atenção, escuta, compreensão do sofrimento. Nesse sentido, Ayres (2009) apresenta o termo cuidado da seguinte forma:

O cuidado é entendido como um constructo filosófico, uma categoria com a qual se quer designar simultaneamente, uma compreensão filosófica e uma atitude prática frente ao sentido que as ações se adquirem nas diversas situações em que se uma ação terapêutica, isto é, uma interação entre dois ou mais sujeitos visando o alívio de um sofrimento ou o alcance de um bem-estar, sempre mediada por saberes especificamente voltado para essa finalidade. (p.42)

O cuidado é então *uma práxis*, uma compreensão mediante a uma ação, uma disponibilidade entre sujeitos para, de forma terapêutica, aliviar o sofrimento do outro através da construção de um saber específico. Diante dessa assertiva, o cuidado não está ligado ao âmbito institucional. Como falou Jaques que se “bater uma bad”, ele liga para o “PE”, que é o seu amigo. Esse, por sua vez, por já ter vivido questões similares tem o saber necessário para cuidar do outro, sem contar a confiança, elemento fundamental nessa relação de pares.

Ao questionar Jaques sobre quais estratégias se pode pensar quando o uso de drogas se torna abusivo na juventude, ele responde: “Eu acho que tem que ter consciência e um empurrão, se liga? Um ombro amigo. Acho que falta muito isso, acho que a galera que hoje tá perdida, acho que é porque faltou aquele laço familiar”. Jaques foi criado por sua avó materna, não conviveu com mãe e pai, disse que apenas perdoou seu pai “no caixão”, quando ele estava morto.

O questionamento é, será que o uso se torna abusivo apenas por falta de um laço familiar? Geléia acredita que sim, uma vez quando “não se tem onde se apoiar, se apoia nas drogas, no álcool”. Acredito que exista uma forte relação quando não há vínculos estabelecidos com familiares, no entanto é necessário alargar essa compreensão, e perceber todas as desconexões e opressões que envolvem pessoas que deixam de fazer um uso recreativo para se tornar abusivo. E se como Maurício afirmou, a família tem preconceitos em relação ao uso, o vínculo de confiança fica ainda mais desafiador.

Nesse sentido lhes perguntei ainda sobre o cuidado para além do seio familiar, e assim quais seriam os equipamentos públicos que eles conheciam para pessoas que tinham problemas com o uso de drogas. Nenhum deles conhecia instituições públicas, mas todos lembraram das “clínicas”, referindo-se às comunidades terapêuticas, que recebem esse tipo de demanda, e ainda sobre o Alcoólicos Anônimos e Narcóticos Anônimos. O Centro de Atenção

Psicossocial (CAPS), por exemplo, era completamente desconhecido por suas experiências e narrativas.

Indo ao encontro da ideologia neoliberal proposta por Harvey (2012) onde a atuação do Estado situa-se cada vez menor no campo social em detrimento da ampliação dos direitos enquanto mercadorias, o eixo cuidado passa-se a ser uma mercancia de luxo, onde não há acesso para todos ademais do Estado ser uma das principais fontes de repasse de recursos para essas organizações, ditas sem fins lucrativos. Embora, felizmente, nenhum deles tenha estado em comunidades terapêuticas, eles conhecem amigos próximos que já passaram por esse tipo de espaço, conversando com Caio e Jaques, eles fizeram uma indagação bastante pertinente:

Como é que o cara vai parar de usar droga, usando droga? Tem clínica que dá droga para o cara usar. Tenho um amigo que é viciadão, assim, e ele já fez altas pirangagens nas áreas. E toda vida vai para uma clínica diferente. Aí dá o toque que tem altas clínicas que a galera dá droga para ele lá. “Ei má, a galera me dá droga pra minha mãe ficar pagando”. Clínica que é paga. O cara usa droga lá dentro. Aí quando o cara está usando pouco, o cara está sabendo, tendo consciência, assim, de como usar a droga aí dá o toque: “Ei má, tu tem que ser o menos espanoso possível. Dá pra tu voltar pra casa e tudo, mas tem que ser o menos espanoso possível”. (Caio, 23 anos)

Aquilo ali não era nem pra existir, se liga? (clínicas) Porque você não é obrigado a tá em canto nenhum, fazer coisa que cê não queira, se liga? você tem o livre arbítrio de ir e vir e ali você indo forçado, você vendo, cê tá lutando pra não ir pra aquilo ali. Eu acho que tem que ter consciência e um empurrão, se liga? Um ombro amigo. Acho que falta muito isso, acho que a galera que hoje tá perdido, acho que é porque faltou aquele laço familiar... (Jaques, 21 anos)

Ao falar sobre o *menos espanoso possível* é ter consciência do uso, no entanto, saber também que não pode usar publicamente, precisando obedecer às regras de comportamento normativos estabelecidos por uma moral social, construída a partir do mote da guerra às drogas. Muito me chamou atenção quando ele traz a frase: “ei má, a galera me dá droga pra minha mãe ficar pagando”. Remete a tamanha falácia que se constitui esses espaços, de como ultrajam pessoas humildes, que conseguem com muito sacrifício o valor proposto mensalmente, quando não há vagas via Estado, pensando assim que estão comprando por um tratamento, e na realidade é um contrassenso. É partir de discursos falaciosos que se monta uma estrutura fortificante para garantir lucros, indo ao encontro do neoconservadorismo empreitado nos dias atuais.

Nesse sentido, não por acaso, a centralização das comunidades terapêuticas no contexto de cuidado ganhou uma representatividade imensa nos últimos anos, tanto com a

questão do financiamento, como nos discursos. Na página eletrônica da SENAD, por exemplo, não há alusão ao CAPS, tanto que no menu de acesso do site, destaca-se em primeiro plano as Cts.

Paralelo a esses comentários, o CUCA, por sua vez, é visto pelos jovens como um equipamento que lhes passam confiança, e onde eles conseguem estabelecer um vínculo positivo com a instituição.

(Sobre espaços de cuidado)Tinha que ser igual ao Cuca. **Tinha que ter cultura no negócio.** Tinha que ter uma coisa que fosse atrativa, que você se sentisse a vontade de estar lá no negócio. Não estar lá porque eu estou dependente de droga. E todo mundo vai ficar me tratando diferente lá dentro. Ficar “ah, vamos pra cá fulano”. Ficar tratando bem porque sabe que você está se acabando na vida. Igual lá no Cuca mesmo. A galera chega e conversa. Todo mundo conversa. Tem uma galera mesmo, que nem trabalha no Cuca, que tem umas ideias massa. Que chega lá e conversa com a galera. Você sai de lá totalmente fora da ideia. O Chá do Lago é uma proposta massa lá. Embora que alguém do Cuca não possa te orientar na hora. Mas depois que rola o chá, a galera ainda fica ali conversando. Ali é que rola o negócio. Entendeu? A galera conversar entre si. Se abrir entre si. Não é deixar alguém ficar abduzindo de tuas respostas. Você chega lá, quer fumar maconha. Fuma lá sossegado. Todo mundo... ninguém vai te tratar diferente. [...] Entendeu? Não é ficar tratando diferente. Remédio, remédio. [...]É. Exatamente, sentir confiança. Sentir confiança no local. É isso.(Caio, 23 anos)

O CUCA é acolhedor, é pra gente, né!?! A maneira como eles falam, eles sabem conversar com a gente... Alguns educadores são gente boa. Aqui é melhor do que se não existisse nada, aqui é oportunidade para quem quer. Mas aqui também é muito limitado por causa dos outros órgãos também... (Geléia, 25 anos)

Foi aqui que eu me recompus, foi aqui que eu dei uma direção certa pra minha vida. (Geovane, 18 anos)

Aqui dentro do CUCA a gente tem acesso a um bocado de coisa boa. A gente também tem acesso a um bocado de coisa ruim, como essa ruma de droga aí que a galera tá usando, como essas drogas sintéticas. Todo dia alguém cheira, todo dia alguém toma uma rocha, um papel...Acho que aqui é um canto massa, tem a pista de skate, tem os anfiteatros, tem a galera para chegar e inteirar um bagulho...Tem biblioteca, tem o cinema, tem a piscina, tem a quadra...(Maurício, 19 anos)

Eu sempre tô aqui, no CUCA. Sempre que posso e não tenho nada o que fazer em casa, tô no CUCA... se você for atrás de trocar uma ideia com a galera aqui do Cuca, eu tenho certeza de que eles vão querer ajudar, se liga? Como eu já vi amigos meus dormir aqui no Cuca [...]o Cuca é uma diversidade, se liga? O cara pode fazer muitas coisas, é um universo muito amplo em um pouco espaço. (Jaques, 21 anos)

Os espaços de cuidado para pessoas que tem problemas com drogas geralmente a filosofia gira em torno das substâncias e sua relação com as mesmas. No entanto, o ser humano é plural e estabelece inúmeras conexões ao longo de sua história. A ligação com as SPA é apenas uma destas. Hari (2015) afirma inclusive que o oposto ao vício não é a sobriedade, mas sim a conexão. Faz-se necessário entender o que de fato nos distancia desse

encontro com algo mais potente e verdadeiro, que traga sentido, os quais construam narrativas de paixões alegres, e não, estabeleçam paixões tristes como pontua Espinosa (1983).

A sociabilidade estabelecida no CUCA por tanto encontrar a “galera”, mas também os profissionais, que por diversos momentos consegui observar uma relação verdadeiramente horizontal entre os educadores sociais e os jovens, é visto como algo instigante, acolhedor, de confiança e de cuidado, Geovane inclusive reitera que foi inclusive onde ele se recompôs, após sucessivas narrativas de terror, conforme vimos anteriormente. Encontrou um espaço de cuidado, onde pode encontrar os amigos frequentemente, aliado à prática do skate, que, segundo ele, torna-o uma pessoa melhor.

Nesse sentido, Mélo (2016) aponta:

cuidado que deve ser dedicado a alguém que abusa de drogas, e por isso sofre, deve ser o mesmo voltado a qualquer outro tipo de sofrimento humano: na perspectiva de que cada pessoa participe ativamente do “cuidado de si”. Políticas podem e devem ser feitas, desde que (como indicam documentos do próprio Governo Federal) sejam “comprometidas com a promoção, prevenção e tratamento, na perspectiva da integração social e produção da autonomia das pessoas” (Brasil, 2004a, p. 5). Essa tão almejada “autonomia” deve fomentar práticas realmente libertárias e, por isso, evitar intervenções globalizantes. Mais do que tudo, que nossas práticas respeitem “todo o mistério que existe em alguém...” (MÉLLO, 2016, p.15)

O CUCA segue nessa interface com os jovens, uma vez que o cuidado se dá por meio do cuidado de si e dos outros, através do fomento de ações de autonomia juvenil, mobilizando/organizando/abrindo espaço aos coletivos juvenis, bem como o cotidiano travado no CUCA através do encontro, e rodas de conversa, as quais Sá (2009) apresenta da seguinte forma:

as rodas [de conversas] são microespaços públicos de expressão e de comunicação face a face que estruturam a experiência das ações coletivas dos jovens, dão visibilidade pública ao ato de conversar e, portanto, alimentam o funcionamento da esfera pública popular juvenil de produção de opinião pública alternativa e de notícia não-hegemônica sobre eventos e assuntos, considerados relevantes para eles e por eles. As rodas pautam a agenda pública dos jovens do bairro. [...] São zonas de autonomia relativa dos pensamentos, das organizações e das interações juvenis. (SÁ, 2009, p.81)

Dessas rodas, surgem inúmeras possibilidades, inclusive de forma frequente eles realizam acampamentos na serra de Maranguape, com o grupo que costumeiramente está no espaço, os coletivos musicais são bastante presentes também. São linhas formais, mas também informais de cuidado. Dentro desse “universo” como narrou Jaques, há também o consumo de drogas, por mais que seja proibido, há sempre estratégias para fazer uso de SPA, tendo em vista também como já abordado em pontuações anteriores, torna a vida desses

sujeitos menos arriscada, pois dificilmente ali dentro vão levar um tiro de um policial, ou de um membro de facção.

O CUCA, através da política de juventude, porém, aparece como uma proposta alternativa, potente, para trabalhar o cuidado pela via da autonomia juvenil, fomentando espaços horizontais, inclusive para se trabalhar a temática das drogas, como é a Roda do Chá. Diante do descrença com a coisa pública, com a política, há, por outro lado uma confiança, bem como sentimento de respeito pelo CUCA, e talvez esse seja o maior desafio de uma política pública: gerar vínculo. Destarte, poderia ser o canal para se trabalhar a demanda de uso de drogas através de estratégias de Redução de Danos, envoltas na cultura, arte, esporte com ainda mais afinco, tornando uma política de Estado. A política de juventude poderia se apropriar com mais densidade dessa demanda, uma vez que se não por esta, a outra via seria apenas a família ou as comunidades terapêuticas. Ou seja, há uma lacuna no campo do cuidado de sujeitos que fazem uso de SPA, e há um equipamento onde se tem bastante credibilidade por parte desses jovens. Muitas ações são realizadas pelo CUCA nesse sentido, mas me refiro a se redefinir uma nova política no campo das drogas, poderia ser algo a se refletir com mais atenção.

Por fim, o maior elemento de transformação do cuca é a cultura como disse Caio: “Tem que ter cultura no negócio”. Falo cultura no sentido de acesso à políticas públicas culturais, de fomentar espaços onde possa desenvolver artes próprias, conservando identidade local, étnica, agregadora e geradora de conhecimento crítico e plural. O CUCA tem bastante influência no enviesamento crítico dos interlocutores, não à toa todos possuem um posicionamento bastante crítico, firme, coerente em relação às contradições sociais em que estão inseridos, seja através das mostras de arte, saraias, espaços de debate, ou pelas rodas de conversas.

“Sem ter que ir na bocada fazer um crime, sem correr o risco de levar uma mãozadado PM porque ele não gosta, sem correr o risco de levar um tiro entre o traficante e o PM nomomento em que eu tô na bocada.” **Indicador 6: A necessidade de uma políticaantiproibicionista como uma questão de sobrevivência imediata**

[...] não é legalizar a venda dela(maconha) não, é legalizar o plantio dela, se liga!? Se o governo legalizar para vender, ele ia querer vender na farmácia. Porque aí eu podia plantar no pezinho, com as substâncias que eu quisesse, não botar agrotóxicos, botar o tipo de maconha que eu quero fumar. E aí eu ia poder fumar a minha maconha de boas, sem ter que gastar dinheiro, sem ter que ir na bocada fazer um

crime, sem correr o risco de levar uma mãozada do PM porque ele não gosta, sem correr o risco de levar um tiro entre o traficante e o PM no momento em que eu tô na bocada. Eu acho que era muito melhor se tivesse legalizada ela mesmo, porque ia acabar com a criminalidade e com o tráfico de drogas, ainda mais de maconha, que é o mais cotidiano, que é o que vende mais. [...] se o governo legalizasse para vender, ele ia querer ganhar dinheiro em cima dela, igual ele ganha dinheiro na farmácia e a gente vai ter que pagar muito caro por uma maconha que já não era a maconha que eu queria. Eu queria poder plantar a maconha que eu quero fumar, é aquela ali, pode ser 200 reais na farmácia, mas eu podendo plantar, eu planto ela, entendeu? (Maurício, 19 anos)

Acho que o crack e a cocaína num devem ser legalizada, era pra ser era banida, num era nem pra ter chegado aqui no Brasil. (Geovane, 18 anos) Acho que a legalização da marijuana tá muito perto, só num tá a mostra assim pra sociedade, na lei que eu digo, né, porque pra sociedade já tá. Em todo canto que você chega hoje você vê gente com maconha na mão, criança de 6 anos enrolando um baseado. Isso é uma coisa que num século passado não tinha, por isso que as pessoas mais velhas estranham, acham que é crime, acham que é errado... Era uma coisa que num tinha. [...]Todas as drogas já é um passo muito grande que vai ter pirar o Brasil, se liga? Vai virar um tremendo país da prostituição, man! (Jaques, 21 anos)

Acho que nem influi, nem contribui. Sobre a proibição das drogas, eu acho que se liberar uma, vai surgir outra. Tem tantas drogas aí que são liberadas aí, tem tanto remédio... Tem um colega meu que tomava aspirina, era viciado. (Geléia, 25 anos)

Eu não queria que liberasse assim de cara, de vera mesmo. Porque tem uma galera que não tem consciência. Vai querer ficar fumando, assim, em todo lugar. Tá querendo desrespeitar todo mundo. Porque tem uma galera que é desse jeito. [...] E também pra parar de levar dura dos homens. O cara levar umas porradas porque estava fumando um. Isso não é uma coisa que se faça. Primeiro você tem a marcha da maconha. Eu tiro pela marcha da maconha, já fui altas vezes. E a galera vai mesmo pra afrontar, vai de vera mesmo. Tá nem vendo não. Pega e acende maconha na frente da polícia, porque sabe que se alguém bater, vai dar um B.O doido. Porque é lei a marcha da maconha. Se liga? Ela rola porque é de lei. E a galera fuma lá, de boa. E ninguém pode ir lá bater em ninguém. A polícia não pode nem parar e ousar falar não. A galera vai pra afrontar mesmo. E liberasse assim de vera má, a galera ia fazer essa mesma parada. Não ia poder ver uma viatura e tá com um back no bolso. Ia logo acender e passar do lado, soprando. Gravando vídeo. A galera é desse jeito mesmo [...] É. Pode ter raiva como for. Mas o bom é que você vai estar fumando em qualquer lugar, sossegado, sem ter perigo de alguém ir lá e lhe parar. Mas tem a questão do respeito. Minha mãe não gosta de maconha. Entendeu? Ela não fala nada sobre eu fumar, mas ela não gosta. Não gosta de fumar. Minha mãe nunca me viu fumando maconha. Eu sou a favor do respeito. Não da legalização. Só do respeito mesmo. Da galera respeitar, e parar dessa besteira de achar que maconheiro não é gente. [Mas aí, como é que isso iria acontecer? Se não fosse com a legalização.] Pois é. A legalização é um negócio muito... não sei como é que eles planejam, também. Pode ser que eles planejem bem planejado, pra liberar. (Caio, 23 anos)

Acho que o problema não é a droga em si. Porque se você colocar a droga aqui parada ela não vai fazer nada. Vai ficar parada aqui o resto da vida, vai se acabar aí no tempo não vai acontecer nada. Agora a pessoa que tem a cabeça, a mente fraca, né e tal. Então, por outro motivo que eu não sei qual é. Faz merda da vida. (Caio, 23 anos)

Maurício é a favor do plantio e uso da maconha, porém não acredita que a legalização no modelo de mercado, tampouco de Estado vai trazer benefícios. Para ele,

transformar drogas em mercadorias lícitas não seria uma ideia interessante. Para o jovem, os preços em torno desta seriam abusivos com a legalização, e talvez, não garantindo o seu acesso à compra, precisaria continuar recorrendo ao mercado ilícito.

No entanto, o jovem tem necessidade de consumir produto de melhor qualidade, em seus termos: “sem agrotóxicos”; é importante para ele poder selecionar o tipo, a espécie, que quer usar. Ademais, ressaltou que uma vez plantando, ele não precisaria arriscar sua integridade física, sua liberdade e até mesmo sua vida, comprando droga na “bocada”. Ao longo da pesquisa podemos perceber o quanto de risco esses jovens correm ao passo que se enquadrem no art. 28: “adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”. (BRASIL, 2006) Vimos também que mesmo quando não estão sob essas prerrogativas, continuam sob o risco pelo fato de habitarem a periferia, bem como através de seus estereótipos. Nesse sentido, Gonçalves e Albuquerque pontuam:

Ainda não há pesquisas que comprovem uma relação direta entre drogas e violência juvenil, mas há evidências que existe uma estreita relação entre a proibição e a política de guerras às drogas e o crescimento da mortalidade juvenil, sejam os números vinculados aos chamados “autos de resistência”, isto é, assassinatos de jovens realizados pela polícia; sejam as mortes relacionadas à disputa pelo controle do comércio ilegal de drogas. (ALBUQUERQUE; GONÇALVES, 2016 p. 53)

Geovane, por sua vez, mesmo já tendo feito uso de crack e cocaína, acredita que estas devam ser banidas, uma vez que segundo ele mesmo em outros diálogos, diz que são produtos com alta capacidade destrutiva. Jaques também concorda que se todas as drogas fossem liberadas o Brasil, em seus termos, iria se tornar “um tremendo país de prostituição”. No entanto, quais pessoas tem suas vidas “destruídas” por uma substância psicoativa? Como afirmou Caio: “Porque se você colocar a droga aqui parada ela não vai fazer nada. Vai ficar parada aqui o resto da vida”.

É mais fácil culpabilizar estes elementos do que entender todo o contexto que o sujeito está envolto, as contradições em que este está inserido. É evidente que abusos em si podem trazer danos a vida das pessoas, no entanto não se pode pautar políticas considerando apenas um único viés. Não se pode reduzir uma cadeia de processos interrelacionados, a uma ação final, o fato de consumir drogas. No entanto, as práticas que orientam as políticas hoje se voltam para o imaginário de um cenário de uso abusivo, esquece-se que muitos sujeitos conseguem seguir o fluxo de sua vida comumente e o uso de drogas não ser um “problema”.

Em nosso entendimento nem todo/a usuário/a de drogas se constitui um “problema” e, também, o uso de drogas não é um “problema” para todo/a usuário/a. Já os danos

causados pelo abuso e a dependência dessas substâncias, bem como aqueles relacionados à proibição da produção e do comércio, portanto, seus significados econômicos, políticos e sociais balizados pelo proibicionismo, são fatores que legitimam as práticas adotadas pelos governos e sociedade. (ALBUQUERQUE, GONÇALVES, 2016, p.20)

O abuso de substância, de fato, pode ocasionar danos a vida das pessoas, no entanto o fato de elas estarem proibidas acarretam ainda mais. O proibicionismo, essa imposição amoral de definir o que é lícito ou não ao longo desse trabalho podemos perceber o quão danoso é, e que é mais uma ferramenta do Estado Ajustador, Penal e de Exceção para controle e justificativa da barbárie. Os jovens morrem muito mais vítimas de ações desastrosas policiais para combater supostamente as drogas do que através do uso abusivo destas. No Brasil a legalização ainda é rumo distante, posto que sequer ainda alcançamos a descriminalização, ou seja, se alguém for pegue com alguma tipo de substância psicoativa, embora seja para uso pessoal, é crime, não é permitido. A lei prevê a despenalização, ou seja, pode-se responder o crime, sem necessariamente ser preso, como advertência, prestação de serviços comunitários, multas. Mas como já também explicado isso vai depender do agente da lei, devido à lacuna de não objetividade da lei 11.343/2006.

Concordo com Maurício no sentido da descriminalização poder contribuir na diminuição de inúmeras mazelas, ele, por exemplo, não precisaria estar inserido no tráfico para poder consumir sua *cannabis*, bem como poderia escolher e conhecer o produto que estaria utilizando, reduzindo inúmeros danos à sua saúde, ou ainda como Jaques poderia comemorar a passagem do novo ano sem humilhações. Entretanto a questão mais urgente da descriminalização das drogas é a sobrevivência, tendo em vista que a guerra às drogas é localizada geograficamente na periferia, há assim sujeitos certos para serem assassinados. Confesso que ao longo desse ano temi em algum desses jovens não estivesse vivo ao longo dessa pesquisa, eles sobreviveram, porém muitos de seus amigos das “quebradas” não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever é uma ação política. Para muitos de nós, que teremos acesso a esse material acadêmico, talvez essa pesquisa seja “o mais do mesmo”, soe clichê, óbvia. No entanto, ao nos atentarmos aos discursos e ações do neoconservadorismo, percebemos a discrepância ideológica entre essa avaliação, por exemplo, e os ditames estabelecidos pelo modelo proibicionista hegemônico. As políticas públicas, por sua vez, são esse campo em constante disputa, onde diferentes atores ensejam se apropriar da coisa pública a partir de interesses particulares. Não se define uma política pelo seu teor de consistência, pelo raio de acesso que ela irá alcançar às populações ou por quanto ela consegue de fato modificar o cotidiano das pessoas, é definida, contudo, por uma agenda de interesses muito particulares, e não universais. Para Fiore (2017) não há evidências científicas capazes de mensurar políticas “corretas”: “Os dados e as demonstrações factuais são fundamentais para que análises racionais e realistas sejam logicamente sustentadas, mas políticas são construídas por entre valores e escolhas morais” (p.70).

Destarte, as avaliações predominantes, por sua vez, seguem linhas teórico-metodológicas, gerencialistas, numerocentradas, definidas para manutenção do *status quo*, bem como moral predominante. Romper com avaliações hegemônicas é contribuir na defesa de políticas públicas, de fato públicas, que mudem a trajetória da desigualdade socioeconômica, marca maior desse país desde a época colonial. Assim, pode-se afirmar que travar novas formas de alcance avaliativo é também descolonizar-se.

Nesse sentido, as avaliações precisam desvelar e anunciar as contradições impetradas pelo Estado, bem como estarem em conexão com a realidade vivida, com os contextos e as trajetórias dos sujeitos em seus próprios termos. A avaliação que propus realizar intenta seguir nessa perspectiva, travando diálogos francos com os interlocutores, bem como ensejando conhecer sua experiência a partir da política de drogas, mas sobretudo com a vida, porque aquela não está apartada do movimento do real, e o real, por sua vez, oferece mais pistas sobre o sentido da política do que um corpo de legislações mortas. Optar por narrativas e experiência como elementos centrais na avaliação é uma postura que tenta legitimar as histórias de sujeitos, os quais estão no limiar de serem interrompidas. Diante desse modelo avaliativo, o qual propicia a criação de vínculos com os interlocutores, pude trazer como indicadores cifras sentidas, contextualizadas, territoriais, narradas pelos principais afetados não apenas por essa política, mas também pelo conjunto de ferramentas do

Estado de legitimação de poder: jovens pobres, moradores da periferia, consumidores de drogas. Esses que estão na linha de frente para terem suas mortes justificadas como desculpas de uma guerra contra um inimigo fictício, teatralizado, denominados drogas.

O Estado, por sua vez, vive sob um paradoxo, ao passo que operacionaliza políticas públicas e as destitui, faz-se um limiar de forças antagônicas, que ora buscam espaço ora sobrevivência. É certo que para legitimá-las, há a essencialidade da participação da sociedade civil. Desse modo, a garantia das políticas dependerá também do controle social combativo e corajoso no campo micro e macro dos atores envolvidos.

Estratégias de educação continuada para refletir tabus e mitos em torno do consumo de drogas, bem como sobre a guerra travada supostamente em torno destas são oportunas no cenário atual. Na pesquisa, percebi que os próprios jovens, algumas vezes se utilizam do discurso hegemônico para justificar por exemplo o consumo abusivo de SPA, bem como não está claro para eles(o que não lhes é exclusivo, vale ressaltar) o debate em torno de descriminalização e legalização de drogas, alguns inclusive põe-se desfavoráveis em primeiro momento. Refletir em torno dessas questões é bastante pertinente, uma vez que há uma disputa ideológica dual bastante forte e antagônica em torno do assunto. Precisamos conversar francamente, de forma aberta sobre drogas, sobre a política, sobre consumo, sobre abuso, sobre morte e vida que pairam em torno destas, e que de fato aconteça de uma forma transversal e transdisciplinar, pensar o assunto através de múltiplos olhares, seja das Artes, das Ciências Sociais, da Saúde, do Direito.

Refletir sobre esse campo é importante, no entanto é mister pensá-lo a partir de um conjuntura maior de inserção do Estado no capitalismo globalizado, travesntido-se enquanto um Estado Ajustador(CARVALHO, 2008), ajustando-se aos ditames do capital, um Estado Penal(WACQUANT, 2008), de encarceramento em massa e um Estado de Exceção(AGAMBEN, 2012), demarcando campos de concentração para administração da pobreza. O proibicionismo torna-se uma estratégia fundamental na hegemonia desses modelos. Nesse sentido, a política de drogas no Brasil, é um espaço em disputa, enquanto uns lutam para sobreviver em meio às narrativas de extermínio, outros querem demarcar o poder a todo custo, travando uma batalha incontestada contra “às drogas”, habitando assim a periferia com marcas de sangue de forma cotidiana.

Ao me debruçar nos eixos da Avaliação em Profundidade no que tange ao conteúdo, contexto e trajetória da política, percebo que as diversas legislações, as quais compõe a política sobre drogas são dissonantes e incoerentes entre si, não há uma intersectorialidade dialógica e sim, paradoxais. Talvez não podemos falar que temos, de fato,

uma política pública sobre drogas, o que há são legislações soltas, pulverizadas, mas não há um conjunto de documentos que se orientam entre si e nos comunicam a forma de se executar política pública sobre drogas. Refiro-me a Planos de Ações, Estratégias, Sistema de Monitoramento, Avaliações Periódicas. Ao buscarmos sobre informações acerca da política sobre drogas em outros países mais desenvolvidos, encontramos inúmeros materiais de orientação, contextualizados, atualizados a partir das necessidades atuais em curso. Aqui, como principal expoente, temos a lei 11.343/2006 (BRASIL, 2006) que há mais de 12 anos em curso, porém sem sofrer grandes alterações, sem acompanhar, por exemplo, o movimento de descriminalização do uso de drogas que ocorre na América Latina, e em países referências em cuidado no uso de SPA.

Assim, vale dizer que não existe um Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, que deveria ser o SISNAD, não há sistema, pelo fato claro que as ações não serem interrelacionadas, confeccionando condizentes com a realidade social. Existem apenas ações fragmentadas, não-condizentes com os contextos, uma vez que não há um diálogo franco com a sociedade civil, tampouco com evidências científicas, as quais insistem em provar o quanto o proibicionismo é uma estratégia falida.

Na avaliação em campo, levando a entender como os jovens da periferia experienciam em seu cotidiano a política de drogas, temos os seguintes achados.: 1- O estado democrático como exceção na periferia; 2- A segurança pública como política pública central no cotidiano da juventude da periferia através de estratégias proibicionistas, usurpadoras de direitos. 3- Experiências de desassossego, terror e morte comuns ao cotidiano dos interlocutores; 4- Cuidados possíveis: centralidade na família, desconhecimento dos espaços públicos de tratamento, CUCA como espaço potente para acolher demandas relacionadas ao uso de drogas; 5- A necessidade de uma política antiproibicionista como uma questão de sobrevivência imediata.

As vozes desses jovens ecoam forte o quanto a política vivida interfere em suas trajetórias de forma negativa através de estratégias proibicionistas, estão com sua vida em risco diariamente. Não tendo muitas vias de escape para o que tange ao cuidado, ou família ou amigos ou comunidades terapêuticas são responsáveis por esse papel. Nesse sentido, o CUCA, entra com um papel de suma importância, e acertou ao trabalhar demandas no que diz respeito às drogas em sua rotina de trabalho, no entanto, penso que essas estratégias poderiam se solidificar e se tornar uma política de Estado referência à atenção a jovens que fazem uso de substâncias psicoativas, travando uma confluência entre arte, cultura, esporte e Redução de

Danos. Dessa forma teríamos mais chances em transformar as narrativas de terror ecoadas ao longo dessa pesquisa em narrativas das paixões alegres (Espinosa, 1983).

No entanto, não podemos deixar de pontuar o cenário assustador que estamos vivenciado no Brasil atualmente. Estarmos atento para as muitas mudanças que estão por vir com o mandato do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), o qual representa de forma autêntica a autoridade crua em torno da vida nua é imprescindível. Uma das mensagens mais propagadas no campo das redes sociais, à época da sua vitória, foi sobre “ninguém soltar a mão de ninguém”, e para além de segurar firmes um nos outros, é essencial fazer juntos, construir alternativas. A universidade, por exemplo, tem um dever ético-latente de mirar e habitar de forma concisa e verdadeira a periferia, observatórios moventes, para além de olhar, ver e perceber, é importante estar junto, construindo indicadores e vias de resistência a toda opressão lançada às populações mais vulnerabilizadas. É preciso habitarmos as ruas, as calçadas, as praças, *as quebradas*, não faz mais sentido a lógica reclusa hegemônica da academia diante das demandas que nos estão sendo apresentadas.

A pesquisa de campo pensei como algo indispensável, no sentido de escutar e apresentar enredos, vozes, gritos, suspiros daqueles que não cruzam a universidade. E foi de fato, um momento de aprendizados potentes, de descoberta de um mundo que soava familiar, mas, contudo, não era por mim conhecido. Ouvi-los é adentrar em um mundo novo, porém há muito existente, a realidade compartilhada pelos interlocutores é ainda fruto de reatualizações de um sistema reprodutor de desigualdades e barbárie.

A cultura envolta das políticas públicas não está dissociada da nossa história, marcada por uma violência colonial inescrupulosa aos indígenas e negros, o fato de o Brasil ser o último país das Américas a abolir escravidão interfere de forma robusta no modo de fazer, pensar, reproduzir a política brasileira, que a faz sádica, violenta, autoritária, com interesses de classe claramente delimitados. O clientelismo, que é marca comum desta, pensava-se a coisa pública como a extensão da própria casa, agora temos um elemento em destaque bastante acentuado, que retomou fôlego: a religião; nesse interim, agora pensa-se em fazer política como extensão do salão neopetencostal. Como bem frisou a nova ministra da pasta de Mulheres e Direitos Humanos, a parnanguara Damares Alves: “O Estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã”, sob muitos aplausos da plateia que gritava “aleluia”, “glória a Deus”(Isto é, 2019). Anuncia-se assim uma nova roupagem do Estado de Classes, o traje neopetencostalista. Questiona-se como esse novo formato de Estado interferirá *nas quebradas*? Como modificará as tarjetórias dos jovens, consumidores de SPA? Como as drogas serão percebidas, interpretadas diante dessa nova ordem moralista? Há muito o que se

pensar, debater, refletir diante do porvir, temas como esses podem inclusive serem objetos de novos estudos, como uma forma de monitorar as artimanhas do novo governo, que serão muitas; no entanto, vale frisar nosso povo resiste há mais de 500 anos, “as quebradas” há muito já se prepararam para a distopia anunciada, nós, acadêmicos é que precisamos aprender a arte da rua.

REFERÊNCIAS

- ALCANTRA, Jaína Linhares. **Sociabilidades e Hedonismos: etnografia entre jovens usuários de substâncias psicoativas sintéticas- Fortaleza- Ceará.** Dissertação: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I.* Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção.** São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALVES, Vânia Sampaio. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 2309-2319, Nov. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009001100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 Abr. 2018
- ANTIPROIBICIONISTA. Notícia. **Coletivos e ativistas de todo o Brasil se reunirão no Rio de Janeiro.** Disponível em: <https://antiproibicionista.com/2015/01/22/coletivos-e-ativistas-pro-legalizacao-de-todo-o-brasil-se-reunirao-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 28 jun. 2018
- ARENDT, Hannah. **O que é política?** 3. ed - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo** : Hannah Arendt; tradução Roberto Raposo. — São Paulo : Companhia das Letras, 2012.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** 12 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- AYRES, J.C.M. **Cuidado: trabalho e interação nas práticas de Saúde.** Rio de Janeiro: Abrasco, 2009.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio.** [tradução Antônio de Pádua Danesi.] - São Paulo : Martins Fontes, 1988
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.
- BATISTA, Nilo; BATISTA, Vera Malaguti. **Todo crime é político.** Entrevistadores: Hugo R.C. Souza, Luciana Gondim, Maurício Caleiro, Paula Grassiani, Rodolfo Torres e Sylvia Moretzsohn. *Caros Amigos*, São Paulo, ano 7, n. 77, p. 28-33, ago. 2003.
- BEHRING, E. R. **Crise do capital, fundo público e valor.**In: BOSCHETTI, I. et al. *Capitalismo em crise, política social e direitos.* São Paulo: Cortez, 2010. Parte 1.
- BEHRING, E. R. **Política social: notas sobre o presente e o futuro.** In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). *Política social: alternativas ao neoliberalismo.* Brasília: UnB, 2004. p. 161-180.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor; HABERMAS, Jurger. **Os pensadores.** 2 ed. Abril Cultural: São Paulo, 1983.

BENJAMIN, Walter. **Ensaios reunidos: escritos sobre Goethe**. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2009.

BOBBIO, Noberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 13ª ed., 2010.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, Apr. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782002000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jun. 2017

BRASIL. Portal da Saúde. **CGMAD - Coordenação Geral de Saúde Mental Álcool e outras Drogas**. Ministério da Saúde: Brasília, 2017. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/802-sas-raiz/daet-raiz/saude-mental/11-saude-mental/12317-apresentacao-saude-mental>. Acesso em: 18 jul. 2017

BRASIL. **Decreto nº 14.969, de 3 de Setembro de 1921**. Rio de Janeiro, 1921. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14969-3-setembro-1921-498564-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 abr. 2018

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 nov. 2018

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm. Acesso em: 24 abr. 2017

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária Executiva. Coordenação Nacional de DST e AIDS. **A política do ministério da saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília, Ministério da Saúde: 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1028, de 1º de julho de 2005**. Brasília, Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional. Conselho Nacional Antidrogas. **Resolução nº3/GSIPR/CH/Conad, de 27 de outubro de 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: http://pwweb2.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/comad/usu_doc/politica_nacional_antidrogas_2005.pdf. Acesso em: 21 abr. 2017

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 3.088, de dezembro de 2011**. Brasília, Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Federal de Entorpecentes. **Legislação sobre entorpecentes no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 1992.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas. **Legislação e políticas públicas sobre drogas no Brasil**.— Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento de informações penitenciárias- INFOPEN**. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 8.668, de 11 de fevereiro de 2016**. Brasília, 2016. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8668.htm. Acesso em: 19 jul. 2017

BRASIL. Ministério da Justiça. **Fundo Nacional Antidrogas**. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/fundo-nacional-antidrogas-1> . Acesso em 25 dez. 2018

BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In: CFESS (org.). *Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães; MERCADO, Francisco José. **Avaliação qualitativa de programas de saúde**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016 [2009].

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora34/Edusp, 2000.

CAMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerai, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte , v. 6, n. 2, p. 179-191, jul. 2013 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198382202013000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 01 dez. 2018.

CAVALCANTE, Andrea Pinheiro Paiva. **Multiletramentos medidos pelo computador em sala de aula: a perspectiva das culturas juvenis em fluxo**. Tese (doutorado): Universidade Federal do Ceará, 2014.

CAVALCANTE, Francisco Silva Júnior. **Travessias de cigano: feituuras e feitiços**. Fortaleza: Armazém da cultura, 2017.

CAVALCANTE, Regina Claudia Barroso. **Contexto de consumo de crack: heterogeneidade dos usuários e das cenas públicas em Fortaleza-Ce**. Tese (doutorado): Universidade Federal do Ceará, 2016.

CARTILHA PELA DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA E DA POLÍTICA.

Disponível em: www.desmilitarizar.wordpress.com.br. Acesso em 16 dez. 2017

CARVALHO, Alba Pinho de; GUERRA, Eliana Costa. **BRASIL NO SÉCULO XXI NOS CIRCUITOS DA CRISE DO CAPITAL: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica**. R. Pol. Públ., São Luís, v. 19, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 2015(a). Disponível em: www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php%3Fid_publicacao%3D997+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 01 nov. 2016

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI. In: CARLEIAL, Adelita; CARVALHO, Alba Maria; FREIRE, Elda [orgs]. **Poder e políticas públicas na América Latina**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

CARNEIRO, Henrique. Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al (orgs). **Drogas e cultura : novas perspectivas**. Salvador : EDUFBA, 2008.

CARY, Paul. JANY-CATRICE, Florence. Novos indicadores de riqueza: avaliar o que e para quem? In: ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Avaliação de políticas públicas no capitalismo globalizado: para que e para quem?** Recife: Editora UFPE, 2015.

CONH, Amélia. Artigo 45 | O jogo de varetas e a desconstrução da cidadania. In: **Plataforma Política Social**. Setembro, 2016. Disponível em: <http://plataformapoliticassocial.com.br/o-jogo-de-varetas-e-a-desconstrucao-da-cidadania>. Acesso em: 01 nov. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Drogas, Direitos Humanos e Laço Social**. - Brasília: CFP, 2013.

COSTILLA, Lucio Oliver. Estado e políticas públicas na América Latina: as transformações que vêm do Sul. In: CARLEIAL, Adelita; CARVALHO, Alba Maria; FREIRE, Elda [orgs]. **Poder e políticas públicas na América Latina**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

COMUNIDADES TERAPÊUTICAS. **Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD)**. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/comunidades-terapeuticas>. Acesso em 19 dez. 2018

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Novo diagnóstico de pessoas presas no Brasil**. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF: Brasília, 2014. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf. Acesso em: 10 jan. 2017

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Minho, v.16, n.2, p.221-236, 2003

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DA SILVA, Marcus Vinicius Caetano Pestana. In: TOLEDO, Jairo Furtado (org.). **Colônia : uma tragédia silenciosa/** ; fotografias Luiz Alfredo. -Belo Horizonte : Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, 2008.

DAMASCENO, Maria Nobre; SALES, Celecina de Maria Veras; OLIVEIRA, NadjaRinelle. **Pesquisa avaliativa: formação e experiências**. Curitiba: CRV, 2016.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , n. 24, p. 40-52, Dec. 2003 . Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782003000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 06 Nov. 2017.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: www.direitoshumanos.usp.br. Acesso em: 01 dez. 2017

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip-hop**. São Paulo: Annablume, 1998

DOS ANJOS, SAMAISA. **Juventudes e Cidadania: Rede Cuca e a Campanha sobre os Direitos dos Jovens**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação si– Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em:
http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista_area_DT7-CC.htm. Acesso em: 13 jan 2017

DURKHEIM, Emile. **Ética e sociologia da moral**. São Paulo: Martin Claret, 2016 [1887].

Encontro Nacional de coletivos e ativistas antiproibicionistas (ENCAA). Página do *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/ENCAAencontronacionalantiproiba>. Acesso em 28 jun. 2017

ESPINOSA, Bauruch. **Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética; Tratado político**. [traduções de Marilena de Souza Chauí] -3 ed- São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

IORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo , n. 92, p. 9-21, Marco, 2012 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100002&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 23 abr. 2017

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: 2016. Disponível em:

http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf
Acesso em: 22 dez . 2016

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 50ª ed. São Paulo: 2005.

Folha de São Paulo (site). Livro reúne fotografias de Debret do Brasil colonial. Livraria folga de são Paulo 26/01/2017 Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2017/01/1803617-livro-reune-litografias-de-debret-do-brasil-colonial-veja-imagens.shtml>. Acesso em 01 nov. 2017

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, Freud e Marx. Theatrumphilosoficum**. São Paulo: Princípio Editora, 1997.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1983.

GALINDO, Dolores; MOURA, Morgana; MÉLLO, Ricardo Pimentel. COMUNIDADES TERAPÊUTICAS PARA PESSOAS QUE FAZEM USO DE DROGAS: UMA POLÍTICA DE CONFINAMENTO. In: **Barbarói**: Revista do Departamento de Ciências Humanas, Santa Cruz do Sul, n.50, p.<226-244>, Acesso em: 25 dez. 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4 ed.- Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. V. 16, n. 47, maio-ago, 2011.

GONÇALVES, André Menezes; STUDART, Cynthia Albuquerque. **Drogas e Proteção Social: os desafios da intersectorialidade**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

GONÇALVES, Alcília Ferreira e RUFINO, Michele Nunes. Desenvolvendo métodos avaliativos para o estudo de uma política social: a dinâmica dos indicadores locais. **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Número 16 – Março de 2011, pág. 176 – 190.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere- v.III**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GRILLO, Marco. **Desde 2010, uma nova organização religiosa surge por hora**

In: Jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/desde-2010-uma-nova-organizacao-religiosa-surge-por-hora-21114799> Acesso em: 08 dez 2018

GROPPO, LuisAntonio. Pesquisar e fazer-se pesquisador: reflexões sobre uma trajetória de pesquisas sobre juventude. In: DAMASCENO, Maria Nobre; SALES, Celecina de Maria Veras; ALMEIDA, NadjaRinelle Oliveira. **Pesquisa qualitativa: formação e experiências**. CRV: Curitiba, 2016.

GUSSI, Alcides Fernando. **Vidas narradas: bancários em tempos de privatização**. CRV: Curitiba, 2016.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner R. The cultural dimension of public policy evaluation: an anthropological approach. In: **Evaluation Connections**. September, 2016. Disponível em: www.europeanevaluation.org. Acesso em 01 dez 2017

GUSSI, Alcides Fernando. **Pedagogias da experiência no mundo do trabalho: narrativas biográficas no contexto de mudanças de um banco público estadual**. Campinas, SP: [s.n.], 2004. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252968/1/Gussi_AlcidesFernando_D.pdf Acesso em: 01 de Nov 2017

HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1902-1982. **Raízes do Brasil** - 26. ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 1995

HARVEY, David. **O neoliberalismo: histórias e implicações**.- 3 ed. – São Paulo: Loyola, 2012.

IASI, Mario. **O Estado e a violência**. In: Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/10/16/o-estado-e-a-violencia/> Acesso em 25 dez 2018

INFO-Drogas. **Convenções internacionais sobre drogas**.São Paulo: 2012. Disponível em: <http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/convenc.htm>. Acesso em: 19 Jul 2017

IPEA; ONU-HABITAT. **Estado das cidades do mundo 2010/2011: unindo o urbano dividido- resumo e principais constatações**. ONU-HABITAT, 2010.

KARAM, Maria Lúcia. Dez anos da Lei 11.343/2006 = dez anos da falida e danosa política proibicionista de “guerra às drogas”. In: **Revista Liberdades**. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais :Ago/ 2016. Disponível em: http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcon_id=275 Acesso em: 20 Abr 2017

KARAM, Maria Lúcia. **Direitos Humanos, Laço Social e Drogas: por uma política solidária com o sofrimento humano**. In: Conselho Federal de Psicologia. Drogas, Direitos Humanos e Laço Social. Brasília: CFP, 2013

LABATE, Beatriz Caiuby et al (orgs). **Drogas e cultura : novas perspectivas**. Salvador : EDUFBA, 2008.

LANCETTI, Antônio. **Clínica peripatética**. São Paulo: Hucitec; 2014.

LANCETTI, Antônio.**Contrafissura e plasticidade psíquica**. São Paulo: Hucitec; 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2002, vol.17, n.49 [cited 2017-11-05], pp.11-29. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092002000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 Nov 2017

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Estado Penal e Neoliberalismo na Obra de Lóïc Wacquant. In: **Sociedade em Debate**, 22(2): 15 - 31, 2016. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/1551/952>. Acesso em 30 Nov. 2018

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 104, p. 605-631, Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282010000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 26 Dec. 2018.

RAMOS, Silvia (coord.). A intervenção acabou. Quanto custou?. Infográfico. Rio de Janeiro: CESeC, dezembro de 2018.

SIMÕES, Júlio Assis. Prefácio. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al (orgs). **Drogas e cultura : novas perspectivas**. Salvador : EDUFBA, 2008.

SOARES, Katiane Pereira. **CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL: em tempos de neoliberalismo**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2009. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/6_poder-violencia/consideracoes-sobre-a-reforma-psiquiatica-no-brasil-em-tempos-de-neoliberalismo.pdf Acesso em: 31 Jan. 2017

SODELLI, Marcelo. Drogas e ser humano: a prevenção do possível. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª região (org.). **Álcool e outras drogas**. São Paulo: CRPSP, 2011.

MACHADO, Letícia Vier; BOARINI, Maria Lúcia. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 580-595, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 Abr. 2017.

MACHADO, Ana Regina; MIRANDA, Paulo Sérgio Carneiro. Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública. *Hist. cienc. saúde- Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 801-821, Setembro, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702007000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 Abr. 2017

MALUF, Sônia Weidner. TORNQUIST, Carmem Susana (orgs.). **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas (2010)

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARLLATT GA. **Redução de danos: estratégias para lidar com comportamentos de alto risco**. Porto Alegre: Artmed; 1999

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília Sousa et al. (org) **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.

MEDRADO; B.; SPINK, M.J.; MÉLLO, R.P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M.J.; BRIGAGÃO, J.; NASCIMENTO, V.;CORDEIRO, M. (org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando Ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. **As drogas cotidianas em tempos de sobrevivência**. In: VIEIRA, L.; RIOS, L; QUEIROZ, T. A problemática das drogas: contextos e dispositivos de enfrentamento. Recife: EDUFPE, 2016.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *L'Analyse des Politiques Publiques*. Paris: Editions Montchrestien, 1998.

NEIROTTI, N. Evaluation in LatinAmerica: Paradigmsandpractices. In S. Kushner& E. Rotondo (Eds.), **Evaluation voices from Latin America**. New Directions for Evaluation 134, 716, 2012. (Tradução em espanhol)

NIETZSCHE, Freidrich W. **Assim falava Zaratustra**. Editora Escala, 2013.

ONU-HABITAT. Programa de las Naciones Unidas para los asentamientos humanos. **Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012: rumbo a una nueva transición urbana**. Kenia: ONU-HABITAT, 2012.

OLINDA, Ercilia Maria Braga; ARAÚJO, Alessandra Oliveira. Narrativas de vida tecidas na pesquisa com jovens a partir de procedimento individuais e coletivos. In: DAMASCENO, Maria Nobre; SALES, Celecina de Maria Veras; ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira. **Pesquisa qualitativa: formação e experiências**. CRV: Curitiba, 2016.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PIRES, Artur. **É proibido proibir**. In: Revista Berro. Ano 01- Edição 03- Janeiro/2015.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 154-162, Apr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822011000100017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 Dez. 2018.

PLATAFORMA BRASILEIRA DE POLÍTICA SOBRE DROGAS-
PBPD. **Cartilha: Entendendo a Política de Drogas no Cenário Internacional**. PBPD: São Paulo, 2016. Disponível em: <http://pbpd.org.br/publicacao/cartilha-entendo-a-politica-de-drogas-no-cenario-internacional/>. Acesso em: 23 Abr. 2017

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **AVAl Revista Avaliação de Políticas Públicas**. Ano I, vol. 1, n. 1, jan-jun, 2008.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Por uma avaliação em profundidade de políticas e programas sociais: diálogo com experiências de pesquisa. In: ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Dimensões, interfaces e práticas de avaliação de políticas públicas**. Recife: Editora UFPE, 2014.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. In: Disponível em: **Revista Desenvolvimento e Debate**, v.4, n.1, p.103-155, 2016. http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_v_4_1_Lea-Carvalho.pdf Acesso em: 25 Set. 2017

RODRIGUES, Thiago. Tráfico, guerra, proibição. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al (orgs). **Drogas e cultura : novas perspectivas**. Salvador : EDUFBA, 2008.

RUI, Tanielle; FIORE, Maurício; TÓFOLI, Luiz Fernando. **Pesquisa preliminar da avaliação do Programa de Braços Abertos**. Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD). Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. (IBCCRIM). São Paulo: PBPD, 2016.

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Conteúdo teórico-metodológico da pesquisa avaliativa. In:

SILVA, Maria Ozanira (Org). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras Editora: São Luís: GAEPP, 2008.

SIQUEIRA, Domiciano. Construindo a descriminalização. In: SANTOS, Loiva Maria de Boni (orgs) **Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas**. Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRP-RS): Porto Alegre, Ideograf, 2010.

SOUZA, Tadeu de Paula. CARVALHO, Sérgio Rezende. **Reduzindo danos e ampliando a clínica: desafios para a garantia do acesso universal e confrontos com a internação compulsória**. Polis e Psique, vol. 2 , Número Temático , 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/40319/25628> Acesso em 09 Jan. 2017

SOUZA, Lincoln Moraes. **Três ensaios sobre Avaliação de Políticas Públicas**. Natal: Editora UFRN, 2014.

SEIBEL, Erni José; ORTIZ G. GELINSKI, Carmen Rosario. Concepção do estado e escolha da metodologia de avaliação de políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 13, n. 102, p. 119-134, ago. 2012. ISSN 1984-8951. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2012v13n102p119/22677>. Acesso em: 02 nov. 2017.

TAKEUTI, Norma Missae. Refazendo a margem pela arte e política. **Nômadias**, Bogotá , n. 32, p. 13-25, abr. 2010 . Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012175502010000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 02 jan. 2019.

TEIXEIRA, Mirna Barros; RAMOA, Marise de Leão; ENGSTROM, Elyne e RIBEIRO, José Mendes. Tensões paradigmáticas nas políticas públicas sobre drogas: análise da legislação brasileira no período de 2000 a 2016. **Ciênc. saúdecoletiva** [online]. 2017, vol.22, n.5, pp.1455-1466.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **GLOBAL STUDY ON HOMICIDES 2013: TRENDS, CONTEXT, DATA**. UNODC: VIENNA, 2013

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). Sobre UNODC. UNODC: 2017. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/sobre-unodc/index.html>. Acesso em: 18 jul. 2017

VANDENBERGHE, Frédéric. **Uma história filosófica da sociologia alemã: alienação e reificação – Volume 1: Marx, Simmel, Weber e Lukács**. Trad. Daniel P. P. Costa. São Paulo: Annablume, 2012 [1997]

WACQUANT,Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WACQUANT,Loic. Punir os Pobres. A nova gestão da Miséria nos Estados Unidos. (A Onda Punitiva). 3ª Ed. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro, Revan, 2007. Coleção Pensamento Criminológico.

WACQUANT,Loic.**As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WACQUANT,Loic. “O corpo, o gueto e o estado penal” Entrevista concedida a Susana Durão. In: **Revista Etnográfica**, v. 12, n.2, Lisboa, 2008.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Parte 2, São Paulo : Cortez, Campinas, 1995.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 [1943].

ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

GLOSSÁRIO⁴⁴

- Acidado: sob efeito do LSD
- Alma sebosa: Sujeito que pratica atos com teor de crueldade
- BadTrip: Quando o efeito da SPA gera algum tipo de perturbação psíquica, “viagem torta”
- Bagui: Maconha
- Bobocando: Estar lerdo
- Botar bebida: Comprar bebida
- Botar fé: Acreditar, similar: pode crer
- Bruxo: Sujeito está sem controle do uso de SPA
- B.O doido: Confusão
- Cabeça mais feita: Estar mais apropriado dos processo da vida; sujeito maduro
- Cana: Policial
- Cabreiro: (Adj.) Estar com medo
- Chapado: (Adj.) Estar sob efeito da maconha
- Chapeleiro Maluco- Tipo de substância sintética alucinógena
- Dar maior valor: Gostar, curtir
- Dar o toque: Avisar; alertar;
- De boa: Estar tranqüilo (a)
- De boreste: Estar de bobeira, no ócio.
- De cara: de imediato; ou ainda: estar sóbrio
- De vera: De verdade
- É sal: Afirmação para indicar concordância
- Elemento: Pessoa, sujeito.
- Espanoso (Adj) Indicreto, espalhafatoso;
- Espirra: expulsa.
- Fazer a ação: praticar algo, comumente se refere a realizar algum tipo de delito, roubo, assassinato.
- Fazer merda: ato de praticar ação inapropriada

⁴⁴ A ideia de tentar explicar as expressões utilizadas pelos interlocutores surgiu a partir da leitura de Linhares (2009), ademais de estar morando em outro estado no sul do país, e perceber que a maioria das expressões utilizadas por mim não são compreendidas nesse espaço.

- Fumar um: ato de fumar um baseado
- Goma: Casa
- Lombra: efeito de alguma substância psicoativa
- Pacai: Tipo de fumo
- Má: abreviação de “macho”
- Macho: Vocativo para iniciar uma frase
- Maiar as áreas/o pico: Tornar a imagem de um determinado local negativa
- Mente feita: Ser/ estar consciente de algo.
- Mente fraca: Sujeito emocionalmente abalado
- Movimento: crime
- Pedra: crack
- Pegar viagem: Estar sob efeito de SPA
- Pirangagem: Ato de ser traiçoeiro
- Pode crer: Acreditar
- Oitão: Tipo de revólver
- Os homi: Policiais
- Se empecoçar: Ato de criar problemas para si
- Se interar: Prestar atenção
- Se liga: Compreende, Conhece
- Tá nem vendo: Não se importar
- Tecada: Cheirar pó, “dar um teco”
- Tem bom não: Não há exceções
- Travado: (Adj.) Quando após uso de SPA, fica-se com movimentos lentos, e com músculos rígidos
- Tô ligado: (Exp.) Estou ciente
- Tu é doido: (Exp.) Utilizado quando não se concorda
- Vai dar bom: Frase para iniciar e concluir pensamentos diversos; bastante utilizado inclusive em pichações na cidade de Foratleza
- Véte: abreviação de pivete
- Viúva negra: Tipo de LSD, “mais caro e mais diferenciado.”
- Viagem limpa: Efeito tranquilo e sereno de SPA
- Zé ruela: (Adj) Mau caráter

ANEXO B- CANNABIS NA AMÉRICA LATINA

	 Medical	 Recreational	 Industrial
Argentina	Legal	Illegal	Illegal
Brazil	Legal	Illegal	Legal
Cayman Islands	Legal	Illegal	Illegal
Chile	Legal	Decriminalised	Legal
Colombia	Legal	Legal (self-cultivation)	Legal
Jamaica	Legal	Decriminalised	Legal
Mexico	Legal	Decriminalised	Illegal
Panama	Illegal	Illegal	Illegal
Paraguay	Legal	Illegal	Unknown
Peru	Legal	Illegal	Illegal
Uruguay	Legal	Legal	Legal

Fonte: TalkingDrugs (2018)

ANEXO C- MERCADOS ILEGAIS

Transnational Crime	Estimated Annual Value (US\$)
Counterfeiting	\$923 billion to \$1.13 trillion
Drug Trafficking	\$426 billion to \$652 billion
Illegal Logging	\$52 billion to \$157 billion
Human Trafficking	\$150.2 billion
Illegal Mining	\$12 billion to \$48 billion
IUU Fishing	\$15.5 billion to \$36.4 billion
Illegal Wildlife Trade	\$5 billion to \$23 billion
Crude Oil Theft	\$5.2 billion to \$11.9 billion
Small Arms & Light Weapons Trafficking	\$1.7 billion to \$3.5 billion
Organ Trafficking	\$840 million to \$1.7 billion
Trafficking in Cultural Property	\$1.2 billion to \$1.6 billion
Total	\$1.6 trillion to \$2.2 trillion

Fonte: *GlobalFinancialIntegrity (2018)*

Market	Value
Cannabis	\$183 billion to \$287 billion
Cocaine	\$94 billion to \$143 billion
Opiates	\$75 billion to \$132 billion
ATS	\$74 billion to \$90 billion
Global Total	\$426 billion to \$652 billion

Fonte: *GlobalFinancialIntegrity (2018)*